

ATA DEGRAVADA DA 163ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS realizou-se a centésima sexagésima terceira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Adenor Martins da Silva - CMAS/ Rib. das Neves, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB/Salesiano, Edir Petrucelli – SEE, Elizabeth E. Milwarde - COGEMAS, Fernando Henrique Guimarães Rezende - Seplag, Guilhermina Torga – SEF, Jansen Maxwell de Freitas Santana - CMAS/Montes Claros, José Fernando Antunes Millane – CMAS/Cataguases, José Ismar da Costa – SINIBREF, Júlio César de O. Brum - Inst, dos Missionários Sacramentinos, Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Maria Alves de Souza – Aconequistac, Maria Juanita Godinho Pimenta – Sedese, Maria Tereza Feldner Cunha – Federação das APAE's, Nívia Soares da Silva – SEDESE, Sônia Terezinha de Abreu – CMAS/O.Branco; conselheiros suplentes: André Luis de Oliveira Soares – CMAS/Ituiutaba, Edma Ap. Marinho – SEDESE, M^ª de Lourdes Damasceno – SEAPA, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, M^ª de Fátima Bergamini – SIND-SAÚDE; os convidados: Júlia Tobarim Volpori – Progeta/Brookfield, Luciana de M.N Anjos – Progeta/Brookfield, Oswaldo Ramos – Brookfield, Max Silveira – Getecs, Gustavo Sbrissia – Brookfield, Cláudia Iacomini Cabral – Ministério Público, Sirlene de Moraes – SEDESE, Fernando Ferraz – Barra de Braúna Energética, Mayra de O. Camilo – SEDESE, Leonardo Pereira – Comissão de Atingidos Barra de Braúna, José Marcelo Freitas – Comissão de Atingidos Barra de Braúna, Danilo Novaes – Comissão de Atingidos Barra de Braúna, José Antônio – Comissão de Atingidos Barra de Braúna, Geova Francisco da Silva, Cécilia da Silva – SMAS/Laranjal, Mirian Garcia S. Carneiro – CMAS/Laranjal, Andréa S. Luiz – SEDESE/DPB; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Nilce Heloisa de Araújo Campos, Rosalice Tassar, Maria Inês Veloso Corrêa, Maria Luisa Carvalho e Erika Ribeiro da Cruz. O presidente inicia a plenária: “Bom, antes de a gente dar início a nossa plenária. Gostaria de estar colocando, não sei se alguns ainda não conhecem o Marcio Eli nosso Secretário de Estado Adjunto. Hoje está aqui conosco, e vai estar substituindo nosso Secretário de Estado, Wander Borges, para dar posse aos conselheiros que foram eleitos na nossa conferência estadual. A mesa diretora hoje esta composta ainda com Beth, nossa secretária, Juanita nossa vice-presidente, o Marcelo Armando, como primeiro secretário. Nós temos uma pauta que está aí nas mãos de todos vocês, uma cópia. A gente gostaria de submeter o cumprimento da pauta feita. E antes disso, a gente perguntar se alguém tem alguma inclusão, ao ponto de pauta. Algum desejo de substituição? Alguma situação? Pode ser cumprida da maneira que está? OK. Foi passado, de uma maneira eletrônica, tal qual já foi deliberado neste colegiado, para que as atas das nossas plenárias, são passadas por e-mail a todos os conselheiros. E são apreciadas, e as possibilidades de retificação, complementação e/ou ratificação, também são enviadas eletronicamente. O objetivo disso foi para que: a gente pudesse ter acesso a toda ela e aqui em plenária, a gente ganhasse um tempo de discussão, e alteração. Assim sendo, o primeiro ponto que a gente coloca é a apreciação da 159^a, 160^a e 161^a ata. Essas três atas já foram enviadas para todos. A aprovação e a deliberação das mesmas, de uma forma única hoje, se dá em função de: nós temos alterado o processo não só de elaboração da ata, como também de socialização aos conselheiros e também na tentativa de ganho de tempo. A gente observou que o mecanismo operacional adotado não foi dos mais convincentes. Então a gente volta a um procedimento que com certeza vai trazer mais transparência e mais objetivo dado pelos nossos trabalhos. Pergunto aos Conselheiros: se além do meio eletrônico, se ainda assim resta alguma situação de complementação/retificação, dessas três atas. Se não, podemos ratificá-las? OK. Alguém contrário? Então por unanimidade, ficam aprovadas as três atas citadas. Nós temos aqui um segundo ponto, que é a ausência de conselheiros. E a gente tem um regimento interno. Depois todos os conselheiros tomarão ciência disso. Existe uma

56 previsão de horário de início de plenária e encerramento. Mas ainda assim, a gente tem
57 justificativa de ausência. E aí eu só gostaria de esclarecer mais uma vez, que a
58 justificativa não é explicação. Não é? E que seja feita de forma antecipada para que a
59 gente possa saber o quorum e qual a tratativa que a gente vai dar, nos pontos que a
60 gente tem, para serem deliberados. E assim sendo, para esta plenária de hoje, nós a
61 ausência do Márcio Caldeira, que representa o Conselheiro que foi reeleito para este
62 Conselho. Que representa a ASSPROM, que é uma entidade de atendimento e que
63 hoje, por trabalho fora do conselho. E por uma causa até nobre, eu diria. Ele está numa
64 reunião em Brasília, que está discutindo exatamente um GT, é um grupo de trabalho.
65 Está fazendo uma tratativa das ... e a outra justificativa é da Ana Paula, também eleita
66 agora, para estar representando o município de Belo Horizonte e que está
67 merecidamente gozando suas férias. Assim sendo, na próxima plenária, a gente espera
68 tê-la conosco. É uma semana só Beth? Então Beth já esta falando aí que está
69 flexibilizando os direitos trabalhistas, dando uma semana só para ela. Dá trinta dias
70 Beth. O segundo ponto de pauta. E aí a gente já aproveita que o nosso secretário de
71 estado está conosco. Pra que é a posse dos conselheiros eleitos, e eu convocaria a
72 nossa secretária executiva do conselho, para presidir este momento e assessorar o
73 nosso secretário-adjunto, no que for preciso, para a gente poder dar posse a esses
74 conselheiros novos. **Secretário Adjunto:** Bom, em primeiro lugar, só uma palavrinha. Eu
75 queria justificar a ausência do Secretário Wander Borges. Ele pede desculpas a todos os
76 presentes pela ausência, ele viria hoje, mas ontem, ele foi convocado para representar o
77 governo numa conferência que está acontecendo nesta manhã. E pediu que eu o
78 representasse aqui. E a palavra do Secretário e minha e da SEDESE, nesse momento,
79 é, sobretudo de reconhecimento, da contribuição individual dos conselheiros para a
80 sociedade, através do Conselho. Nesse momento que alguns estão saindo, outros estão
81 chegando, outros permanecendo. É assim que se constrói política pública, com
82 contribuição. Cada um com o seu ponto de vista, o seu posicionamento, com
83 divergências legítimas, representando o pensamento distinto, na sociedade. E o
84 Conselho, muitos não devem me conhecer, mas eu acompanho o Conselho meio a
85 distância desde 2004. Quando cheguei ao governo do estado para trabalhar como chefe
86 de gabinete da SEDESE. E desde então, eu vejo que o Conselho é efetivamente um
87 protagonista na construção da política da assistência social em Minas Gerais. Ele é
88 quase uma âncora dessa política. Ele é uma referência para a Secretaria. O Conselho
89 dá segurança para a Secretaria, mesmo quando discorda da Secretaria. Ele nos ajuda
90 às vezes a tomar rumos melhores, ele nos fortalece dentro da discussão interna do
91 governo. Porque governo, geralmente, é disputa por orçamento. Todos os setores lutam
92 por orçamento. O orçamento está escasso como todos sabem e dentro desta disputa por
93 orçamento, o Conselho tem fortalecido a Secretaria. E eu acredito que a Secretaria só
94 conseguiu avançar, nesses anos, no ritmo que avançou que ainda não chegou num
95 ponto, vamos dizer assim, um ponto de eficiência, dentro da execução da política, mas
96 do ponto que ela partiu para hoje, houve um avanço considerável. Em grande parte
97 devido a este trabalho do Conselho ao lado da Secretaria. Então é isso. Só trazer uma
98 palavra aqui de reconhecimento ao trabalho do Conselho, de saudação aos novos
99 conselheiros, de agradecimento aos conselheiros que estão saindo, aos que estão
100 permanecendo na luta ao lado do Conselho. Só é isso. Agradecimento ao presidente
101 Geraldo que tem conduzido o Conselho com muito equilíbrio, com muita dedicação. E
102 que hoje está contribuindo conosco mais uma vez, presidindo esta seção, a pedido do
103 Secretário e do Governador. E eu vou passar a palavra agora a Consolidação. **Secretária**
104 **Executiva:** Obrigada. Bom. Eu vou ler o termo de posse. Esse termo vai ser assinado
105 pelo Secretário-Adjunto, que vai dar a posse aqui agora aos conselheiros, e os demais
106 conselheiros empossados. Aqueles que justificaram a ausência eles tomarão então
107 posse na próxima plenária, como já foi dito. E assinarão então um outro termo falando
108 porque esse aqui é da data de hoje. Vai ter um termo específico para eles, na outra
109 plenária. Então vamos lá. Termo de Posse: Solenidade pós-presidida pelo Dr. Márcio Eli
110 Almeida Leandro, Secretário-Adjunto de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE.

111 Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2011, na sede do Conselho Estadual de
112 Assistência Social de Minas Gerais, no 23º andar da Rua Guajajaras, 40 – Centro.
113 Procedeu a posse dos representantes da sociedade civil e dos conselhos municipais de
114 Assistência Social, para o mandato de 2011 a 2013 deste Conselho, abaixo
115 especificados: pela categoria de entidades de usuários da assistência social, Maria Alves
116 de Souza, primeira titular, pela associação da comunidade de Quilombola de Santa Cruz
117 – ACONEQUISTAC. Pela categoria de Entidades de Assistência Social, Cristiane
118 Nazaré da Silva, primeira titular, Inspecoria São João Bosco – ISJB. O presidente faz a
119 seguinte observação, para a Conselheira, assim que eu ler o nome, por favor, ficar de
120 pé, porque as pessoas inclusive vão conhecê-las. Então eu volto a Maria Alves de
121 Souza, representando aqui a ACONEQUISTAC. Da mesma forma pela categoria de
122 entidades de assistência, então a primeira já nominada, a Cristiane, pela Inspecoria São
123 João Bosco. Dando prosseguimento: Maria Teresa Feldner de Barros A. Cunha,
124 segunda titular, pela Federação das APAES do Estado de Minas Gerais. Júlio César de
125 Oliveira Brum, terceiro titular. Instituto dos Funcionários Sacramentinos de Nossa
126 Senhora. O Márcio Caldeira já justificou a ausência, e ele compõe essa categoria,
127 representando a ASSPROM. Pela categoria de entidades representativas de
128 trabalhadores da área da assistência social, Marcelo Armando Rodrigues, primeiro
129 titular, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Geraldo Gonçalves de
130 Oliveira Filho, segundo titular, Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes,
131 Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais. Volney Lopes de Araújo Costa,
132 primeiro suplente, Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais. É Volney me desculpe.
133 Maria de Fátima Bergamini, segunda suplente, Sindicato Único dos Trabalhadores da
134 Saúde de Minas Gerais. Pela categoria governamental de Conselhos Municipais de
135 Assistência Social. José Fernandes Antunes Millane, primeiro titular, Conselho Municipal
136 de Cataguases. A segunda titular, ausente, é a Ana Paula Simões, é do Conselho de
137 Belo Horizonte. Jaqueline de Souza Moreira, primeira suplente, do Conselho Municipal
138 de Varginha, também ausente. Mas ela não justificou. Pode ser que esteja a caminho,
139 não sei. André Luiz de Oliveira Soares, segundo suplente, Conselho Municipal de
140 Ituiutaba. Pela categoria não-governamental de conselhos municipais de assistência
141 social, Luiz George Marcelino da Trindade, primeiro titular, Conselho Municipal de Lagoa
142 Santa. E assinam o presente termo. Antes de passar a palavra novamente, ao secretário
143 e proceder à assinatura e o termo vai ser rodado para que as pessoas possam assiná-lo.
144 Explicar que a gente teve vacância, Secretário. Na categoria de entidades de usuários,
145 nós temos uma vacância de titular e duas suplências. Nós temos vacância, na categoria
146 de entidades, são os quatro suplentes dessas entidades eleitas. E ainda tivemos na
147 categoria não governamental de conselhos municipais, um segundo titular e dois
148 suplentes. E isso é matéria da próxima plenária do Conselho, discutir os
149 encaminhamentos que serão dados, para a recomposição do Conselho. Em relação aos
150 governamentais, o presidente Geraldo me fez a pergunta, sobre como que ficaria essa
151 recondução. Então nós vamos pedir agora, também que, os órgãos do Estado, as
152 Secretarias de Estado, bem como o COGEMAS, que façam novamente, mesmo que
153 sejam as mesmas pessoas. Mas para que este mandato faça a indicação para este
154 Conselho. Só para nivelar então o mandato. A gente vai pedir que se proceda isso, e vai
155 sair então um novo ato para isso. Obrigada. **Secretário Adjunto:** Bom. Eu só queria
156 repetir as boas vindas aos novos conselheiros, o agradecimento aos que estão saindo,
157 aos que estão permanecendo. O desafio é muito grande. Porque quanto mais você
158 avança na consolidação do sistema de assistência social, mais refinado vai ficando o
159 processo, mais complexo, mais difícil. Quanto mais recursos vão sendo aportados na
160 política, mais exige da gestão desses recursos, do aprimoramento da gestão, tanto por
161 parte do estado, quanto dos municípios e da união. E o Conselho, no controle, o
162 Conselho acaba exercendo diversos papéis. Não é possível só controlar, sem participar,
163 sem atuar, sem ser um protagonista da gestão do sistema. Então, o desafio do Conselho
164 é grande, a contribuição do Conselho é imensa. É um dos Conselhos mais conceituados
165 dentro do Estado de Minas Gerais. É o Conselho de Assistência Social, é um Conselho

166 que quando você fala nele, dentro do Governo, há uma respeitabilidade muito grande. E
167 nós temos certeza que um que está chegando ou está permanecendo, tem consciência
168 dessa responsabilidade e vai dar aí o melhor de si, para a continuidade deste trabalho.
169 Vou passar a palavra para o Presidente, para dar andamento à reunião. **Presidente:**
170 Bom. Eu gostaria de estar só ressaltando, enquanto o Márcio Eli assina aqui o termo de
171 posse. A gente vai adquirindo experiência dentro do colegiado. Assim sendo, ressaltar
172 os serviços de relevância pública. Que cabe a estes conselheiros ora empossados,
173 prestar, não só neste colegiado, mas junto com este colegiado. É contribuir na
174 construção da política pública para o nosso Estado, bem como deliberar sobre a mesma.
175 E aí eu diria que é importantíssimo, esse colegiado estar acompanhando as decisões,
176 que ocorrem principalmente aquelas que dizem respeito à metodologia, a aplicabilidade
177 da política pública no nosso Estado. No que diz respeito à comissão intergestora
178 bipartite. Acompanhar as decisões que ocorrem através dos gestores de cada um de
179 nossos municípios, uma vez que o nosso Estado mais parece um continente. Com 853
180 municípios. É importante que esses conselheiros saibam a importância que se tem hoje,
181 de a gente promover a capacitação contínua, de forma permanente, e para isso nós
182 procuramos fortalecer, e inclusive, trazer para o nosso, eu diria, mais para uma
183 proximidade maior com este colegiado a União de Conselhos Municipais de Assistência
184 Social. É dentro desta união de conselhos que a gente tem promovido a troca de
185 informações, no que diz respeito a problemas que existem em cada um dos municípios.
186 A gente sabe que existem problemas de toda ordem. A nossa política pública de
187 assistência ainda não tem recursos financeiros vinculados, portanto não é compulsório,
188 ao modelo da política pública de saúde e de educação. Mas ainda assim, a gente
189 observa que os municípios dependem de ter mais recursos. Eu diria que através do co-
190 financiamento, e aí dos três entes federados. Mais do que isso, mesmo sabendo que
191 existe necessidade de aporte de recursos, a gente ainda observa, muitos municípios
192 ficando com recursos em seus cofres, sem aplicação. E isso traz dois lados ruins para
193 nós. Um: é porque no momento que você deixa o recurso disponível em caixa e não o
194 aplica, com toda a certeza, alguém está ficando sem receber aquilo que deveria, para
195 estar de repente, de uma forma mais rápida, saindo da situação de beneficiário da
196 política pública de assistência. Eu diria que nós temos saldo de IGD, nós temos saldo de
197 verba destinada para o CREAS e para os CRAS. Agora os CREAS têm uma nova
198 disciplinação. O entendimento desse colegiado foi que a gente deve começar a apreciar
199 a metodologia, a aplicabilidade do sistema dentro dos CREAS, usando uma intimidade
200 muito forte com os CRAS, em cada um dos municípios. Para que a gente possa através
201 dessa experiência, saber de que forma o governo do estado, poderá aportar mais
202 recurso, poderá estender mais benefícios dos CREAS tendo, tal qual foi concebido. Para
203 atender serviços regionalizados, visando o benefício dos municípios. Esse colegiado, eu
204 diria, ele além dessa compreensão assim muito sucinta, talvez a maior importância é
205 estar, disponível, com um tempo maior, do que normalmente se tem, para disponibilizar
206 para alguns outros espaços institucionais. Estar presente quando necessário. Esse
207 colegiado tem um número, que eu diria que ele é pequeno, em relação à grandeza do
208 nosso Estado, e muitas são as representações, que exige necessidade de os
209 conselheiros estarem presentes. A cada momento, a gente faz questão de ter uma
210 intimidade muito forte, com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. É muito
211 importante que a gente esteja presente nas audiências públicas. É muito importante que
212 a gente esteja intimamente ligado conectado com a comissão parlamentar de
213 participação popular. Porque é ali que se discute. A comissão de justiça, que é ali que se
214 discute toda a legislação, a normativa e orçamento no que diz respeito para aplicação na
215 política pública de assistência. Eu diria que tem outros espaços interfóruns, de
216 transparência, COGEMAS, CIB. E isto exige de nós, um esforço maior no que diz
217 respeito à disponibilidade de tempo. Para, além disso, eu diria que quando existe uma lei
218 específica, para reconhecer no conselheiro, um papel, de autoridade pública do estado,
219 enquanto prestar serviço de relevância pública. É a gente realmente fazer, com que essa
220 lei não tenha sido criada simplesmente para nos dar mais algumas estrelas nos nossos

221 ombros, ou por vaidade pessoal. É importante que a gente queira, realmente, reduzir a
222 desigualdade social. E reduzir a desigualdade social, eu diria que é dentro dessa
223 política, porque ela tem a visão intersetorial. A visão da política pública de assistência vai
224 para além, muito especificamente da assistência social, mas também para as demais
225 outras políticas setoriais. Tais qual educação, saúde, esporte, cultura, lazer, habitação e
226 etc. Assim sendo, eu quero parabenizar cada um e cada uma, dos conselheiros e
227 conselheiros, hora empossados. Deixar aqui registrado esse alto grau de
228 responsabilidade, mas também dizer que é muito gratificante. E essa gratificação está
229 muito mais no nosso sentimento espiritual. A minha crença é cristã. E eu faço questão
230 de ressaltar que muitas das vezes, muito contemporâneo, nos traz uma materialização
231 quase que por completo, de toda a relação humana. E isso tem prejudicado e muito, a
232 gente ter o entendimento, que a nossa conformação, não é só material, mas também de
233 corpo e alma. E assim sendo, eu acho que a gente vai precisar e muito, ter esse
234 sentimento mais espiritual, para que a gente possa ter uma relação realmente, isentando
235 esse colegiado, de incursões de ordem política partidária. Isentando esse colegiado, de
236 incursões ora malélicas, e que traz prejuízo no que diz respeito à aplicação do dinheiro
237 público. No meu entendimento o dinheiro se convenia, o dinheiro público está dentro
238 dessa política e é sagrado. E é sagrado porque o sistema tributário nacional é um
239 sistema injusto. Onde se paga o mesmo percentual de imposto e da carga tributária,
240 tanto o beneficiário da política pública de assistência, como as pessoas mais ricas do
241 país. Então essa compreensão, ela é importante, e eu de forma muito resumida, queria
242 passar isso aos conselheiros e dizer que, são todos bem-vindos a este colegiado. E aí
243 eu quero só reafirmar, o nosso Secretário já fez a colocação, mas a pedido do nosso
244 Secretário de Estado e do corpo diretivo da Secretaria, que essa mesa diretora assuma
245 mais esta plenária, por ordem regimental, essa mesa diretora, ela pode ser reconduzida,
246 mas também, ela pode ser substituída. E no meu entendimento é importante que exista
247 a alternância de poder. É importante que esse colegiado entenda que é sempre
248 saudável. E que a nossa maneira de lutar por essa política é estar em favor da política e
249 não de uma mesa, independente de quem quer que assuma. E assim sendo, eu
250 pergunto ao Marcelo, a Beth e a Juanita se estão de acordo? De que a gente ainda
251 presida essa plenária. Até a próxima plenária, onde o Governo então trará a posição do
252 Governo no que diz respeito a essa mesa diretora. Pode ser assim? É, deveria ser
253 nesta, deveria ser nessa plenária. Já a posse da mesa diretora. Mas a pedido do
254 Secretário, nós estamos adiando para a próxima plenária. **Conselheiro Marcelo:** Não,
255 sem problema. Eu só penso assim: é que regimentalmente, hoje... Pelo que eu estou
256 entendendo, então a escolha da mesa diretora, ela se fará na próxima plenária. Seja da
257 sociedade civil, ou seja, governo. É isso? **Presidente:** OK. Então a composição da mesa
258 diretora se fará na próxima plenária. OK? E aí por aquiescência, inclusive vontade de
259 toda a plenária desse colegiado. Assim sendo, por consequência, fica então a eleição
260 para composição das comissões temáticas, também para a próxima plenária. Então no
261 momento que o Secretário de Estado trouxer a representação do governo, a gente faz a
262 discussão na próxima plenária. OK? Pode ser assim? Eu vou passar a nossa
263 subsecretária Nívia, para dar uma palavra a esse respeito, e também vou fazer um
264 convite, que cabe a ela, portanto fazer. **Conselheira Nívia:** Bom dia a todos. Para quem
265 não me conhece, é a primeira vez que está aqui. Eu assumi há quatro meses a
266 subsecretaria de assistência social. Eu sou assistente social, estou aí na trajetória da
267 política de assistência social, há muitos anos também. Sou servidora da Prefeitura de
268 Belo Horizonte, na verdade, a minha chefe é a Beth. Eu estou disponibilizada para o
269 Estado desde julho, até quando o governo entender que eu possa estar contribuindo.
270 Estou fazendo parte deste Conselho, desde julho. E para os novos conselheiros eu que
271 dar boas-vindas, desejar muita energia, muita saúde, muita garra. Porque o trabalho
272 desse Conselho ele é de muita responsabilidade, ele é árduo. E ele exige pessoas
273 aguerridas, como nós que já estamos aqui. E eu entendo que os que estão entrando é
274 porque também, traz no sangue, traz na veia também essa militância, essa afinidade
275 com a política de assistência social. Quero também justificar a ausência do Secretário.

276 Ele estava disposto, pronto, já estava na agenda dele, a vinda aqui. Ela estava fazendo
277 muita questão de dar posse para esses novos conselheiros. Ele acompanhou todo o
278 processo lá da conferência estadual de Assistência Social. Elogiou muito à nossa
279 conferência. Ficou muito satisfeito com os resultados, com os encaminhamentos que
280 foram dados. Mas infelizmente, ele ontem, ele foi convocado para duas conferências,
281 uma de manhã e uma à tarde. Então ele não pode estar. Mas eu acho que ele está muito
282 bem representado pelo nosso Secretário-adjunto, que também é muito parceiro.
283 Acompanha muito de perto as nossas dificuldades. Nos defende lá o tempo todo. Junto
284 às outras áreas quando é necessário. Acompanha também de perto o trabalho deste
285 Conselho. E então, eu acho assim: que a gente está partindo para uma nova etapa, para
286 um novo compromisso, para um novo grupo. Um grupo reconstituído, mas que, espero e
287 tenho clareza, tenho certeza de que vamos dar conta de fazer um bom trabalho, de
288 darmos mais um passo na construção dessa política. Que vem sendo muito bem
289 trabalhada, muito bem conduzida, por este Conselho. A gente tem notícia disso. Mesmo
290 quando a gente estava fora daqui. A gente tinha essa referência. Não é Beth? Lá mesmo
291 na prefeitura de Belo Horizonte. A gente sabe do compromisso de estar pegando este
292 bastão, de um time que está vencendo, de um time que está à frente. Sabemos dos
293 desafios, das dificuldades. Mas, espero que nós da Secretaria de Assistência, possamos
294 continuar contando, com este time, com este grupo. Para que nós possamos avançar
295 mais na construção da política de assistência social. E aí queria agora convida-los, para
296 um café de confraternização e de boas-vindas, aos novos conselheiros. E a essa nova
297 etapa que a gente começa e inicia então nesta data. **Presidente:** Embora, os
298 conselheiros que foram empossados aqui agora. Ainda não tenham o conhecimento total
299 das atividades deste colegiado. Aí de uma forma muito sucinta. A gente tem hoje, alguns
300 empreendimentos que chegam ao nosso Estado, pela própria conformação física do
301 Estado. No sentido de fazer a geração de energia elétrica de forma sustentável. E assim
302 sendo, cabe a este Conselho, aprovar, o plano de assistência social, para estabelecer a
303 proteção básica dos atingidos. E nós temos uma situação, que hoje se apresenta que é
304 Barra de Braúna. Que é um empreendimento que veio. E em função de plano de
305 reativação econômica, de algumas outras negociações por consequência. Houve
306 algumas pendências, que esse Conselho passou a acompanhar, monitorar mais de
307 perto. Estivemos no local com os atingidos e com os representantes dos
308 empreendedores. E estão conosco aqui, tanto representantes do empreendimento como
309 os representantes dos atingidos. E nesse momento agora, a gente pautou aqui que
310 deveria haver uma apresentação do processo de negociação da UHE de Barra de
311 Braúna. E a definição sobre o encerramento das atividades da comissão de negociação.
312 Foi constituída uma comissão de negociação, para que a gente pudesse de uma forma
313 harmônica e sem mais, trazer prejuízos às partes. Que a gente pudesse realmente
314 caminhar com isso. Então eu queria saber que vai falar por Barra de Braúnas. Mozart.
315 Quem? Max. OK. Por favor. **Consultor Empresarial Max:** Bom dia. Bom dia. Eu estou
316 tendo um probleminha técnico ali. É um prazer a gente estar aqui com vocês,
317 presenciando uma posse. Para fazer uma apresentação em 15 minutos. De um assunto
318 que tem uma certa complexidade. Mas eu não estou conseguindo... Alguém pode me
319 ajudar pegar o meu computador lá. Meu nome é Max, Max Silveira, eu sou consultor
320 empresarial. E a gente trabalha em conjunto com o departamento de administração da
321 Universidade Federal de Viçosa. E essa experiência, na verdade, que a gente está
322 colocando aqui em Barra de Braúna, é uma idéia surgida lá na Universidade, que a
323 gente está tentando aplicar, nessa situação de compensação, pela implantação de
324 usinas hidroelétricas. Nossa missão é a seguinte: não sei se todo mundo está a par do
325 assunto. Um resumo. A implantação de uma usina hidrelétrica, ela traz benefícios ao
326 estado, ao país, com geração de energia elétrica. Que muita gente até confunde um
327 pouco. Porque que a energia elétrica é importante. A energia elétrica precede ao
328 desenvolvimento. Ela não é um produto do desenvolvimento. Ela precede. O
329 desenvolvimento vem a partir da energia. Então, o Estado, o país, tem a legislação
330 própria a respeito do incentivo da utilização da energia elétrica, e um deles é a energia

331 renovável, que são as hidroelétricas. Mas isso sempre tem um custo. Um custo da
332 implantação. Você mexe com comunidades e é um drama. E o processo de
333 compensação, na parte patrimonial e às vezes ele é satisfatório, chega-se a acordos.
334 Mas o que diz respeito a interrupção de sistemas econômicos, da sobrevivência de
335 comunidades é que é onde fica controversos e às vezes não se chega a um acordo. E
336 na verdade fica o empreendedor falando que está fazendo de um lado e a comunidade
337 falando que não está sendo atendida. Então nesse processo de Barra de Braúna,
338 chegou-se a um acordo entre os atingidos e a empreendedora, para fazer um plano de
339 reativação econômica, que atendesse a uma situação que reparasse aquilo que foi
340 interrompido. Que tipo de interrupção? Aí, são de difícil mensuração, essa interrupção
341 econômica. Quando a gente fala. Quem não conhece região alagada. Quem não
342 conhece atingido de barragem, tem um pouco de dificuldade de entender, porque que as
343 pessoas falam que não foram atendidas. Aí você chega lá, a pessoa está numa casa
344 nova, numa condição que aparentemente é melhor, e ela está insatisfeita. Insatisfeita
345 porque eles eram pobres, mas eles tinham um equilíbrio deles lá com o rio.
346 Normalmente é com o rio que eles tinham o equilíbrio. E aquele equilíbrio foi
347 interrompido. E a pessoa passa a ser. Tem um patrimônio maior do que tinha, mas não
348 tem vida mais. Não tem a alma da vida. Tem depoimentos marcantes, tem depoimentos
349 de alta dramaticidade de pessoas que estão envolvidas neste processo. Então, lá na
350 Universidade de Viçosa, nós desenvolvemos lá, uma idéia, de que esses
351 empreendedores, normalmente são empresas muito organizadas, capitalizadas, com
352 alta expertise de geração de riqueza. Então, porque não? Se eu tenho esses predicados,
353 e vou interferir numa região normalmente pobre, isolada. Porque então essa
354 interferência minha por mais que se indenize. Há controvérsia, há ainda, um sentimento
355 de injustiça. E então, porque que não essa empresa possa fazer um empreendimento
356 paralelo àquele que de fato possa mexer com a realidade econômica daquele lugar, de
357 forma tal que aquela comunidade que tem lá, usufrua do empreendimento mais do que o
358 usufrui. Ela só paga na verdade, a barragem só tira. Tem opiniões diferentes da que eu
359 estou falando aqui, mas essa é a minha opinião. Não é consensual, mas a gente pode
360 dizer isso. Então, essa nossa idéia lá em Barra de Braúna, que foi acolhida aqui pelo
361 CEAS. Dessa negociação é: fazer do empreendimento, fazer um plano de reativação
362 econômica, que a comunidade aceite como tal. E que, os frutos dele, justifique o
363 contexto daquilo que foi cancelado, aquilo que foi impedido. Então essa que é a idéia ali.
364 Eu vou passar, eu vou projetar, rapidamente, a idéia central. Então essa que é a capa?
365 Será que está dando para ver aí? No canto? Barra de Braúna, fica no sul de Minas, no
366 sul da zona da mata mineira. E é no município de Laranjal, um dos maiores atingidos.
367 Recreio, Cataguases e Leopoldina. Aí nós estamos fazendo um perfil dos atingidos,
368 rapidamente. Isso aí é só uma sinopse. O nosso diagnóstico sócio-econômico vai ficar
369 pronto em dezembro. O IBGE está liberando agora o Censo Nacional. Na verdade isso
370 aí vai copiando quase que igual ao censo nacional. Até a taxa de analfabetismo, ela é...
371 Essa aí. Para nesse quadro. Esse quadro aí demonstra o quê que é a região. Nós temos
372 uma região. O rendimento mensal levantado por pesquisa é de 250, 260 mil reais. Sendo
373 que: transferência do governo significa 35% disso. O quê é a transferência do governo?
374 É aposentadoria, é o programa Bolsa Família e pensões. Então, na verdade o que
375 sustenta praticamente o poder de consumo lá na região, são essas transferências. O
376 produtor rural, o autônomo sem carteira, forma a segunda... um segundo grupo de
377 renda. E o assalariado, o assalariado que é 15% só. Aí também, da ocupação e
378 desocupação, nós temos uma ocupação permanente, apenas de 22% da população
379 economicamente ativa. Que é de 16 a 65 anos. E a ocupação temporária, que é o ...
380 volta aí Fernando, por favor. A ocupação temporária e a desocupação, forma 23 mais
381 35%, 57%, 58 da população. Ou seja, é uma população desocupada praticamente. Sem
382 produzir. E aí o desocupado entra a dona de casa também, que é aquela que não é
383 desempregada. Mas na verdade você tem uma comunidade que 22% só da população
384 economicamente ativa é que produz. É que tem renda regular. Essa aí é a condição de
385 afetados por município. O município de Laranjal é o mais atingido. As categorias. Essa

386 aí, o proprietário rural, que é o mais atingido. Mas vem a categoria do pescador. Que é
387 na verdade o que sofreu mais aí. O pescador e os areeiros. Que foram. Não está aí, está
388 como... pode passar. Aí na pergunta para o pessoal, como foi atingido? 47% se diz muito
389 atingido. E 87% se dizem muito atingido para médio. Grau de afetação por município, ou
390 seja, os atingidos na cidade de Laranjal, muito e médio, formam quase que a maioria.
391 Laranjal e Recreio. Aí vêm as linhas de pobreza. Então nós temos alguns gráficos. Aí eu
392 só coloquei, nós só colocamos a linha de pobreza absoluta. Lá nós temos 24 famílias em
393 pobreza absoluta. Normalmente, pescadores. Simplesmente a pesca foi interrompida, e
394 as pessoas não têm nada. O rendimento é zero. Em 24. Na pobreza absoluta. Então no
395 conceito técnico de pobreza extrema, que é a linha de indigência que o IPEA adota, é de
396 renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, renda per-capta familiar. Renda per-capta familiar é o
397 que cada indivíduo na família recebe. E renda de pobreza absoluta é abaixo de $\frac{1}{2}$ salário
398 mínimo, por pessoa. Então lá nós temos 35% das famílias da situação de pobreza
399 absoluta e 12% das famílias em pobreza extrema. Pode avançar. Aí, são as nossas
400 conclusões. Sinopse também. Os atingidos não formam uma única e homogênea
401 comunidade. Todos foram atingidos, porém, não foram da mesma forma. Enquanto
402 alguns estão satisfeitos. Muitos reclamam de prejuízos econômicos diversos e outros
403 que perderam a própria condição de sobrevivência. Como é o caso dos pescadores e
404 areeiros. Por isso os atingidos não apresentam uma mesma demanda para reparação e
405 mitigações que fariam jus frente ao seu efeito da interrupção da atividade econômica. Há
406 necessidade de uma cena imediata da empreendedora no sentido de amparar
407 financeiramente, 24 famílias que estão numa situação de pobreza extrema. Pelo menos
408 até uma solução de geração de renda possa se efetivar pelo PRE. E a sugestão de ação
409 imediata, que nós estamos fazendo para o Conselho e para a empreendedora. É ceder
410 uma bolsa, uma ajuda mensal, para essas famílias, já imediato. A partir de dezembro.
411 Essas 24. E aprovação dos parâmetros gerais do PRE, de autorização para e risco da
412 execução dos projetos. Então, o que eu traria hoje aqui, tem a segunda parte que eu vou
413 passar agora. Seria isso. O quê que nós fizemos. Nós estamos ainda em conjecturas. O
414 plano. Chegar um empreendimento lá. A comunidade aceita esse empreendimento?
415 Esse empreendimento é um empreendimento empresarial, ele não tem nada de
416 paternalismo. Ele tem toda uma complexidade de funcionamento de uma empresa e etc.
417 etc. Nós discutimos isso com a comunidade. E a exemplo lá de Candonga, onde foi
418 100% de adesão. E nós tivemos. Nós estamos com os atingidos aí, praticamente uma
419 adesão de 100%, dos atingidos, na idéia, central. Então a *Brookfield*. O empreendimento
420 deu todas as condições, todas. Então nós estamos com uma situação, lá, felizmente, de
421 consenso. Até agora o nosso consenso é a respeito do PRE se basear numa
422 intervenção de investimento lá, de um investimento paralelo. Eu vou mostrar ele logo a
423 seguir. E alguns outros pequenos. Por exemplo: limpeza do lago e outros projetos
424 pequenos para formar o que chamaria de reativação econômica. Então o próximo a
425 seguir. Qual que é o parâmetro então do PRE. Qual que a premissa principal? É o que
426 eu já falei antes. A implantação de uma usina hidroelétrica não beneficia a região
427 afetada em proporcionalidade dos efeitos negativos causados. A população diretamente
428 afetada é prejudicada em diversas formas, particularmente pela interrupção de
429 atividades econômicas, cuja mensuração é de difícil definição e que acabam não sendo
430 devidamente compensadas pelas indenizações regulares. A ação principal e as
431 complementares. 1) a empreendedora incumbe-se de viabilizar implantação de uma
432 agroindústria na região. Um complexo industrial de avicultura integrada, por exemplo. De
433 maneira a criar um eixo econômico de efeito direto lá na qualidade. Eu estou falando ali,
434 por exemplo, porque, nós não fizemos e nós vamos fazer a partir de agora, os estudos
435 locais, os estudos aplicados de fato. Pode ser na frente que um estudo fale que não é
436 que possa um impedimento técnico lá qualquer. Nós achamos que não é provável, mas
437 tecnicamente, teoricamente é possível. Essa empresa terá dimensão e formato
438 apropriado, de maneira que seus lucros possam servir de fonte de renda permanente
439 aos atingidos, de um lado, e gerar riqueza na região de outro. Complementarmente,
440 incentivar e fomentar a formação de negócios que possam absorver principalmente

441 pescadores e areeiros. E auxílio às prefeituras, de Laranjal e Recreio, no planejamento
442 de ação na área do desenvolvimento municipal rural. A Brookfield fez um convênio com
443 a Universidade Federal de Viçosa. Volta aí, por favor. E esse convênio visa a fazer o
444 PDDAM que é o Plano Diretor de Desenvolvimento da Agropecuária Municipal, que é um
445 benefício imenso para as duas prefeituras. Então paralelo ao PRE que é específico para
446 a comunidade atingida. A empreendedora está fazendo um convênio com a
447 Universidade Federal de Viçosa, para o desenvolvimento da agropecuária local. Que tem
448 haver com essa solução que nós temos aí. Que é o complexo avícola, que é o aviário
449 industrial. Pode seguir, por favor. Essa aí é uma ilustração do que seria o complexo.
450 Então é, você tem o abatedouro, com graxaria, refeitório, com o escritório. É mais ou
451 menos uma coisa disso. Está fora de escala e tudo, é só uma ilustração. A gente vê que
452 não é coisa pequena. Ela está na proporção para dar uma renda para as famílias
453 atingidas, que tenha algum significado econômico. Perto do salário-mínimo, coisa
454 proporcional lá a renda da região. Então teria que ser nessa proporção aí. Aí vêm as
455 granjas, que é uma integração. Então não só aquele complexo lá, mas tem também as
456 granjas, que seriam 20 granjas deste tipo aí. Aí, vem esse quadro aí, ele é significativo.
457 A gente vê a proporção da coisa. Então nós estamos fazendo uma comparação entre a
458 própria hidroelétrica e esse projeto nosso. Então lá em cima lá. A hidroelétrica, ela
459 custou 200 milhões de reais, para ser implantada. Então o quê que ela gera lá. Claro que
460 ela gerou na construção, milhares e milhares de empregos. Ela afetou de alguma forma,
461 ela internalizou recursos lá na região. Mas isso já passou. O quê que tem hoje lá? Hoje
462 ela paga de compensação aos municípios 450 mil reais ano. Por impostos, é
463 compensação por. É um royalty. Aos municípios, isso aí é dividido, o município de
464 Laranjal é o que mais recebe. Geração de empregos diretos: trinta. Mais ou menos. Tem
465 os indiretos, isso aí deve chegar aos cinquenta indiretos. A agroindústria ela necessitaria
466 de um investimento de oito milhões. Seria 4% daquilo lá. Ela geraria com o efeito que ela
467 dá na região, ela vai gerar uma distribuição de dividendos, ou seja, aquela geração de
468 renda lá, de R\$1.380.000,00 ano. É o que fica lá na região. Geração de empregos
469 diretos, 120 a 150. Fora os indiretos que seriam, podem chegar a 250. Então isso aí é
470 uma transformação geral. Embaixo, ali, nós damos uma idéia. Hoje o PIB agropecuário
471 lá de Laranjal é de R\$12.000.000,00 mais o PIB industrial que é de 4. Então o PIB é a
472 soma da produção local, anual. Então só esse complexo geraria 20 milhões. Só um
473 complexo. Ele triplicaria a capacidade industrial do município e tudo. Então esse projeto
474 aí, ele fica, os benefícios ficam na comunidade. É o contrário do outro, que, o outro só
475 sai a energia e pouca repercussão. Essa aí. Vai ficar difícil eu explicar esse quadro aí.
476 Mas esse quadro é a mecânica, porque está claro. Eu não estou enxergando direito.
477 Eles não estão enxergando. Mas esse aí é a mecânica, como é que é o investimento,
478 como é que ele retorna. Esse aí é um assunto mais técnico, mas quem gosta de conta,
479 certamente vai gostar daquilo ali. Mas ele está de longe, não está dando para ver. E aí é
480 a logística do empreendimento, que é uma integração. Então o azul ali são as
481 granjzinhas. Seriam 20 granjas. Como é que seriam integrados ao investimento. O
482 complexo cede o frango, cede a ração, a assistência técnica aos granjeiros. E os
483 granjeiros cedem, entregam o frango pronto ao abatedouro. O abatedouro faz o abate,
484 faz a agregação do valor e faz a distribuição. Para ter uma idéia disso aí no mercado. É
485 o seguinte: o mercado mineiro, ele é de 442 milhões de cabeças ano. E cresce a 5% ao
486 ano. Porque a avicultura cresce. Esse empreendimento aí seria da ordem de 3 milhões
487 de cabeças ano. Que seria 0,8% do Estado. Então ele é um pedacinho do crescimento
488 da avicultura no Estado. O Estado de Minas é apenas o quinto produtor avícola nacional.
489 Deveria ser o segundo ou terceiro, é apenas o quinto. Então a hora de entrar na
490 avicultura é de fato agora. Então da para entrar. Então é nessa... a avicultura lá não é,
491 não existe avicultura industrial lá. Então seria implantado, o crescimento dele, ele estaria
492 dentro. E quando nós estivemos trabalhando nisso aí. Nós estamos trabalhando desde
493 maio. Nesse projeto. O Pif-Paf que é um abatedouro industrial localizado lá na região.
494 Ele cresceu mais de uma vez isso aí. Ele cresceu 30 granjas. Então o momento, se
495 existe um momento seria agora. Aí vem. Como é que seria? Como é que esse projeto,

496 vai linkar? ele vai ter interface lá com a comunidade? Seria uma S/A, uma sociedade
497 anônima, que é a pessoa jurídica indicada para este caso. Muita gente pergunta, porque
498 que isso não é uma cooperativa? Porque não é o caso. A cooperativa é de pares. A
499 cooperativa visa realizar economicamente o objetivo de pares. Nós não temos pares aí.
500 Se fosse cooperativa teria que ser cooperativa de produtores de frango. Não de
501 atingidos. Então não é cooperativa. E a cooperativa é mais difícil de ser conduzida do
502 que isso aí. E ela também não é limitada, não é empresa individual. Ela é uma S/A.
503 Então essa S/A ela teria por ações, essas ações seriam distribuídas por um critério,
504 depois que a gente vai definir. Para os atingidos. E a gestão do empreendimento, até
505 eles se consolidar. Ficaria de responsabilidade da empreendedora. Nós avançamos na
506 idéia original, que foi lá de Candongas. Que eles próprios assumiriam. Nós tiramos essa
507 responsabilidade geral. Dos atingidos. E é claro, eu peço desculpas. O assunto é
508 complexo, eu estou correndo aqui, porque eu tenho quinze minutos. Na hora que eu
509 chegar no final lá, eu vou ficar a vontade. Essa aí é a relação das 24 famílias lá
510 atendidas. Lá relacionadas. É aquela que eu estou sugerindo que faça. Pode avançar
511 Fernando. Então, deu 15 minutos? Consegui falar uma coisa complicada em 15 minutos.
512 Mas aí eu fico a disposição. Agradeço a atenção. Estou aqui a disposição das perguntas.
513 O Geraldo, ele tirou, a primeira vez que ele viu, nós estávamos com esse recurso aí. Ele
514 me tirou um escalpo. Mas acabou ele sendo um parceiro nessa idéia aí. **Presidente:**
515 Bom eu gostaria de ver os conselheiros que querem fazer inscrição para perguntar
516 algum questionamento. Se entendeu, se sim. Conselheiro Adenor. Marcelo. Adenor tem
517 microfone aí? **Conselheiro Adenor:** Quero cumprimentar o senhor presidente, mais os
518 componentes da mesa, conselheiros e conselheiras. Convidados, aqui presentes.
519 Colegas que aí que, está conosco aí já nesse Conselho a mais tempo, dessa
520 caminhada. Eu tenho uma preocupação presidente. Quando, o senhor. Como é que é o
521 seu nome? Senhor Max, faz a explanação. Aí me vem na cabeça assim. Isso é uma
522 proposta pela empresa? Colocada pela empresa. É uma demanda dos atingidos? É uma
523 parceria? E a minha preocupação maior é: quem de fato comercializaria esses frangos.
524 Como é que isso se dá? Por enquanto eu fico com estas. **Consultor Empresarial Max:**
525 Essa aí é uma proposta nascida na Universidade Federal de Viçosa. Ela foi pescada, ela
526 foi aplicada por desenvolvimento de uma comunidade afetada, que é lá de Candonga. E
527 pelo trabalho que foi feito lá, é que foi indicado pela comissão de atingidos. Foi indicado.
528 A Universidade indicou o nosso trabalho. E a *Brookfield* acatou. Então, se eu vou falar
529 que é parceria. Eu vou falar que é parceria de todos aí nessa idéia. Então nós contamos
530 aí com uma adesão. Para falar, por exemplo, se a comunidade aceita essa idéia aí? A
531 adesão é quase 100%. Por escrito. Nós temos, pode mostrar aí. Essa história, por
532 exemplo, e aí a sua pergunta é pertinente. No sentido. Talvez ela resuma um monte de
533 dúvidas. Que é o responsável afinal? Até onde o atingido aí é responsável?
534 Capitalização? Esse lado aí, eu posso fazer uma analogia, do tipo assim: é como se eu
535 fosse comprar um helicóptero, digamos. Então o helicóptero serve para, tem uma
536 determinada utilidade. De um lado para o outro. Então para conduzir esse helicóptero,
537 você não precisa tirar breve nem nada. Basta que você contrate o piloto. Você contrata
538 os mecânicos. Atrás do helicóptero, vem toda uma estrutura para tocar o helicóptero.
539 Isso aí é a mesma coisa. Então o quê que nós estamos implantando aí? Esse
540 empreendimento por ser uma S/A, ele vem junto, o empreendimento, com o executivo do
541 empreendimento, como os técnicos na área de vendas, com os técnicos na área de
542 finanças, de marketing e tudo. Entendeu aí o que eu estou fazendo? Quer dizer, o
543 partícipe, o beneficiário direto, que é o atingido. Ele não tem a responsabilidade
544 gerencial. Estratégica de chegar lá no. Ele usufrui. Ele é como um... como todos... como
545 o acionista em geral, ele é. Ele só usufrui o benefício. Isso cinco anos, seis anos, até ele
546 se firmar, na frente. Porque a *Brookfield* que é a empreendedora, ela tem a
547 responsabilidade de toda a capitalização ali. Então, como um investimento normal, ela
548 tem... E quando ele ficar auto-suficiente de fato, então aí, pode haver uma transferência
549 inclusive da gestão aos acionistas. O que uma hora vai ter de acontecer no futuro. Qual
550 que é a nossa intenção? A nossa intenção, como isso aí é uma experiência, nós não

551 temos exemplo disso que nós estamos falando. Nós temos é o seguinte: Não tem
552 nenhuma novidade em termos de abatedouro, avicultura integrada, nada. Eu não falei
553 nenhuma novidade ali. Qual que é a novidade? É pegar isso aí, e colocar isso como um
554 instrumento de geração de renda, numa comunidade. Então isso aí que é o novo. Nós
555 sabemos o seguinte: a comunidade não tem condições iniciais de tocar isso aí. Mas não
556 é necessário isso. O empreendimento, ele é em se, ele é gerido por profissionais com
557 proficiência na área. Acho que eu respondi tudo? **Conselheiro Adenor:** Só para ficar
558 claro, Sr. Max. Nesse caso, a empresa, que hoje é a maior responsável. É responsável
559 com aquele empreendimento e que tem esse impasse com os atingidos. Ela de fato,
560 hoje é uma demanda dela, juntamente com os atingidos, em construir esse projeto
561 juntos, para que possa sanar todas as dúvidas, todos os prejuízos, tudo aquilo que
562 possa ter acontecido, ou que aconteceu de fato, com esses atingidos. É isso? **Consultor**
563 **Empresarial Max:** No ponto de vista da reparação da interrupção da atividade
564 econômica, sim. O benefício dela, pode ser que um ou outro, um ou outro, se sinta que
565 esse benefício não cobre aquilo que perdeu. Mas no geral, ele supera muito.
566 **Conselheiro Marcelo:** A próxima inscrição é Marcelo, depois Consolação. Bom é. Eu
567 atentei aqui por alguns detalhes Max, que eu gostaria de esclarecimento. Primeiro
568 quando foi apresentado, no que diz respeito às famílias em extrema pobreza. Foi dito
569 que são 24 atingidos. E desses 24, pela apresentação o critério seria entre ½ e ¼ do
570 salário. **Consultor Empresarial Max:** Não um.Um. Meio e um. **Conselheiro Marcelo:**
571 Entre meio e um salário mínimo. Hã, hã. Primeiro só para entender. Qual foi o critério
572 utilizado para se definir isso, considerando que são 24 famílias. 24 atingidos. São
573 famílias de atingidos. Qual foi o critério utilizado pra se chegar ao valor. Porque pelo que
574 eu vi ali, alguns vão receber 272,50 e outros vão receber 545. Qual o critério? Até
575 quando eles irão receber esses valores? Quanto aos atingidos isso. Bom, quanto à
576 empresa S/A? Ficaria a frente o empreendedor com o executivo e técnica. Eu entendi.
577 Os atingidos terão ações próprias da S/A, lógico. E a minha dúvida, garantia dos
578 empregos para os atingidos. Nesse empreendimento. Eles vão ter as ações. Mas qual
579 que é a garantia de emprego para esses atingidos que estarão lá no local? Outra coisa.
580 Quem serão os acionistas de fato? Os atingidos terão ações do valor global? Que tipo de
581 ação que será? Ações que serão? Se serão nominativas, se serão... e se o
582 empreendimento também terá ação? Terá ações para este. Ou se ele será o maior
583 acionista, ou não? Como que será isso? **Secretária Executiva:** É porque tem haver com
584 a sua. Algumas coisas inclusive eu até já marquei aqui. Eu só quero acrescentar. Se
585 pudesse estar falando pra gente, em relação a esses riscos também. Porque na hora
586 que ele associa, inclusive o valor, que vai ser pago, de acordo com os critérios que você
587 vai mencionar. Que eu também queria saber, porque também a questão da diferença
588 desses critérios. Essa participação imediata, desse empreendimento. Você falou que
589 depois de cinco anos, vai ser via lucro. Como que vai ser isso? Como? Pode ser
590 desconhecimento meu dado da sociedade, mesmo sociedade anônima. Como que se dá
591 esse processo. E em momento algum eu estou entendendo que eles não vão estar
592 trabalhando lá. Pelo menos no projeto que eu vi, eu entendi que algumas famílias vão
593 estar produzindo frango e depois vão ser utilizados neste local. O único entendimento
594 que eu vi ali, na da das famílias atingidas. Nem sei se essas seriam essas 24 que
595 estariam nesta produção, neste canteiro de frango, pra depois ir para esse abatedouro.
596 E o que me preocupa mais, é esses riscos. O empreendedor é quem vai estar
597 administrando. E de tudo se não der certo, se eu estou lidando com as famílias que
598 estão nessa linha de pobreza absoluta. O quê que tem? Tem um plano B? Não tem?
599 Isso aí é o risco. Se der certo, é bom para todo mundo. Se não der, tchau. Como que
600 fica isso? **Consultor Empresarial Max:** Bom, vamos lá. Eu acho que eu esqueci o início
601 aí. Mas eu vou responder aqui de uma forma... Olha só! Esse é um empreendimento, aí
602 vem a complexidade que eu estou dizendo. É um empreendimento, ele não é
603 paternalista. Porque? Porque ele não pode. Senão ele quebra. Ele não tem nenhum tipo
604 de paternalismo. Ele não pode. Ele distribui lucro. Por competência. Então o quê que
605 isso implica? Implica em que: os atingidos ali, não é uma empresa coletiva, não é uma

606 empresa social. No sentido de que: há eu vou reunir o pessoal cada um vai ter uma
607 granjinha, e vai. Não, não é. A granja é profissional, a granja é selecionada, é um
608 investimento normal lá. A única coisa que não é normal aí é que, o lucro é social. O lucro
609 é que vai ser distribuído. Aí vem. Quem é dono? É porque ele tem um caráter social.
610 Normalmente aí, nós não teríamos. Isso aí é uma situação artificial. Ela não é de
611 mercado. Você não conseguiria juntar essas famílias para fazer esse empreendimento.
612 Não teria. E nem. Exatamente. É muito complexo. A região toda, mesmo se você pegar
613 os empresários, pegar a elite da região, ela não teria condições de fazer. Você teria
614 empresários lá capazes de fazer isso aí. Por iniciativa própria. Não juntar um grupo e
615 fazer uma S/A, isto aí está fora lá do nosso costume lá. Nós não temos isso. E aí, porque
616 que é lucro, o lucro é social, porque o lucro normalmente é como se fosse uma
617 fundação, que não tivesse a finalidade de lucro. Ela em si. A empresa. E aí vem, ricos.
618 Qual que é o risco? Aí vem do mercado. É a empresa quebrar, quebra a ação. Acabou a
619 ação, a ação não tem valor nenhum. Aquela ação ali. Só que isso aí é difícil de existir,
620 em função de que ela vai ficar capitalizada, não é. Ela vai ser uma empresa
621 conservadora. Ou seja, ela só vai agir em cima de conselhos. Conselhos conservadores.
622 Ela não vai ser ousada. Então ela está na área de correr riscos? Esta. Porque ela é do
623 mercado. Ela é de mercado. Então quem é? Na composição da S/A eu posso ter, a ação
624 preferencial e a ação nominativa. A preferencial, que é para o lucro. Eu posso ter 99
625 ações preferenciais sem direito a voto nenhum. E uma, nominativa, que só ela é que...
626 Isso na prática não existe isso teoricamente pode ser livre. Na prática não existe, porque
627 quem fica com a gestão é dono. Você não gere uma empresa, a não ser o executivo, só
628 para... o executivo gera a empresa para gerar lucro para os acionistas. Mas você não
629 tem o acionista que não queira lucro. E nessa situação vai ter. O acionista responsável
630 pela gestão, ele não vai receber lucro. Dado o caráter especial, da finalidade especial
631 dela. Não. Os investimentos são iguais lá na hidroelétrica. É um investimento normal. Vai
632 colocar lá. Olha só. Quem é do ramo aí, entende, quem já passou pela área. Entende o
633 seguinte. Todos esses empreendimentos aí, inclusive a hidroelétrica, ela é... o capital
634 dela é comprado. O empreendedor compra o capital para fazê-la. E vai pagando o
635 capital ao longo do tempo. Ele só faz isso, se ele tiver lucro ainda em cima do capital.
636 Senão ele não faz. Ele não empata a coisa. Isso aí é a mesma coisa. Mesmo tendo o
637 capital, sendo o capital do mercado normal. Ela vai gerar um lucro. Ela está sendo
638 dimensionada para gerar um lucro acima, pra renda. A partir da operação dela, ela vai
639 ficar. Vai ter o rendimento normal do pessoal. O que vai acontecer é que: depois de tudo
640 pago, esse rendimento é que vai triplicar duplicar o rendimento. É um negócio da China
641 para o pessoal. Isso aí, realmente, no desenho, na parte teórica é um negócio da China.
642 O que nós vamos fazer o tempo todo é ajudar o tempo todo ele se viabilizar de fato. Ele
643 sair do papel e se materializar. É essa, nós contamos com a parte. Alguma outra
644 justificativa? Fomos para o Departamento de Administração da Universidade, de
645 interessado nisso. Ao longo, não só fazer um projeto, mas vê-lo efetivo. Aí sobre os
646 critérios. **Presidente:** Por favor, Max. O Marcelo acha, ele entende que você não
647 respondeu ainda. **Conselheiro Marcelo:** Você só não me respondeu essa questão.
648 Somente dois aspectos você não me respondeu. Que é. Quando você diz a questão das
649 cotas, das ações nominativas e tal. É muito importante mesmo. E aí, a minha dúvida que
650 ainda permeia é no seguinte: os atingidos que terão ações. Eles também terão direito a
651 voto. **Consultor Empresarial Max:** Eles não tem a gestão. **Conselheiro Marcelo:** Não,
652 eles não têm a gestão. Mas qual que... eu penso que poderíamos... eu penso que a
653 gente deveria. Penso que deveria não. Eu acho que a gente deveria pensar algo. Eu
654 compreendo um pouco do funcionamento de S/A. Eu penso assim, de repente, não os
655 atingidos, mas a associação dos atingidos talvez poderia ter direito de participação nos
656 votos do empreendimento. Porque se a gente entender, que o empreendimento ele
657 surge da necessidade da população. Ele surge da necessidade dos atingidos. E o
658 empreendimento ele entra dentro de uma responsabilidade social disso. E eu sei que o
659 que visa na S/A é o lucro. É o capital e tudo mais. Mas se fosse possível e se for
660 possível que, se os atingidos tendo ação, eles não tem direito de voto. Que pelo menos,

661 viabilizar que essa associação pudesse ter a garantia de ter direito a voto. E a outra
662 questão que você não me respondeu é quais os critérios que foram utilizados para se
663 chegar ao meio e um salário mínimo? **Consultor Empresarial Max:** Ta, ta, isso. Então
664 é o seguinte: essa questão da gestão, nós não fechamos, não fechamos ainda, qual que
665 é o modelo ideal. O que se sabe, a priori é o seguinte: tem um conselho fiscal, tem um
666 conselho que pode ser, nas discussões preliminares. Que ele pode ser formado por
667 figuras da sociedade lá. Mas na verdade isso não é uma idéia ainda fechada. Nós não
668 chegamos num detalhamento disso. Quanto ao critério ali de um e ½ salário mínimo. É
669 de um ou meio, nós julgamos pela comissão dos atingidos e pelos nossos questionários,
670 levantando em campo pelas nossas entrevistas. E aí, porque que é meio e o outro, é
671 um? Porque um é mais do que outro. Os dois valores envolvidos, eles são, a rigor, são
672 suficientes. Rigorosamente falando. Mas há em vista do que não se tem nada. Nós
673 criamos duas escalas ali, relativas. Meio e um, em função da apreciação nossa lá de
674 campo e a apreciação da comissão dos atingidos. **Presidente:** OK. Nós temos as
675 inscrições, de Volney, Conselheiro Volney, Conselheiro Júlio e Conselheira Beth.
676 Caramba. Então tem mais dois lá. Fátima e ... Eu vou pedir ao Max, por favor, se você
677 puder anotar. Porque nós vamos fazer em bloco de três. E aí eu gostaria que a gente
678 fosse objetivo na pergunta e que você pudesse objetivar mais a resposta também. E na
679 fala dos próximos três que fizer. A gente pode fazer de três Max? Ta bom? Três. Os
680 próximos três que fizerem a pergunta eu encerro as inscrições. E vou abrir para os
681 atingidos se quiserem manifestar. Conselheiro Volney: Professor. A gente tem visto aí no
682 sul do país, que os granjeiros que fornecem frangos para a Perdigão e pra Sadia hoje,
683 eles estão em verdadeira falência, em verdadeira extrema pobreza. Porque a Perdigão e
684 a Sadia no sul do país. Quer dizer, os granjeiros têm trabalhado 24 horas, porque a
685 granja não pode parar. É 24 horas. E tem sido questionado nos tribunais,
686 constantemente, essa relação de emprego, com a Sadia. E a Sadia e a Perdigão, elas
687 falam que eles não são empregados. E eles afirmam que eles são empregados, porque
688 eles estão à disposição 24 horas. Como é que ele tem esse entendimento melhor. Qual
689 que é o pensamento da Universidade a este respeito? E se buscaram algum modelo
690 também, aqui a Pif-Paf, em Pará de Minas, que é um pólo granjeiro de Minas Gerais
691 também. Se esse modelo mais ou menos. E se os atingidos perceberam, pensaram em
692 visitar esse modelo que é de Pará de Minas, porque é um pólo granjeiro aí do Estado.
693 Mas o sul do país, a gente tem visto que esse modelo, pra Perdigão e pra Sadia, os
694 granjeiros estão em situação de pobreza extrema. **Conselheiro Júlio:** Algumas
695 questões aqui, até já foram faladas. Mas só lembrando assim: primeiro que, é só para a
696 gente entender um pouquinho, o Geraldo. Até já convivi com pessoas na minha pós-
697 graduação em educação ambiental. Eu acabei convivendo com pessoas que passaram
698 por esta situação também. Então assim, essa questão de tentar reverter. Na verdade
699 isso não existe. Porque, questão cultural, questão étnica, isso aí não tem reversão. A D.
700 Maria que viveu em determinado local, há oitenta anos, que criou filhos, criou netos. Se
701 ela sair dali e passar para outro lugar. É tirar a vida dela. Ou quase isso. Então isso é
702 quase impossível. E por outro lado, também tem a questão ambiental também, que é
703 grande o problema. Que a gente nem está tocando nesse assunto. Que também é de
704 extrema relevância. E outra coisa. Não seria possível, essa compensação. Já que os
705 municípios terão essa compensação. Um pouco dessa compensação, ser direcionada
706 diretamente para as pessoas que sofreram, está sofrendo esta interferência. Ou seja, a
707 família dos atingidos. Será que isso não seria possível? E, outra coisa, já tiraram as
708 casas, já mudaram as pessoas de lugar. E agora estão criando uma sociedade anônima.
709 Uma... que na verdade, eles não terão direito de administrar. Isso é preocupante. Então
710 eu sugiro que ao invés de sociedade anônima se faça uma cooperativa. E que transfira
711 para eles a responsabilidade do que deve ser feito. E aí eu penso assim: Que então
712 deva ser feita uma capacitação das pessoas, para estar gerindo esta cooperativa. Não
713 que seja gerido por pessoas de fora. Mas por eles mesmos. Então é uma sugestão.
714 Seriam estas as minhas colocações. **Conselheira Elizabeth:** Bom dia a todos e a todas.
715 Eu ainda não consegui falar ainda. E também, Max, é um prazer você voltar aqui no

716 conselho, novamente. Eu acho que, primeiro, a minha palavra é essa. A minha pergunta
717 vai em direção do que eles fizeram. E primeiro é elogiar mais uma vez a Universidade de
718 Viçosa, que está nesta empreitada e está realmente tentando discutir. O desenho do
719 empreendimento, como você falou, é um desenho teórico, é bom. Mas a minha pergunta
720 vai ser um pouco dali. Porque, inclusive construído com a adesão das famílias. Mas a
721 minha pergunta vai um pouco na linha do que eles colocaram. Primeiro são 24 famílias.
722 Elas são meeiras. Arrendatários do comércio de... e pescadores. Então são duas
723 funções diferentes. Entre pescar e criar galinha tem uma diferença muito grande. Então,
724 eu acho que, o que eu queria saber. É como que vocês, por exemplo, vocês vão de certa
725 forma, viram, estudaram, é realmente um comércio interessante, industrial. Porque
726 produzir alimentos é sempre bom. E eu acho que a gente, realmente, tem um pouco de
727 sucesso nisso. Mas tem uma questão delicada aí, que é essa mudança de perfil de
728 construção de vida. Então criar aves, você vai ter que investir nas famílias. Para elas
729 aprenderem a criar com competência. Porque elas têm que ter competência, senão elas
730 não vão ter o retorno. E depois, o recurso, para elas. Elas teriam que ter um recurso, de
731 fazer um investimento. Porque você tem um tempo aí de aprendizagem, de como fazer e
732 tal. E por outro lado, o nosso colega ali falou da questão ambiental. Que é uma questão
733 importante. Acho que toda hoje indústria, que vai produzir alimento. E no caso eu estou
734 falando de criar aves. Seria por exemplo um diferencial, com a característica ambiental,
735 por exemplo, criar. E tem um diferencial. Criar galinha feliz por exemplo. Criar galinha
736 feliz é criar a galinha integrada no meio ambiente. Então assim, são situações,
737 expertises, que não são colocados de um dia para o outro. Um é a motivação. Eu saio
738 da minha liberdade de pescar. E vou ter que levantar e trabalhar o tempo todo, para ter
739 sucesso. Então tem uma delicadeza nesse processo, que eu acho que assim. Como é
740 que vocês estão pensando, por que isso não é de um dia para o outro. Isso tem um
741 tempo. Só um pouco nessa... **Consultor Empresarial Max:** A relação aqui de emprego.
742 No que diz respeito a sua pergunta, é o seguinte: Não é, não é uma afirmação aí técnica,
743 que o granjeiro na avicultura integrada, ele é ruim para ele. Não, é o contrário. Na
744 criação de frangos, o integrado é o mais seguro que existe. Existem pessoas que não
745 estão satisfeitas com a atividade? Sim. Que existe. Por quê? Porque normalmente são
746 integrados antigos, que estão com a tecnologia ultrapassada. Então o aviário dele não
747 está apropriado. Ele não teve investimento no aviário dele. Então ele não consegue
748 acompanhar os investimentos. Os índices de produtividade médio daquele setor. Então
749 ele acaba ficando para trás. Por exemplo, a quantidade no aviário, a posição dele em
750 relação ao sol. Mudou muito de uns trinta anos para cá. É uma atividade em alto
751 desenvolvimento tecnológico. Então esse nosso projeto, como ele é novo. Ele está vindo
752 com toda... o aviário é novo também. Está todo dentro da técnica geral. Então eu tenho
753 certeza, nós temos certeza que vai haver fila de produtores rurais, para serem, para
754 pegarem a integração. Nós é que vamos abrir vagas, em função da própria, da dimensão
755 do empreendimento. Relação de emprego. É discutível. O ministério público lá no sul,
756 entrou, há uma demanda desse sentido. Ela não foi acatada. Não há relação de
757 emprego nessa situação. Poderia existir. Se existir, essa possibilidade muda metade do
758 empreendimento aí, ele altera. Mas todo mundo seria alterado. O que vai acontecer,
759 seria o preço do frango no mercado alterar. Uma relação de emprego, por exemplo, ela
760 mudaria completamente a engenharia financeira do custo do frango. Então seria um
761 problema geral. Só que, cuja implicação maior seria o preço do frango aumentar para
762 todo mundo. Essa que é... se houvesse uma mudança aí. Na questão ambiental, das
763 carnes brancas. Se eu não entendi essa pergunta direito. Das carnes brancas, a
764 avicultura é a que menos impacto ocasionam. Ela é menos que do que a suinocultura. E
765 nós não temos produção industrial, sem verde. No sentido que não tenha nenhum
766 impacto. Então o impacto que nós estamos aí preocupados, é o impacto positivo, social
767 que é... Na parte de cooperativa. Porque que não é cooperativa? E não é S/A? E porque
768 a cooperativa não é a pessoa jurídica adequada para isso. E da discussão com o público
769 interessado, que é os atingidos. O assunto foi plenamente esclarecido. Eu acho que a
770 alternativa de cooperativa seria também, mas seria com um outro público. São os

771 cooperados, juntar os produtores rurais da região, para montar uma cooperativa dos
772 produtores de frango. Aí seria uma cooperativa. Não é o caso. Não é produtores de
773 frango. Aí eu volto para vocês. Talvez eu não esteja explicando direito aqui, o seguinte:
774 esses aviários não são para o atingido criar frango. Os vinte e quatro que nós estamos
775 falando aqui, que é o pessoal de emergência. É um extra que nós estamos tirando ali
776 do... pra a empreendedora acolher, atender até o PRE... esses empreendimentos
777 surgirem efeito. Que é de dezoito meses, vinte meses, para gerar efeito. Essas pessoas
778 aí que estão diretamente afetadas, não tem como esperar 24 meses. É por isso que é,
779 que nós vamos sugerir a empreendedora que assuma esse pessoal. E até quando? É
780 claro que é provisório. Nós vamos trabalhar, junto. Esse empreendimento aí da
781 avicultura industrial é o eixo, maior. Mas não é o único. Nós temos lá alguns outros
782 projetos. Areal, fazer um outro areal, a respeito. Limpeza do lago. Tanque rede. Tem
783 alguns outros projetos que são mais específicos, que nós tentar aproveitar essa mão de
784 obra, que já está... avô, pai e o filho que vão estar indo como pescador, no caso.
785 Também dos areeiros que não encontram, não adianta dar ... Em que o programa de
786 readaptação profissional não funciona. Não funcionou. Então, eu respondi a senhora? A
787 respeito de criar galinha? Os 24 lá não vão criar galinha. O que nós esperamos é que o
788 dividendo vá cobrir. Na média, como nós falamos lá, é R\$1.300.000,00 por ano que vai
789 para a comunidade. Isso aí faz um efeito. Entendeu? Não eles são integrados. Sobre a
790 gestão também, a respeito. Porque que eles não vão gerir? A empreendedora não vai ter
791 nenhuma razão para falar o seguinte: Olha, se vocês quiserem assumir, vocês
792 assumem. Ela não vai ter nenhum problema de fazer isso. Nós os técnicos, que
793 sabemos que não é, a gestão aí, não pode ser romântica. Aí não. Aí é mercado. E os
794 processos de treinamento, de adaptação da idéia, têm que ser ao longo do tempo
795 mesmo. Assimilar que é um sócio, até vir a ser, a influenciar os destinos da empresa é
796 um assunto que ainda está aberto. Nós não fechamos ainda qual que vai ser o modelo
797 adotado. A comunidade é que é a interessada. Quando nós falamos aqui que e empresa
798 ainda vai colocar. Porque ela é de fato a responsável, até isso aí ficar pronto, de fato. Eu
799 respondi as três perguntas? **Presidente:** Conselheira Fátima e logo em seguida o
800 Conselheiro Fernando, por favor. O Beth, eu vou te pedir só um minutinho, eu vou dar
801 seqüência e depois você volta a bater bola. Porque eu não ouvi ainda a pergunta deles.
802 Conselheira Fátima e logo em seguida o Conselheiro Fernando, por favor. **Conselheira**
803 **Fátima Bergamini:** A minha preocupação é com a comunidade. Pelo que eu estou
804 percebendo, por exemplo, eles não vão ter cota, eles não vão ser cotistas no
805 empreendedurismo. Depois, como eles vão melhorar a sua vida nesta comunidade, se
806 eles não têm condição dessa demanda de emprego. Por quê? Hoje eles vão estar lá
807 assim: como um negro da fábrica. Daqui a pouco vão vir os filhos, os netos. Como isso
808 pode beneficiar no futuro. Você está entendendo? Eu queria saber assim: Como que nós
809 vamos incultar essas pessoas dentro dessa fábrica. Porque cotista vai ser muito difícil
810 eles terem esse retorno, a longo prazo. Se eles forem cotista quanto tempo eles vão ter
811 direito? No orçamento. Estou preocupada com isso. **Presidente:** Um minutinho Max, por
812 favor. Conselheiro Fernando. **Conselheiro Fernando:** OK. Bom dia a todos. Uma coisa
813 que eu fiquei aqui na dúvida. Eu queria tirar é o seguinte: as maiorias das ações vão ser
814 dos atingidos e preferenciais. Isso é uma dúvida porque, é necessário saber como será
815 essa distribuição acionária. Se os vinte e quatro atingidos vão ter 10%, 20%, vão ter 90%
816 dos 100% das ações. Mesmo que elas sejam preferenciais, sem direito a voto. A gente
817 precisa ter claro, quanto que esta divisão está, quanto que o empreendedor está tendo
818 nesse empreendimento. E outra coisa também que eu fico na dúvida é: onde que vai
819 estar garantido que o empreendedor daqui a cinco, seis anos, passará o controle
820 acionário para os acionistas. Porque eu entendo, e acho que é correto, que num primeiro
821 momento, este empreendimento esteja na mão de quem entende do investimento.
822 Porque colocar isso na mão dos atingidos, agora, eu entendo que isso não será benéfico
823 e tem grandes riscos do empreendimento quebrar. Penso eu, que deveria ser formado
824 um conselho de administração, como participação deles, para que fossem criando a
825 expertise necessária, para daqui a cinco, seis anos, previstos em contrato também, esse

826 empreendimento passasse a ser totalmente controlado pelos atingidos. **Consultor**
827 **Empresarial Max:** Olha o assunto, ele encerra, na complexidade dele. Então esses
828 detalhamentos. O fato é, a empreendedora não tem isso aí como um foco dela. Ela só
829 vai ficar lá, até o empreendimento ser maduro para ser conduzido pelos. Nós vamos
830 acompanhar, nós vamos assessorar os atingidos sempre nisso aí. Então, porque que é
831 que o empreendedor está lá, ou não está. O empreendedor só está aí, obrigado a ficar
832 lá. Porque para a vontade dele, era chegar e falar: qual que é a responsabilidade de
833 efetivar e ficar fora. Porque não é o foco dele, isso aí. Então, nós vamos trabalhar para
834 que a comunidade absorva o empreendimento. Quanto a valer. Olha só, quanto que vale
835 uma casa que rende R\$500,00 por mês de aluguel? Cinquenta mil. Pois é, é o que vai
836 valer essa ação. Quando for distribuída a ação. Se ela rendesse R\$500,00 por mês,
837 R\$600,00 por mês. Significa dizer, que ela vale 50.000, 60.000. Que a parte que vai ser.
838 É uma outra indenização de muito grande, que vai receber. Então eu não expliquei
839 aquilo ali, mas nesses detalhes, depois mais aprofundados, nós iremos gerar um
840 relatório, para cá, para vocês. Na especificação, explicando todos esses detalhes aí, a
841 respeito. Em termos de benefício, a família atingida é alto, altíssimo. O que vai acontecer
842 é, alguém abrir mão, por um valor pequeno, dessa coisa. Pode acontecer na frente,
843 alguém vender simplesmente essa ação para um outro, porque não é proibido isso, por
844 um valor menor. Alguém levar prejuízo nisso. É, controle acionário. O controle acionário,
845 como nós temos uma situação especial. Nós temos duas coisas. O controle acionário é
846 dos atingidos. Qual é o critério para distribuir essas ações? É uma página na frente. Nós
847 ainda vamos discutir isso com os atingidos. Qual o universo que é beneficiado? É
848 também. Nós vamos enviar um ofício aqui para o CEAS. Pro CEAS vir com as várias
849 listas que existem a respeito de quem é o beneficiário disso aí. Pro CEAS nos ajudar a
850 respeito de escolher, de definir os critérios básicos, pra fechar o universo dos atingidos
851 que merecem o UPRE. Então nós vamos enviar para o CEAS, uma comunicação a
852 respeito disso. Acho que eu respondi. **Presidente:** Eu queria abrir para os atingidos e a
853 representação dos atingidos, na pessoa do advogado ou até do conselho, se estiver
854 presente, de Laranjal e Recreio. **Não identificado:** Bom dia a mesa, senhor presidente.
855 Bom dia a todos os conselheiros. Primeiro eu vou responder ao conselheiro ali, não sei o
856 seu nome. O de lá é o Valdinei. Júlio. O Júlio você disse aí que tinha que formar uma
857 cooperativa. Nós temos atingidos de várias categorias. Atingido alcoólatra, atingido que
858 cheira pó. Como que essas pessoas vai conduzir um empreendimento, uma sociedade
859 anônima, para onde que eles vão levar elas? Então é uma situação melindrosa. Nós
860 temos que, a *Brookfield* assumir a direção do controle da sociedade anônima até que
861 nós decidamos como que ela vai ser administrada. Você entendeu? Eles vão trazer
862 profissional qualificado. E o Valdinei, eu vou responder você. Você disse que lá no sul do
863 país, está com problemas granjeiro. O levantamento que nós fizemos aí na área da Pif-
864 Paf, na região de Visconde do Rio Branco, a granjas são ultrapassada, o granjeiro ainda
865 estão conseguindo 45 a 50 centavos, por unidade, livre. Trinta mil frango. Quinze mil
866 reais a cada 45 dias. Para a região ainda é um rendimento muito alto. Ainda vem o
867 esterco. Você entendeu? Isso aí é o levantamento que a gente tem em mãos. Já passei
868 por vários granjeiros. Presidente do sindicato de Coimbra, o Sebastião. Vários
869 granjeiros. O município de Leopoldina tem várias granjas. É o Márcio Pimentel. Eles têm
870 um rendimento de 45 a 55 centavos por unidade. Então isso aí, é um lucro hoje
871 fantástico. 30.000 frangos, quinze mil reais dentro de quarenta e cinco dias. Quantos
872 funcionários gastam? Um, dois. O sistema da comida hoje é eletrônico, a água é
873 eletrônica. Então é produtivo? É. E depois a região, está uma região empobrecido o solo,
874 vai ter muito esterco para recuperar as pastagens, recuperar o que sobrou. A senhora é?
875 A Beth. Beth você disse que entre pescar e criar frango, é atividade é diferente. Muito
876 difícil mesmo. Mas pescar, não tem mais peixe no rio. Vai pescar o quê? Não tem como.
877 Eles têm que substituir para outro lado. Aqueles novos, que estão novinho, que adapta
878 em qualquer lugar. Vai trabalhar na granja, vai trabalhar no abatedouro. E aquele mais
879 idoso, vai receber a cota, que gera para ele um benefício. Essa cota vai ser distribuída, a
880 todos os atingidos, que são considerados pelo CEAS. Essa cota, daqui a uns dois anos,

881 depois de uns dois anos que o empreendimento estiver funcionando a sociedade
882 anônima. Ela deve chegar a uns R\$ 1.300,00 mensal. Então o atingido que não tem
883 condições de trabalhar, ele vai sobreviver tranquilo. Isso é o levantamento que nós
884 temos em mãos. Tem mais alguma pergunta? Alguém? **Presidente:** Só um minutinho.
885 Você falou em nome da associação dos atingidos. Eu queria saber se outras pessoas
886 vão falar? E os conselhos de Laranjal e Recreio, se estiverem presentes, querem
887 manifestar. Pois não. Por favor, pega o microfone que está sendo gravado. **Não**
888 **identificado:** cmas laranja (???) Queria saber qual foi o critério usado para contemplar
889 apenas 24 famílias. Que foi falado. Porque a gente sabe que no município de Laranjal,
890 existem muito mais atingidos. A gente já está lá fazendo este trabalho. Junto com o
891 conselho municipal, fazendo as visitas, indo nas casas e tudo. Observando a situação de
892 extrema pobreza, realmente que existe. E esse negócio do salário-mínimo que vai ser
893 colocado durante dois anos para as famílias. E se o empreendimento não der certo.
894 Como é que esse povo vai ficar depois. **Não identificado:** Olha, o critério adotado. Não
895 fui eu quem fiz a análise da região e nem de cada caso. O critério foi adotado o pessoal
896 que perdeu definitivamente a renda, aquele pescador. Que o peixe não tem como
897 pescar. Então, foi o critério de um salário para aquele que é pescador. Pescador tem
898 família, é um salário. O pescador é um pescador individualmente, que ele não tem
899 nenhum coleiro para dar água. Um cidadão sozinho lá, meio salário para ele. Eu acho
900 que não tem injustiça ainda não. Agora é muito triste aquele projeto de florzinha, tirar
901 pessoa lá do alto do morro e dizer que ele é atingido por barragem. Aquele que é
902 terrível. **Presidente:** Só um minutinho, por favor. Ele respondeu pelos atingidos, o Max
903 vai responder pelo empreendedor. **Consultor Empresarial Max:** O critério que nós
904 adotamos. É o seguinte: como tem atingido muitos atingidos. Essa aí é a ponta, do
905 nosso. Pelo critério, o objetivo que nós temos, nós pegamos 24 famílias, embora tenham
906 mais 50 famílias aí que poderiam estar na... que poderiam estar na linha de pobreza. Foi
907 um critério, é um critério que nós achamos para a *Brookfield* assumir temporariamente e
908 em caráter de emergência, a respeito. Onde nós tiramos? é dos nossos levantamentos e
909 da comissão dos atingidos. Nós tiramos essa lista. Não quer dizer que as 24 famílias,
910 seja só as 24. Se o Conselho de Assistência Social de Laranjal, achar que tem mais lá.
911 Nós estamos aí. Eu estou. Apresentar para a *Brookfield*, a respeito do que vocês acham
912 que devam acrescentar às 24. Nós do trabalho técnico estamos recomendando estes 24.
913 Não quer dizer que vocês não possam recomendar também. **Presidente:** Pega o
914 microfone por favor que está sendo gravado. **Não Identificado: CMAS de laranja** Foi
915 criado uma comissão de conciliação, entre o empreendedor, a comissão de atingidos e
916 os conselhos municipais. Inclusive tinha um representante do CEAS. Que participou em
917 uma única reunião. E depois, aconteceu mais duas reuniões, depois disso. E nunca mais
918 se falou em comissão de atingidos. Eu procurei ligar para o Dr. Leonardo, diversas
919 vezes, eu não consegui falar. Conversei com o Zé, o Zé falou que não tinha como
920 marcar reunião sem conversar com o restante da comissão. Então, assim, o conselho
921 municipal, entrou nessa demanda, visando beneficiar todos os atingidos. Todos. Não
922 apenas 24 famílias. Porque esse critério usado, a gente não sabe como foi. Nós não
923 tomamos conhecimento como foi feito esse critério. Foi através de um questionamento?
924 De um questionário? De uma visita domiciliar? De pessoas que pegavam na rua? Vem
925 cá responde aqui. Vou fazer uma – igual ao IBOPE. A gente não sabe como foi feito
926 isso. Porque simplesmente não houve mais reuniões de comissões de conciliação.
927 Então o conselho municipal ficou assim meio à parte. Eu como presidente, procurei
928 diversas vezes, saber o que estava acontecendo, porque o meu objetivo é ajudar. Ajudar
929 a comunidade, ajudar a comissão de atingidos. A gente quer identificar todas as
930 demandas e fazer todo o possível para sanar tudo. Mas até agora eu não sei assim: qual
931 foi o critério adotado para se identificar apenas 24 famílias, a serem contempladas com
932 este projeto de reativação econômica. **Presidente:** OK. Dr. José Leonardo. Desculpe,
933 Leonardo. **Representante dos Atingidos Dr. Leonardo:** Bom dia a todos. A todos
934 presentes. Eu só queria repassar algumas questões. Porque o empreendedor está aqui
935 presente, e o Danilo de Laranjal e Recreio estivesse aqui. Nós encaminhamos às

936 reuniões a comissão de negociação. E a última reunião que nós fizemos, o Fernando
937 está aqui pelo empreendedor. Você estava lá Miriam? Foi lá em Recreio, onde foi
938 definido os últimos nomes, relativos às indenizações. E não foi feita nenhuma reunião
939 porque? Porque nós encerramos naquela reunião a lista. E no termo de acordo consta
940 que vai ser feita a reativação. Que está sendo feito aí o projeto. Que não é a minha área.
941 E que isso vai estar sendo discutido. Então eu acho que a discussão encerra aqui.
942 Agora, está aberto, a comissão vai continuar acompanhando, a discussão é complexa.
943 Todos os senhores estão percebendo. Então na verdade, as negociações, elas foram
944 encerradas e por isso, as reuniões da comissão não foram mais feitas. Porque não havia
945 mais o que se discutir. Então só terminando, sr. Presidente. Só em relação às
946 negociações, foi entregue um ofício ao presidente, relatando, as discussões da comissão
947 de negociação. Informando que tem dois nomes que não aceitaram as propostas de
948 indenização. Que é legítimo. Está previsto no acordo. Cinco nomes, salvo engano, que
949 pela complexidade do caso, ainda não foram definidos. E alguns casos que foram
950 excluídos pela comissão, por não serem atingidos. E os demais foram todos
951 contemplados nas respectivas indenizações. Então, nesse sentido, só esclarecendo,
952 essa questão da reativação econômica. O Max aí, para esta discussão. Eu
953 particularmente, não estou participando, por ser responsável também por uma parte de
954 todo o processo. Mas, não é da minha área. Mas, fico a disposição. Meu escritório está
955 lá, pode ligar, e certamente eu vou atender. Não recebi nenhum telefonema e nenhum
956 recado para retornar. Mas esta discussão, a comissão está bem clara que é feita pelo
957 Max. Conduzida pelo Max. Ouvindo as partes interessadas. E uma discussão que os
958 senhores estão percebendo de alta complexidade. Então o que eu estou dizendo para a
959 comunidade, é isso. Ou seja, acompanho os trabalhos, vocês fizeram a opção de
960 determinar esse projeto. E eu tenho falado pro Zé, para montar um conselho lá, entre a
961 comunidade, para discutir a fundo esse projeto. Porque pode até que se dê errado. Mas
962 ninguém quer que isso dê errado. Então eu falei com o Zé: não vamos só no “oba-oba”.
963 Vamos pensar com pensamentos críticos, ponderados. Porque eu acho que assim a
964 gente vai melhorando o projeto. A dica que eu dei a eles é isso. Mas, encerrando, sr.
965 Presidente. Só em relativo às negociações, o ofício está na mesa do presidente, eu acho
966 que foi tudo assim um sucesso. Algumas pendências demoraram mais, por problemas
967 judiciais, que é normal o tramite. **Presidente:** OK. Veja bem pessoal. Eu penso que o
968 objetivo da nossa plenária em trazer o empreendimento, era nesse sentido, de clarear.
969 Falar qual é o projeto proposto e já concordado entre as partes, para se fazer a
970 reativação econômica. Uma vez que esse empreendimento, já traz. São problemas que
971 aconteceram eu diria que, de ambas as partes. E que só agora, caminhou. Agora num
972 para trás aí bem recente. Caminhou com a intervenção, eu diria, até desse Conselho. E
973 as colocações foram feitas aqui. Mesmo ainda que em formas de perguntas, pelos
974 usuários e conselheiros. Todas elas traduzem exatamente o nosso espírito, de estar em
975 defesa do beneficiário e usuário da política pública de assistência. De estar em defesa,
976 ou e até para estabelecer a proteção social básica dos atingidos. E esse projeto, nós o
977 conhecemos em Candongas. Eu fiz questão lá. O problema é tamanho que eu fiz
978 questão de ir com mais dois conselheiros. O Dr. José Ismar e o Dr. Fernando. Está aí?
979 Saiu. Para participar desde o início. Tanto em Candonga como em Laranjal. Ouvimos
980 atingidos, ouvimos conselho, inclusive conselho tutelar, fizemos visita in-loco. E a partir
981 daí, eu diria que, caminhou de uma forma muito tranqüila e eu diria até que bem serena.
982 Hoje, independente dos questionamentos que foram feitos, e das respostas, concluídas
983 ou não. Se a gente for realmente detalhar e cada um aqui expor aquilo que pensa e
984 aquilo que não é. A gente não sai. Daqui realmente com esta visão. O mais importante é
985 ressaltar que, o projeto, esse projeto quando é trazido, no sentido de trazer reativação
986 econômica. E uma vez concordado entre as partes. Para nós está de bom tamanho. Mas
987 tem algumas colocações que foram feitas. E assim de forma muito resumida. O meu
988 entendimento é que. Quando se faz um empreendimento, e aí o Max foi muito feliz
989 quando ele colocou: Oh, isso aqui é um empreendimento, então nós não podemos ter
990 uma gestão amadora. Você tem uma gestão amadora. E aí, vários já colocaram aqui.

991 Você vai ter gestão de quem nunca entendeu disso, não sabe nem como é. Então
992 realmente você não teria viabilidade econômica e nem de retorno para isso. A outra
993 observação que se faz, é que aqui eu vejo um avanço, Max. Porque traz um
994 investimento do empreendedor. De oito milhões. Coisa diferentemente de Candonga que
995 trazia um investimento com recurso do BNDS, do financiamento. E que o próprio
996 empreendimento teria que se pagar. Ainda que. Aqui nesse caso, também vai haver o
997 retorno. Óbvio. Quando do retorno do investimento. Óbvio que o empreendedor vai
998 querer o retorno do valor que está se investindo. Não é? Mas diferentemente daquela
999 responsabilidade de financiamento lá atrás, que a gente não sabia com quem ficaria.
1000 Alguns questionamentos, nós participamos ativamente disso lá. Lá em Candongas, e
1001 depois o projeto avançou em algumas situações. Hoje a gente vê que, pós-retorno, e é
1002 necessário que tenha uma gestão empresarial. E aí se tendo a gestão empresarial,
1003 também responde algumas perguntas que foram feitas, no que diz respeito a
1004 empregabilidade. A nós vamos empregar o pescador lá, não. Só se ele for devidamente
1005 qualificado e tiver condições de prestar mão de obra, que é específica do
1006 empreendimento, da avicultura. Caso contrário, não, não vai empregar. Não vai
1007 empregar porque se não, mais uma vez, é você atrapalhar a gestão do empreendimento
1008 e você não vai ter retorno. Então para mim, eu acho que vale aqui para a representação
1009 dos atingidos que estão aqui. É a preocupação que o Conselho tem nas manifestações
1010 que houveram. Agora eu diria que para frente, este Conselho Estadual, tem feito, está
1011 monitorando, isso aqui, através dos relatórios. Através de, diversas vezes em plenária
1012 vem, faz a exposição. Ambas as partes tem a plena liberdade de fazer as manifestações.
1013 E nós vamos continuar a monitorando. Pra frente eu diria que, tem algumas perguntas
1014 que foram feitas, principalmente por, Marcelo, Júlio e o conselheiro Fernando. No que
1015 diz respeito à distribuição de cotas, etc. Mas penso que não é este o momento. O
1016 momento é de desenho. O momento é de. E pra frente, com toda certeza, isso aí vai ter
1017 que estar muito claro. Porque o que se pretende aqui, é a garantia de um recurso
1018 financeiro, para as famílias dos atingidos, que está muito claro. Independente de ele
1019 trabalhar ou não. E é o que o projeto prevê. Aqueles que tiverem descendentes dessa
1020 família que estiverem em condições de trabalho. Vão se qualificar para estar no mercado
1021 de trabalho? Sim, com toda certeza. Penso que o empreendimento não vai se negar a
1022 isso. E a outra situação é que: vai dar certo o empreendimento? Gente, aqui, não dá
1023 para pensar. Se fosse assim o mercado da instituição financeira dos bancos nos Estados
1024 Unidos, que acaba ir a bancarrota, que está bancando é o dinheiro público. Quem ia
1025 prever isso? Ninguém. Então pode dar certo? Pode dar errado? Pode. Aí Volney, você
1026 levanta uma questão muito interessante, mas que também, mais uma vez é uma relação
1027 de mercado. E aí eu penso que nós enquanto conselheiros, devemos estar firme nisso
1028 mesmo. Porque tentar dar uma certa comodidade a essa voracidade do sistema
1029 capitalista nosso. Porque ele é muito selvagem. Ele vê o dinheiro e mais nada. Então ele
1030 primeiro visa o lucro. E tem que ser mesmo, o objetivo é lucro. Mas a qualquer custo
1031 não. Então acho que nosso papel enquanto conselheiro, é dar uma humanizada nesse
1032 sistema capitalista. Se é que é possível. Mas nessa relação que se tem lá, das granjas
1033 com o empreendedor, há correlação de forças no mesmo molde da relação capital-
1034 trabalho. Empregado quando não está satisfeito, o patrão não quer, você para de
1035 trabalhar e faz greve. E aí vê se ele vai ter lucro. A mesma coisa a granja tem que fazer.
1036 Mas aí é questão de associação. A questão de estar o pessoal coletivamente pensando
1037 da mesma forma. E por fim. Eu diria o seguinte: por experiência mesmo dos
1038 empreendedores, inclusive deste aqui. O que a gente observa é que não é possível
1039 contemplar a unanimidade. Aí a gente vai pelo regime da democracia. É a vontade da
1040 maioria. E alguns que não quiserem, é o direito dele não querer. Agora se vai perder, ou
1041 se vai ganhar, não é problema nosso. Aqui, o problema é que exista, uma maioria
1042 pensando que isso aqui é viável. E pelo que a gente vê a manifestação é essa. Tem aqui
1043 uma declaração de apoio ao projeto. Complexo industrial aviário. Está com 100% de
1044 adesão. É isso que foi trazido. Está aqui a relação. Eu já li o cabeçalho, quem quiser
1045 tomar conhecimento, pode ficar a vontade. E tem outra carta que o empreendedor traz,

1046 manifestando ao Conselho Estadual, em que fala do aproveitamento hidroelétrico da
1047 Barra de Braúna. Da atualização do status de acordo com a comissão dos atingidos. De
1048 andamento do plano de reativação econômica. E o posicionamento final das partes
1049 envolvidas. Portanto, já existe aí, uma situação sacramentada. Por vontade de ambas as
1050 partes. Atingidos e empreendedor. Então agora é realmente, colocar em prática a
1051 viabilidade do projeto. E a gente monitorar isso mais de perto. Então eu penso que esta
1052 é a situação trazida, e penso de uma forma resumida. Eu lamento ter que fazer o ruim
1053 papel de coordenar. Mas não dá para a gente abrir e promover um debate. Todos teriam
1054 vontade de réplica e trepica, mas infelizmente a gente não tem tempo para isso. Eu só
1055 queria Zé, que você fosse objetivo, claro e sem citar nome, porque senão eu vou ter que
1056 dar direito a resposta. Por favor. **Atingido José:** Na última plenária, o senhor como
1057 presidente, falou: que o conselho era só para o presidente do conselho, acompanhar.
1058 Não tinha que ficar fazendo reunião, nós estávamos conduzindo as negociações. Então
1059 se o presidente sentisse que tivesse alguma coisa errada, ele podia intervir na situação.
1060 Não era assim? Então o que nós fizemos. As negociações caminhou maravilhosamente,
1061 não precisou da atuação. Não tinha nada para levar ao presidente. Só isso que eu queria
1062 deixar claro para os conselheiros. Obrigado. **Presidente:** Agradeço, José Furtine. E aí
1063 eu só complementaria para nossa conselheira de Laranjal. Esse Conselho Estadual
1064 sempre respeitou os conselhos municipais, na sua liberdade, na democratização e
1065 descentralização da política pública. E assim, sendo, este Conselho, também de acordo
1066 com o artigo nono da LOAS ele exerce sim a fundamentação legal, quando sendo órgão
1067 de recurso dos conselhos municipais. E sempre que a gente tem empreendimento nos
1068 municípios, a gente quer que o controle social seja estabelecido através do conselho
1069 municipal. Que é quem está mais próximo. E isso é muito inerente e peculiar aos
1070 conselhos municipais. E quando a conselheira, quando traz essa preocupação. Eu
1071 gostaria até de duas situações só pra encaminhamento. Que o Conselho pudesse junto
1072 ao Max, ou a comissão lá. A apropriar desse levantamento que foi feito. Desse
1073 prognóstico que foi feito. E penso até que, se você ainda não tem este levantamento,
1074 porque eu penso que essas 24 famílias, elas fazem parte de todo um contexto muito
1075 maior do que isso, no seu município. Não é? E aí eu diria até que, penso eu, estou
1076 entendendo eu que esse de meio ou de um salário mínimo. Independente de qual
1077 família. Ele está vindo como complemento à possibilidade de uma Bolsa Família que já
1078 deve estar para estas famílias. Se o cadastro lá foi fiel, a real situação das famílias.
1079 Porque ele está para isso. Para as pessoas com alto grau de vulnerabilidade e de
1080 miserabilidade absoluta. Se o Conselho ainda não tem isso, é importante que se tenha e
1081 que inclusive veja a situação dessas 24 famílias, inseridas num contexto como um todo.
1082 E entender que isso aqui é uma complementação à Bolsa. Mas eles têm direito a Bolsa,
1083 dentro dos critérios que foi correlatado aqui. É só uma lembrança pro conselho. Por
1084 favor, eu vou te dar o direito de manifestar porque agora eu estou falando para o
1085 Conselho Municipal. Então você podia, por favor, pegar o microfone. **Presidente do**
1086 **CMAS de Laranjal:** A minha preocupação quanto a conselho municipal, é uma parceria.
1087 Então a partir do momento que houve essa comissão de conciliação, que foi extinta.
1088 Sem, assim, não teve uma finalização. Falou tchau e pronto. Acabou. Até aí eu entendo.
1089 Mas no meu modo de pensar. Como é um plano de reativação, que ia atingir a
1090 comunidade como um todo. Porque o município é muito pequeno. E são muitos os
1091 atingidos, mesmo que o CEAS não os reconheçam. São muitos atingidos. Então a minha
1092 preocupação é quanto à quantidade de pessoas que vão participar desse projeto. E no
1093 meu entender, eles vão continuar sendo simplesmente empregados. Porque enquanto
1094 acionistas eles não têm poder de gestão. E para eles terem poder de gestão, eles vão
1095 precisar de uma capacitação, vão precisar de uma especialidade, técnica, o que seja.
1096 Então a preocupação do conselho municipal neste momento, é esse. Porque só 24
1097 famílias e qual o critério usado para se ter sido contemplado apenas essas 24 famílias.
1098 Porque o conselho não tem em mãos, essa relação e essa justificativa. Porque isso?
1099 **Presidente:** Eu gostaria de o Max depois e a comissão. Por favor, pudesse socializar
1100 isso com o conselho municipal. Vocês já conhecem a nossa linha aqui de pensamento,

1101 já manifestamos isso em outras ocasiões. É importante que o conselho municipal
1102 participe do processo. Mas é importante que o conselho municipal conheça todo o
1103 processamento que está sendo feito. E inclusive com uma situação de que existe uma
1104 concordância entre as partes. No que diz respeito às 24 famílias, eu vou dizer. Acho que
1105 é questão de critério, detalhe do projeto. Aí o conselho tem que sentar com a comissão,
1106 a comissão com o conselho, e clarear essa situação. Agora não é que o CEAS enxerga
1107 só os 24, conforme foi manifestado por você não, conselheira. O CEAS enxerga todos os
1108 atingidos, temos o nome com endereço de cada um deles. Então a gente está atendo no
1109 monitoramento. E temos cobrado isso via relatório. Ta. Então é só porque está gravado,
1110 então fica parecendo que o CEAS só enxergou... Não. O CEAS está enxergando a
1111 complexidade toda. E todos os atingidos desde o início. Só para ficar claro. Eu gostaria
1112 de agradecer as partes dos atingidos, aos empreendedores que aqui estiveram. Max, eu
1113 quero só ressaltar que o projeto, que você vê, assim. Eu pude apreciar ele de perto e
1114 fazer uma análise. E lá em Candonga eu tomei até a liberdade de dizer o seguinte: que
1115 se for aberto como é a S/A e se for abrir o capital, eu gostaria de ser investidor dele,
1116 sabe. Tamanha é a credibilidade que eu tenho no projeto. Penso que é um negócio bom
1117 sim, com toda a certeza. Quanto a questão se vai dar, ou se não vai dar. Isso é outros
1118 quinhentos. Mas óbvio, que eu fiz isso, para mostrar que eu acredito no projeto. E
1119 segundo, porque mesmo que eu pudesse entrar, eu não faria isso, por função de estar
1120 presidente do conselho. Senão teria duplicidade de interesse. Mas eu gostaria de
1121 manifestar que a Universidade de Viçosa, como sempre, tem credibilidade, eu diria no
1122 país inteiro. Tem desenvolvido projetos. Como incubadora, como lá dentro das
1123 especialidades. E isso é muito importante para a sociedade como um todo. Esta aí
1124 agora, um exemplo, de que aquilo que foi desenvolvido lá dentro está sendo, podendo
1125 ser feito uma aplicação dele, num empreendimento. E aí eu quero, mais uma vez
1126 manifestar aos empreendedores, que pelo menos até então, este Conselho entende. E
1127 eu também tenho, é que, essa possibilidade de êxito do que se coloca aqui, no que diz
1128 respeito à reativação econômica, possa servir de exemplo para vários outros
1129 empreendimentos que vai chegar no nosso Estado. E com toda a certeza é o que a
1130 gente está fazendo, para que os outros empreendedores coloquem um pouquinho mais
1131 de humanização no sistema capitalista. Enxergue mais um pouco, a situação que já foi
1132 manifestada aqui. De que dificilmente o atingido volta à mesma situação que tinha, que
1133 teria ou que tinha antes. Isso não é possível acontecer, mas é assim mesmo que
1134 acontecem as coisas. Quando se desapropria alguém. Mas pelo menos a gente dá uma
1135 certa comodidade. E aí eu penso, que nisso aí Fernando. Eu quero também parabenizar,
1136 até então, e nós vamos continuar monitorando. Agradeço às partes de estar nesta
1137 plenária e quero deixa-los muito à vontade para se quiserem continuar conosco, pode
1138 estar à vontade. Se quiserem sair também pode se manifestar. Porque agora nós vamos
1139 dar continuidade a nossa pauta aqui, e é uma pauta mais extensa. OK. **Conselheira**
1140 **Juanita:** Bom, presidente. Eu vou conduzir a reunião agora. Desculpa Geraldo. Antes de
1141 passar para o próximo ponto de pauta. Eu gostaria só de. Quem não me conhece ainda,
1142 meu nome é Juanita e estou como vice-presidente deste Conselho representando o
1143 governo. Eu gostaria de dar boas vindas aos novos conselheiros. Com relação aos
1144 novos conselheiros. Eu gostaria só de tranquilizar, porque como é de conduta deste
1145 Conselho. Toda a vez que a gente tem alternância muda-se os conselheiros. A gente faz
1146 um processo de capacitação, para mostrar de que forma que é o Conselho, como que
1147 ele funciona, qual que é a sua dinâmica. Até porque na próxima reunião vocês vão
1148 optarem para qual comissão vocês vão participar. Então o objetivo da minha fala, é para
1149 falar com os novos conselheiros, que a gente dedica três dias no mês a este Conselho.
1150 A mesa diretora três e os demais membros 2 dias, em tese. Fora às capacitações
1151 externas que a gente vai. Dois dias por quê? Reunião da comissão, das comissões e no
1152 segundo dia reunião da plenária. Na próxima reunião, onde vocês já vão estar como
1153 conselheiros, inclusive recebendo diária. Na reunião de comissão, na parte da manhã.
1154 Conforme a dinâmica deste Conselho, a gente tem a discussão das temáticas, afeta a
1155 cada comissão. E na parte da tarde, a gente participa de reuniões conjuntas quando

1156 necessário. Essa próxima será para mostrar para vocês de que forma que funciona este
1157 Conselho. Nós vamos mostrar a dinâmica, quais as comissões que existem, o quê que
1158 faz cada comissão. Para vocês aqui na hora da eleição da nova mesa diretora, vocês já
1159 vão escolher para qual comissão vocês vão fazer parte. Então isso vai fazer parte da
1160 agenda, na reunião na próxima reunião. Onde a gente vai mostrar a cara do Conselho,
1161 para vocês. A temática que a gente discute. Inclusive essa da maior relevância e
1162 importância, que este Conselho tem a missão, de aprovar os planos de assistência
1163 social dos empreendimentos hidroelétricos. Isso nenhum outro conselho do estado tem,
1164 nem nacional tem, nem municípios tem. É só de Minas Gerais, por quê? A constituição
1165 do Estado e uma lei estadual delegou a este Conselho, esta competência. Então vocês
1166 podem ter ficado perdidos nesta questão de Barra de Braúnas. Mas é uma ação, que a
1167 gente tem cotidianamente. E vocês vão receber processos para analisar. Vocês vão ver
1168 a nossa conselheira Edir, fazendo uma análise de um processo de usina. Então isso vai
1169 ficar mais claro para vocês na próxima reunião. Só para a gente não ficar muito ansioso
1170 neste sentido. Bom, nós vamos passar, apesar do horário. A gente tem um ponto de
1171 pauta, que a gente precisa de quorum, então a gente vai adiantá-lo pra na parte da
1172 manhã. Que é prestação de contas. Então a gente vai finalizar esse terceiro ponto de
1173 deliberação e sairmos para o horário de almoço. Esse Conselho agora vai passar pela
1174 análise e deliberação da prestação de contas do FEAS, Fundo Estadual de Assistência
1175 Social, referente ao segundo trimestre de 2011. E eu vou passar para o Conselheiro
1176 Fernando, que é o coordenador da comissão. Fernando. **Conselheiro Fernando:** Bom,
1177 enquanto vai ligando ali o projetor. Ontem, nos reunimos, eu o Geraldo e o George, e
1178 tivemos a ausência do João Ademar, que não participou ontem. **Conselheira Juanita:**
1179 Só para explicar. Fernando, da licença. Só para explicar a metodologia para os nossos
1180 conselheiros. A prestação de contas do FEAS vai por e-mail para todos os conselheiros,
1181 para analisar e perguntar as dúvidas que ele achar que é necessário. Na parte da
1182 reunião das comissões, a comissão de orçamento analisa, se debruça sobre o
1183 documento, com as perguntas dos conselheiros que encaminharam, analisa o
1184 documento. E esse momento aqui agora, é que a comissão encaminha qual que foi a
1185 sugestão da comissão para ser deliberado aqui. OK. Desculpa Fernando. **Conselheiro**
1186 **Fernando:** Sem problema. Então, como a Juanita disse. O relatório foi enviado para
1187 todos os conselheiros, nos dois dias. No dia 4 e no dia 7 de novembro. E as
1188 contribuições nós encaminhamos a SEDESE, que também já nos respondeu. E nós
1189 vamos apresentar aqui para os senhores. Vamos começar na primeira ação. Que é a
1190 ação de qualificação de recursos humanos para gestão do SUAS. Ela tem um valor da
1191 LOA de um milhão e cem mil reais. E uma meta de 14.500 pessoas capacitadas. No
1192 segundo trimestre, houve um gasto de 181. E houve uma execução financeira, no
1193 segundo trimestre, de 181 mil reais. A segunda ação. É a ação de operacionalização de
1194 conselho estadual. Cujo valor da LOA são setecentos e três mil reais. No segundo
1195 trimestre deste ano, houve uma execução física de noventa e cinco mil reais. Com
1196 despesas com viagens, condomínio, passagem aérea, primeira parcela do convênio de
1197 mediação de conflitos. A terceira ação. É o co-financiamento de serviços e benefícios
1198 para municípios na execução da proteção social básica. Cujo o valor da LOAS, são
1199 aproximadamente sete milhões. Nessa ação nós tivemos uma suplementação de
1200 duzentos e oitenta mil reais. Que inclusive foi alvo de uma pergunta, que nós
1201 responderemos. Essa ação houve todo esse detalhamento, todas essas metas aí, estão
1202 presentes nesta ação. Que houve uma execução física no terceiro trimestre, de um
1203 milhão cento e cinquenta mil reais. Descritas nestes três meses, como os senhores
1204 podem ver. Foi a pagamento de plano de serviço de convivência e fortalecimento de
1205 vínculo ao idoso. Pagamento de municípios do diagnóstico porta a porta, que é o
1206 objetivo dessa suplementação. Então nós encaminhamos a SEDESE, perguntamos
1207 sobre essa suplementação. Questionamos sobre o diagnóstico, sobre o que foi
1208 constatado neste diagnóstico. Então aqui segue a resposta, que eu vou me dar à
1209 liberdade, já que os senhores não viram. De ler na íntegra, tudo que está escrito aqui. O
1210 porta a porta, projeto do programa travessia, atua em uma estratégia de buscar ativos

1211 nos domicílios dos municípios beneficiados pelo programa travessia em 2011. O porta a
1212 porta identifica nestes municípios, os domicílios que se encontram em situação de
1213 privação social, nas dimensões de saúde, educação e padrão de vida. Para tanto, utiliza-
1214 se o índice de pobreza multidimensional, desenvolvido pelo PNUD- Programa das
1215 Nações Unidas para o Desenvolvimento. Onde se define a pobreza como um conjunto
1216 de privações sociais e não apenas a ausência de renda. As três dimensões: educação,
1217 saúde e padrão de vida, são subdivididas em dez indicadores. Anos de estudo e
1218 matrículas de crianças. Mortalidade infantil e desnutrição. Eletricidade. Sanitário. Água
1219 potável. Combustível para cozinhar. Revestimento do piso e bens domésticos. Uma
1220 família é multidimensionalmente pobre, se apresentar privação, em no mínimo, 30% dos
1221 indicadores. Cada dimensão vale um terço. E o peso é dividido proporcionalmente pelo
1222 número de indicadores em cada uma delas. Os valores repassados para a execução de
1223 porta a porta, nas cidades beneficiárias do programa travessia. Obedecem ao critério
1224 estabelecido de cinco reais e cinquenta centavos, para cada formulário aplicado. A partir
1225 do número de domicílios ocupados. Tendo como fonte o IBGE de 2010. Os municípios
1226 que têm população maior do que 30.000 habitantes são selecionados as áreas rurais, ou
1227 bairros com vilas e/ou favelas, para mapeamento das privações sociais. Para os
1228 municípios com população menor do que 30.000 habitantes, todo o território do
1229 município é mapeado. O projeto possibilita a identificação da população em privação,
1230 favorecendo a atuação do programa à partir dos indicadores do território. Alguém
1231 gostaria de fazer algum questionamento? Quem fez essa pergunta por e-mail. Podemos
1232 escrever e fazer todas as perguntas no final? O quê que você acha Juanita? Ou você
1233 prefere que seja agora? **Conselheira Juanita:** Então a gente podia fazer como a gente
1234 faz nas outras prestações de contas. À medida que ele vai lendo a ação, se não tiver
1235 nenhum questionamento, a gente vai entendendo que está tranquilo. Pode ser assim?
1236 Pode ser conselheiros? Tem alguém que gostaria de voltar na número um? Sim. Há ta.
1237 Então, Adenor na ação dois, proteção básica. Não ação três que é porta a porta. Alguém
1238 mais? Adenor ação três. Cristiane também? Ação três, porta a porta. OK. Mais alguém?
1239 Você também no porta a porta? Beth. Então na ação de qualificação de recursos
1240 humanos para gestão do SUAS, está tranquilo? OK. Operacionalização do CEAS
1241 também está tranquilo. Aprovado. OK. Co-financiamento de serviço e benefícios para
1242 municípios na execução da proteção básica. Adenor. A pergunta. O microfone.
1243 **Conselheiro Adenor:** Me perdoe presidente em exercício. Presidenta. É só pra clarear,
1244 que é o seguinte: eu não tenho o conhecimento de quantas cidades recebeu o projeto
1245 travessia. Isso é uma pergunta. E a segunda, com qual objetivo, já falaram ali como que
1246 se deu isso. De acordo com a população, etc. Mas com qual o objetivo além do que a
1247 gente já sabe que é de fato conhecer as vulnerabilidades sociais daquela comunidade.
1248 Só isso. Entendeu? **Vice-Presidente:** A Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Bom dia a
1249 todos e a todas. Boa tarde já. É só uma dúvida gente. Nós inclusive na audiência
1250 pública, nós estivemos presente, representando o Conselho Estadual, a gente
1251 questionou um pouco esta questão dos programas. Que os recursos para esses
1252 programas, eles não estavam nos fundos. E aí, foi explicado lá, exatamente isso. Que o
1253 porta a porta, o travessia, são programas que têm uma transversalidade, uma
1254 intersectorialidade, são várias secretarias. E agora me surpreendo saber, que um recurso
1255 para o programa está no fundo. E aí, eu não tinha analisado a ... tanto é que eu não
1256 mandei nenhum questionamento, mas uma vez que abriu agora para os
1257 esclarecimentos. A minha dúvida é? O programa não foi aprovado por este Conselho. E
1258 mais uma vez, a gente verifica, recursos no fundo para programas que não foram
1259 aprovados por este Conselho. Como foi o caso na prestação de contas anterior.
1260 Recursos destinados ao programa, por exemplo, Projovem urbano que... nem era que
1261 não foi aprovado. Ele realmente passou por este Conselho e tal, mas não era um
1262 programa da assistência social. Então assim, é só esclarecimento. Quer dizer, a grande
1263 demanda que o Conselho levou para a audiência pública, era exatamente que
1264 acontecesse isso. Que os recursos que são da assistência social, destinados aos
1265 programas, que eles estejam no fundo. E agora a gente tem um recurso, suplementado

1266 no fundo, pago a um programa que não foi aprovado por este Conselho. É só essa
1267 questão. **Vice-Presidente:** Beth. **Conselheira Elizabeth:** A minha questão vai nesta
1268 direção da Cristiane. Porque eu acho que é o seguinte: como gestora municipal, por
1269 exemplo, toda vez que a gente tem uma inclusão de uma ação, tipicamente, dentro da
1270 assistência social. Eu levo ao conselho, o conselho aprova aquela inclusão. E aquilo faz
1271 parte do orçamento do fundo. Então eu acho que essa estratégia, sabe? Ela poderia ser
1272 perfeitamente, feita aqui para o conselho. Porque quando você vai fazer a prestação de
1273 contas. A suplementação tá. O Conselho já acompanhou o lado. A entrada deste
1274 programa ou desta ação, numa linha. O porta a porta, por exemplo, ele hoje se adequou
1275 perfeitamente a busca ativa do Brasil sem miséria, por exemplo. É uma estratégia de
1276 Minas Gerais, antecipada à busca ativa. Então assim, é importante inclusive, por que
1277 isso significa que a gente vai ter mais recurso, exposto no fundo, para execução da
1278 assistência social. É muito nessa linha, já indicando um pouco o quê que é a rotina.
1279 **Conselheira Juanita:** Bom. Secretária eu vou responder as três perguntas. Adenor, o
1280 número de municípios que foi repassado esse recurso, para elaboração do diagnóstico
1281 social para intervenção do programa travessia. Que é o que é o porta a porta. O porta a
1282 porta é um instrumento, utilizado para elaboração de diagnóstico, para ver quais as
1283 intervenções o programa travessia vai fazer naquele território. É uma intervenção o porta
1284 a porta. Foram 36 municípios. Esse recurso de cinco e cinquenta, para cada
1285 questionário. O valor repassado a cada município, é identificado de acordo com o IBGE,
1286 conforme foi justificado pela SEDESE. O recurso repassado pelo Fundo. Aí eu já vou
1287 esclarecer. Depois eu pergunto ao Adenor se foi esclarecido para ele. O diagnóstico não
1288 foi encaminhado para este Conselho, como será porque foi suplementado recurso no
1289 FEAS. Então por obrigação da SEDESE, vai ter que encaminhar este diagnóstico para
1290 este Conselho ter conhecimento, porque ele ainda não está pronto. E será encaminhado
1291 o diagnóstico do porta a porta, tão logo assim esteja. Com relação a suplementação do
1292 recurso do orçamento do FEAS. Porque este recurso não é da assistência. Beth e
1293 Cristiane, conforme vocês conhecem a LOA, a lei orçamentária do FEAS, para o ano de
1294 2011. Como não é um recurso da assistência. É um recurso da subsecretaria de projetos
1295 especiais. Porque foi suplementado dentro do FEAS? Para utilizar o instrumento de
1296 fundo a fundo que a assistência social utiliza para repassar o recurso para o município,
1297 sem o estabelecimento de convênio e contratos, que a gente conhece, a morosidade dos
1298 municípios para se fazer-lo. Então a suplementação no FEAS, foi com esse objetivo, para
1299 se utilizar o sistema fundo a fundo. Porque foi necessário suplementar? Porque a gente
1300 tem um decreto do governador, falando que quem utiliza o sistema fundo a fundo do
1301 estado, é a secretaria de saúde e a SEDESE, por meio da subsecretaria de assistência
1302 social, que faz repasse de recurso para município. Então por isso, foi necessário
1303 suplementar. Com relação a pedir autorização a este Conselho para fazer Beth. A
1304 SEDESE, sempre, sempre trabalhou nesta lógica. O que aconteceu foi da vez passada,
1305 o CEAS. A gente não pode falar que o CEAS não tinha conhecimento do pro jovem
1306 urbano. Porque nós fazíamos parte da comissão do pro jovem urbano. O que esse
1307 CEAS não tinha conhecimento é da suplementação. Então eu só estou esclarecendo,
1308 são duas coisas diferentes. O CEAS tinha conhecimento do pro jovem urbano, porque
1309 nós fazíamos parte da comissão. Primeiro iniciou com a Cristiane, e depois o Márcio.
1310 Depois o conselheiro de Lagoa Santa. Com relação à suplementação, que foi a outra
1311 questão. Essa questão do porta a porta. A questão dos municípios, estabelecido pelo
1312 governo para o programa travessia. É na mesma lógica que o governo federal faz, com
1313 os municípios do território de cidadania que ele faz. Ele identifica alguns municípios do
1314 país, que são prioritários para intervenção, com vários indicadores baixos. É mais ou
1315 menos a mesma lógica. Porque que a SEDESE suplementou o orçamento do FEAS,
1316 para adicionar o recurso para aplicação dos questionários porta a porta. Aí eu vou fazer
1317 uma analogia, até com o governo federal. Porque a gente trabalha numa lógica de
1318 sistema único. O diferencial, é claro, que os recursos não estão na peça orçamentária.
1319 Mas a analogia é na aplicação de questionários para o programa BPC na escola. O
1320 município recebe um valor, pelo número de crianças e adolescentes que recebem o

1321 benefício de prestação continuada e que não estão inseridas na escola. Ou se estão,
1322 qual que é a dificuldade. Vocês se recordam disso. O diferencial é que o recurso porta a
1323 porta, não é um recurso da assistência, e foi necessária a suplementação para poder
1324 repassar aos municípios, para aplicar o questionário. Agora, com relação, o único
1325 problema que eu estou vendo aí, se é que tem problema. Porque o diagnóstico vai vir.
1326 Essa resposta não veio com relação ao diagnóstico. O único problema que a gente pode
1327 entender como problema, seria não pedir a este Conselho a autorização para
1328 suplementar, o orçamento do FEAS. Aí eu já vou na lógica da nossa subsecretária que
1329 fez a defesa aqui, até por uma ansiedade do gestor de resolver o problema, de repassar
1330 o recurso para o município para não dar entrave para a execução do projeto. Porque
1331 vocês já sabem. Conhecem a metodologia de programas estruturadores. A gente tem
1332 marcos. E a gente tem cumprir estes marcos. E depende da agilidade com que a gente
1333 faz isso. No meu entender, a única questão que pode ser entendido neste Conselho é
1334 nesse sentido. Espero ter. Não sei se mais alguém gostaria de fazer alguma.
1335 **Conselheiro Marcelo:** Bom. Eu quero cumprimentar a defesa e a fala da Juanita. Mas
1336 eu tenho algumas questões que me preocupam. Primeiro do recurso não ser do CEAS e
1337 estar no FEAS. São questões que a gente tem que analisar. E não ser da assistência.
1338 Pelo que eu entendi o CEAS está servindo de ponte, para poder resolver uma questão
1339 burocrática e administrativa da SEDESE. Aí me preocupa porque o controle social, ele
1340 fica fragilizado nesse aspecto. Na medida que como que um recurso está dentro do
1341 FEAS, ele está sendo, nós estamos servindo simplesmente pra dizer: olha, ta certo, ta
1342 repassando pro outro. Mas se não é recurso da assistência, porque que está no FEAS.
1343 Está certo que foi uma questão burocrática e administrativa. Mas eu acho que o CEAS
1344 servir de ponte para atender esse tipo de situação, que eu coloco isso como
1345 preocupante. E ainda por cima, pra que essa situação pudesse vir para o CEAS, com
1346 esses 36 municípios. Eu acho que o diagnóstico deveria ter vindo primeiro. Já que o
1347 recurso está no FEAS, pra gente pelo menos ter uma compreensão do porque desses
1348 36 municípios. **Vice-Presidente:** Beth. **Conselheira Elizabeth:** Bom primeiro, eu
1349 concordo viu Juanita. Eu acho que, a questão. Não está em jogo aqui, se a questão da
1350 metodologia, que eu acredito que ela é importantíssima, ela é perfeita no sentido de
1351 como você vai fazer um diagnóstico. Como é que você vai fazer essa priorização. Sabe?
1352 A questão não se trata disso. Em relação ao recurso, eu acho que é o seguinte: quando
1353 eu falei, não é nem para pedir autorização para entrar não. Porque este Conselho e
1354 qualquer outro conselho. Vê bem vindo a entrada de mais recurso no campo da
1355 assistência social. E já que vai ser passado fundo a fundo, ele passa a ser da
1356 assistência social sim, porque ele vai pro fundo. Pros municípios do fundo da assistência
1357 social. Então ele é uma inclusão de um recurso novo. É apenas um comunicado ao
1358 conselho, pra que o Conselho, ao tornar ciente disso, ele veja a regularização disso no...
1359 Eu vejo como gestora. Eu vejo como gestora o seguinte: O recurso é novo. Porque a
1360 gente tem o projeto sustentador em Belo Horizonte. Porque a gente vai lá e busca mais
1361 recurso, por exemplo, para a proteção básica. Eu faço um comunicado ao conselho e
1362 falo assim: olha, nós temos X de orçamento e temos um adicional, de mais X. Y. Pra
1363 poder somar ao fundo, sabe? Porque é do projeto sustentador. Então é apenas um
1364 comunicado. **Vice-Presidente:** Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Também agradecer a
1365 Juanita os esclarecimento. Acho que é, isso mesmo. Mas assim. Só colocar uma
1366 questão Juanita. E aí eu concordo com a Beth. Que a gente precisa talvez é aprimorar
1367 de fato a metodologia desse processo para não dar este estranhamento. Eu acho que a
1368 gente precisa disso. E principalmente, que eu acho que, o recurso da assistência social,
1369 ou da política, ou do que a gente quiser. Estar no fundo, não pode ser visto como um
1370 entrave. Sabe isso não pode ser visto como um entrave. Eu fico com medo de algumas
1371 falas que às vezes eu escuto que às vezes assim, fica parecendo que o Conselho
1372 Estadual de Assistência Social é um entrave para a política de assistência social.
1373 Quando na verdade, ele é o controle social. E este conselho, eu acho que ele
1374 demonstrou demais para a SEDESE, que ele quer construir junto, ele é conciliador, ele
1375 não dá entrave. Tanto é que, já passou prestação de contas aqui, com problema. Mesmo

1376 assim, a gente aprovou. Exatamente para evitar que tivesse algum tipo de problema com
1377 o Estado. A gente reconhece isso. Agora, como a gente fez no passado, inclusive com a
1378 sua ajuda ainda. Melhorando a metodologia da transparência da prestação de contas.
1379 Eu acho que quando aparece situações como esta. Eu acho que a gente precisa dar
1380 salto de, melhorar de fato a metodologia. Vai ter suplementação de recurso. Comunica o
1381 conselho, antes. Vai ter alguma alteração? Vai precisar. Faz esse comunicado, para que
1382 não tenha esse tipo de estranhamento. E na verdade, o que a gente pediu na
1383 assembléia legislativa, foi exatamente isso. Que o recurso que é da assistência social,
1384 que é da ação assistência social, deste programas, entendendo que estes programas
1385 não são só da assistência social, que eles estejam nos fundos, exatamente para fazer o
1386 controle. Nós nem falamos do fundo. Nós estamos falando do fundo da assistência. Mas
1387 ele pode estar no fundo da criança, ele pode estar no fundo da saúde, não sei o que.
1388 Mas que ele esteja no fundo, para que de fato haja um controle social disso. E aí assim.
1389 Mais uma vez reforçando. Esses programas ainda não foram apresentados neste
1390 Conselho. **Vice-Presidente:** Nívia. **Conselheira Nívia:** Eu queria fazer um
1391 esclarecimento aqui e um pedido de desculpas ao mesmo tempo. Eu quero esclarecer
1392 que eu tomei ciência desta situação, deste detalhe, ontem. A partir do questionamento
1393 que a comissão fez para nós lá, de porque que este recurso tinha passado pelo fundo.
1394 Porque eu tinha conhecimento da situação, mas eu não tinha clareza de que isso não foi
1395 comunicado, informado ao Conselho. E aí eu peço desculpas ao Conselho. E peço
1396 desculpas em nome da subsecretária Roberta, que estava nesse lugar, na época.
1397 Porque eu só posso acreditar que foi um lapso da parte dela. Porque é óbvio que este
1398 conselho tinha que ter sido informado. Porque nós não estamos usando recursos do
1399 fundo. Nós estamos usando a ferramenta. E a ferramenta fundo, por causa da
1400 ferramenta SISFAF, que é o sistema de repasse de recurso do fundo a fundo. E que é
1401 uma ferramenta muito mais prática, muito mais rápida, muito mais dinâmica, para se
1402 repassar recurso para os municípios, uma vez que é recurso para ações
1403 complementares da assistência social. Porque o programa travessia, gente. Ele nada
1404 mais é do que uma ação complementar e que vai muito de encontro à proposta do
1405 programa Brasil sem Miséria. Porque ele antecipou o Brasil sem Miséria. É isso que a
1406 Beth disse. Inclusive ele foi aperfeiçoado. O porta a porta. O sistema de... aquele
1407 formulário, ele foi reformulado à partir do lançamento do programa Brasil sem Miséria,
1408 para contemplar na íntegra, a proposta da busca ativa das famílias que estão vivendo
1409 abaixo da linha da pobreza. Ta. Então eu queria esclarecer, o quebra-cabeça montou
1410 ontem pra mim. A partir do momento que, a Roberta não está aqui. Ela está em Brasília.
1411 Num curso a semana toda. Nós fizemos contato, pra tirar, para esclarecer isso. O
1412 Conselho sabia disso? E aí, não. Acho que isso não foi informado para o Conselho.
1413 Aconteceu foi isso. Mas que, eu acho que a partir dessa situação que a gente está
1414 deparando com ela hoje. E que traz muito mais transparência para a gente. Eu proponho
1415 aqui, que a gente faça, a partir de agora, a partir da minha responsabilidade pela
1416 subsecretaria de assistência social, que nós tenhamos uma relação mais próxima com o
1417 programa travessia. Ta. Com o projeto porta a porta. Porque nós que estamos lá dentro
1418 da SEDESE, sabemos da grandeza dele, do valor dele. Para agregar ao sistema único
1419 de assistência social. Ta. Em função das características do nosso estado. Pela
1420 dimensão, do número de municípios. E territorial. Então, o Travessia, ele é muito
1421 importante para nós. Para a secretaria de desenvolvimento social, mas ele não está
1422 dentro do sistema único de assistência social. Mas nós temos que criar estratégias e
1423 caminhos para caminharmos mais próximos. Inclusive para que a gente possa estar
1424 usando dessa estratégia de repasse pelo Fundo. Não é recurso da assistência social. É
1425 recurso da subsecretaria de projetos especiais. Mas que para facilitar a burocracia, a
1426 agilidade de repasse desses recursos e até do conhecimento deste Conselho. Que a
1427 gente possa estar fazendo. Eu vou fazer essa proposta pra Roberta. Tenho certeza que
1428 ela vai concordar. Com a nossa proposta. De a gente estar, tanto trazendo mais
1429 esclarecimentos e informações dos resultados deste programa. É um programa novo. A
1430 gente ainda não tem muitos municípios contemplados. Mas já temos muitos resultados

1431 concretos, tanto em termos de diagnóstico. Que eu me comprometo também, a estar
1432 trazendo para apresentar para este Conselho, passando primeiro pela comissão. Quanto
1433 os resultados em termos de, aporte de recursos para os municípios. E execução das
1434 ações lá nos municípios. Porque isso a gente já tem essas informações, a gente já tem
1435 este. Vamos dizer assim, até a prestação de contas, e esse resultado concreto que os
1436 municípios estão ... um grande ganho, uma grande agregação de valor ao sistema único
1437 de assistência social. O que nós temos que fazer é estar afinando, melhorando a
1438 informação, a comunicação e a proximidade deste Conselho e o Programa Travessia.
1439 **Vice-Presidente:** Bom. Eu vou só complementar a fala da Secretária, porque eu acho
1440 que, não respondi a questão do Marcelo, que ele coloca. Mas com relação à fala do
1441 Marcelo. Marcelo não tem jeito de o diagnóstico vir antes. Porque o porta a porta, é o
1442 instrumento que vai ser utilizado para fazer a fotografia. Então a fotografia que é o
1443 diagnóstico, tem que vir posterior a aplicação do questionário. Com relação que não vai
1444 ficar sem controle social é porque esse diagnóstico virá. Então o controle vai ser. Qual
1445 que foi o diagnóstico e o quê que esse diagnóstico mostrou para o estado, no sentido de
1446 fazer intervenção no município. Esse Conselho penso eu, que pode até solicitar a
1447 subsecretaria de projetos. Depois do diagnóstico, qual que foi o valor que foi repassado
1448 para o município para execução das ações. Que esse que é o desenho do Travessia.
1449 Então o controle social nós vamos fazer, conhecendo o diagnóstico. O controle social no
1450 município, quem vai fazer é o conselho municipal de assistência dele. Porque o recurso
1451 foi inserido lá. Então ele que vai ter que fazer esse controle social. Nós não poderíamos
1452 ter passado para cá, essa prestação de contas sem trazer essa informação, porque essa
1453 informação está no SIAFS. Nós conselheiros podia acessar o SIAF e ia ver lá. Que
1454 repasse é esse? Que suplementação é essa? Então a SEDESE não pode omitir, recurso
1455 que foi gasto num período e não tenha informado a este Conselho. Então eu volto a
1456 afirmar, que se houve equívoco. O único equívoco foi a falta de comunicação. E aqui a
1457 secretária já corrigiu o rumo. E já falou que isso não acontecerá mais. A gente está com
1458 a Cláudia Falabela, aqui, que é a diretora do FEAS. Aí, eu e a Miriam, já vamos falar
1459 com ela, que ela não deixe isso acontecer novamente. Que foi pela segunda vez que
1460 aconteceu. Ela nos lembre desse fluxo. Porque muitas vezes a gente que fica na gestão,
1461 a gente esquece. Porque são muitas coisas mesmo. Não deveria acontecer. Igual a Beth
1462 falou, mas aconteceu. Então eu espero que todos os esclarecimentos foram dados. Se
1463 tiver mais alguma pergunta? Fernando. **Conselheiro Fernando:** Passando para a
1464 próxima ação, que é a ação número quatro. É de co-financiamento aos municípios, na
1465 execução da proteção social especial. O valor da lei orçamentária é de
1466 aproximadamente 16 milhões, e as metas estão especificadas abaixo. No segundo
1467 trimestre, houve a execução de 5 milhões e 500 mil reais. Dividido dessa forma, nesses
1468 três meses. E dando um acumulado de quase 8 milhões, nos dois primeiros trimestres,
1469 2011. Esses recursos foram usados basicamente para o pagamento de plano de
1470 serviços e convênios. Vem uma solicitação. Que era solicitar a SEDESE, a listagem
1471 nomeando esses municípios. Desculpe. Deixa eu ler aqui antes o quê que é. Após a
1472 análise dos documentos apresentados, em razão da expansão do CREAS. Foi
1473 constatado que 36 municípios enviaram a documentação sem o referendo do conselho
1474 municipal. 15 municípios ainda não enviaram a documentação. E dois solicitaram
1475 prorrogação do prazo. Então houve uma solicitação por e-mail, para que a gente
1476 solicitasse essa lista a SEDESE. E a SEDESE já nos encaminhou essa listagem, com os
1477 municípios, demonstrando nesses três itens postos, solicitados. **Vice-Presidente:**
1478 Fernando, só um minutinho, só para dar um esclarecimento o quê que isso. Porque
1479 quando a gente repassa o recurso, a gente monitora a execução do recurso por meio do
1480 SIM. E quando passa um recurso novo. Quando o município vai receber um recurso
1481 novo. A gente dá um prazo do município, de três meses, para abrir a porta do serviço.
1482 Depois solicita deles algumas informações. Para verificar se o serviço está aberto. Uma
1483 das informações. Todas essas informações, que a gente chama de relatório. Tem que vir
1484 deliberado pelo CMAS, ou seja, esse relatório tem que ser pautado na plenária e
1485 deliberado. São esses 36 municípios no universo dos municípios da proteção especial,

1486 que mandaram relatório sem deliberação do CMAS. Aí nós devolvemos o relatório e
1487 pedimos para ele, ou copia da ata, ou resolução do CEAS que aprova o relatório, antes
1488 de ser encaminhado para a SEDESE. **Conselheiro Fernando:** Algum... Quem fez a
1489 pergunta está esclarecido? Quer questionar alguma coisa? OK. Então vamos para a
1490 quinta, quinta ação que é o fortalecimento dos instrumentos de centralizados de gestão
1491 do SUAS. O valor na lei orçamentária são 626 mil reais. Foi executado no segundo
1492 trimestre, 185 mil. Foram gastos despesas com viagens, convenio com a AMM a
1493 elaboração do PPAS. E pacto de aprimoramento de gestão, o coffee-break, e o contrato
1494 de facilitadores do telepresencial. A sexta ação. É a manutenção e atualização do SIM.
1495 Um valor na LOA de 112 mil reais. Nem no primeiro, nem no segundo trimestre houve
1496 gastos. Porém, aqui uma constatação. É que o preenchimento dos questionários, por
1497 parte dos municípios, tem sido bastante satisfatório. **Vice-Presidente:** Eu vou só
1498 justificar. Não houve gasto desta ação. Porque este recurso, vocês estão vendo que ele
1499 é pouco. Mas é para manutenção do próprio sistema. O upgrade que é necessário para
1500 essa ferramenta. O upgrade que está sendo feito agora, é porque o ano que vem, vão
1501 entrar 400 municípios, 480 municípios novos que vão receber piso. Aí ele está se
1502 tornando robusto para receber todos esses questionários que vão ser alimentados
1503 mensalmente. **Conselheiro Fernando:** Próxima ação, que é a ação do piso mineiro.
1504 Tem um valor na LOA de 15 milhões. Foram gastos no segundo trimestre 4 milhões e
1505 500 mil reais. Solicitar a SEDESE esclarecimentos quanto aos municípios não
1506 contemplados, durante o trimestre. Para que o CEAS tenha conhecimento e possa
1507 realizar melhor controle social. Na relação que são contemplados com o piso mineiro.
1508 Nota-se que municípios não receberam recursos durante todos os meses do trimestre,
1509 ou seja, abril, maio e junho. Aqui nós não trouxemos, mas na prestação de contas total
1510 foi um quadro com todos os municípios. Qual o mês que ele recebeu. Qual o mês que
1511 ele não recebeu. E. O que? Exato. O porquê foi esse exatamente o questionamento, que
1512 é a nota aqui da SEDESE. Em atendimento à nossa solicitação. A SUBAS informa que o
1513 pagamento dos municípios beneficiados com o piso mineiro de assistência social,
1514 iniciou-se em abril. A partir de maio os municípios foram monitorados pelo sistema. Pelo
1515 SIM. Ou seja, os municípios que não preencheram os questionários do SIM, até dia 20
1516 de maio de 2011, não foram pagos e assim sucessivamente. Quem fez a pergunta sente
1517 contemplado? Quer acrescentar alguma coisa? **Vice-Presidente:** OK. Porque na
1518 verdade. Esse questionamento e a resposta veio da SEDESE. É porque, como vocês
1519 sabem. Todo início de mês há um atraso, há uma demora no repasse dos meses iniciais.
1520 Porque é um momento de: abertura do SIGCOM, o município validar plano de serviço. O
1521 conselho aprovar plano de serviço. Então isso, todo início de mês, vocês vêm que a
1522 nossa execução, no repasse de básica especial, no primeiro trimestre ele é baixo, por
1523 causa desse processo, dessa logística. SEDESE, município e Conselho. Retorno para o
1524 município. Então, a partir de maio os atrasos que há, é porque o município no
1525 preenchimento do SIM, ele informa a não execução. Se ele não está executando. O
1526 próprio decreto do SIM dá essa particularidade para esse monitoramento. **Conselheiro**
1527 **Fernando:** A próxima ação. A ação número oito. Que é a proteção e amparo às
1528 mulheres em situação de violência. O valor da LOAS é de 150 mil reais. Não foi
1529 executado nenhum recurso financeiro no segundo trimestre. Não aqui não é para. São
1530 esclarecimentos? Posso dar. Aqui não são para custeio, e sim para investimento, pra
1531 abrigamento de mulheres. **Vice-Presidente:** Não. Na verdade. Foram selecionados. A
1532 meta aí vocês podem observar. Que são seis abrigos. Seis unidades de abrigos para
1533 mulheres. Na verdade, esses municípios que foram selecionados para receberem esse
1534 recurso, estão com problema no CAGEQUE. E não pode ser instruído o convênio, até
1535 essa data, para o repasse dos recursos. Poços de Caldas, Montes Claros. Eu não
1536 lembro de todos não secretária. Araxá. Uberaba. Eu não recordo de todos não.
1537 **Presidente:** Eu queria, eu queria só. Eu queria só ouvir de Juanita, talvez ou Nívia, não
1538 sei quem responder, o seguinte: se não foi, o critério de ser esses municípios primeiro.
1539 Segundo se não foi possível, porque não elencar um outro e se não tinha outro a ser
1540 elencado. Porque nós estamos falando de um tema. Que a gente tem lutado para

1541 conseguir a igualdade. Entre questão de gênero. Entre homem e mulher. E aí a gente
1542 sabe que a violência ela só aumenta a cada dia. E a gente deixa de investir o valor.
1543 Então? **Vice-Presidente:** Eu não sei te falar Geraldo. Porque essa é uma ação da
1544 coordenadoria da mulher. Ela está alocada no FEAS, mas é uma ação da procuradoria.
1545 É, eu não acompanho diretamente, secretária. Você sabe informar secretária. Porque
1546 que foram esses municípios que foram selecionados, para receber o recurso do abrigo.
1547 O que o CEAS pode fazer é solicitar a SEDESE. A SEDESE essa informação. Claudinha
1548 você tem essa informação? Você tem Sirlene? **Presidente:** Gostaria. Cadê a, a nossa
1549 secretaria pudesse encaminhar uma carta para a coordenadoria. Primeiro, sabendo
1550 porque, quais as justificativas dos cinco. Se existe mais do que cinco. Que a gente
1551 podia transferir para os outros. Uma vez que está com problema. O que a gente não
1552 pode é deixar de gastar um recurso que é premente. Porque a violência continua
1553 acontecendo. E até, a cada dia, maior ainda. E aí a gente não pode abrir mão disso.
1554 **Conselheira Juanita:** Beth. Você anotou aí Beth? OK. Fernando. **Conselheiro**
1555 **Fernando:** Agora vamos passar aqui para a fase final. Que são os recursos do IGE e do
1556 IGDE. No IGE no ano de 2011, não houve despesa realizada. Nesse trimestre. É o
1557 índice de gestão estadual é o IGE. Que vem recurso do governo federal. Não houve
1558 despesa realizada neste trimestre. No trimestre. Nessas duas dotações orçamentárias.
1559 Se você quiser subir um pouquinho Beth. Por favor. Nessas duas ações. Nessas duas
1560 ações que é 4237 e a 1156. Não houve realizações financeiras. Agora já no IGDE.
1561 Também nessas duas mesmas rubricas orçamentárias, a gente pode ver que também
1562 não houve despesa realizada. No trimestre. Enquanto que, os recursos recebidos. São
1563 da ordem de 150 mil. 151 mil no dia de 04 de janeiro de 2011. E no detalhamento de
1564 execução. Foram gastos 205 mil reais. Que o detalhamento dessa despesa. É
1565 pagamento de parcelas do convênio telepresencial. Facilitadores e Associação Mineira
1566 de Municípios. Então o indicativo da comissão de orçamento. É aí que eu estava lendo.
1567 Essa última parte aí, que são esses gastos de 205 mil reais. Que eu já li esses itens. No
1568 indicativo da nossa comissão. Diante das respostas da SEDESE, a todas as nossas
1569 solicitações. Foram atingidas. Então é pela aprovação. **Vice-presidente:** Alguém
1570 gostaria de fazer pergunta? Com relação a essa ação. Bom. Então encaminhando,
1571 seguindo o indicativo da comissão, para aprovação da prestação de contas do segundo
1572 semestre do FEAS. Entendemos que está aprovada a prestação de contas.
1573 Considerando que a metodologia foi aprovar, ação por ação. Ah. O Marcelo está me
1574 chamando atenção aqui, que tem que ser nominal. Então eu vou dar início com o
1575 presidente. **Presidente:** Sou pela aprovação. **Conselheira Elizabeth:** Sou pela
1576 aprovação. Beth Leitão. Pela aprovação. **Conselheira Juanita:** Juanita, pela aprovação.
1577 **Conselheira Nívia:** Nívia, pela aprovação. **Conselheiro Jansen:** Jansen, pela
1578 aprovação. **Conselheira Sônia:** Sônia, pela aprovação. **Conselheira Maria de**
1579 **Lourdes:** Maria de Lourdes, pela aprovação. **Conselheiro Fernando:** Fernando, pela
1580 aprovação. **Conselheiro José Ismar:** Considerando as sábias palavras da nossa
1581 subsecretária Nívia. E demais considerações da Cristiane e da Beth Leitão. Eu José
1582 Ismar. Pela aprovação. **Conselheiro George:** George, pela aprovação. **Conselheiro**
1583 **Júlio:** Julio, pela aprovação. **Conselheira Edir:** Edir, pela aprovação. **Conselheiro**
1584 **Marcelo:** Marcelo, pela aprovação. **Presidente:** OK. É bom eu só. **Conselheira**
1585 **Cristiane:** Cristiane, pela aprovação. Com a declaração de voto que é considerar os
1586 encaminhamentos. Para que nas próximas prestações de contas, não aconteçam essas
1587 situações. **Presidente:** OK. Então a aprovação foi por unanimidade. Sem abstenção e
1588 sem voto contrário. Quero só ressaltar. Que só por questão de ordem regimental. Nós
1589 consideramos também os votos dos ex-conselheiros, porque os novos já foram
1590 empossados. Só questão de ordem, regimental. Para deixar registrado isso. Mas ainda
1591 assim, foi unanimidade a aprovação. Antes da gente sair para o almoço. Eu gostaria só
1592 de estar dizendo o seguinte. Que este Conselho entendeu, que em função da relevância
1593 do desempenho da função, que é tão nobre. De um conselheiro, principalmente quando
1594 é de Estado. Que deveria estar não só certificando, como promovendo uma honra ao
1595 mérito. Assim sendo, nós fizemos um certificado. E que, como nós não estamos com

1596 todos aqui, os outros receberão pelo correio. E queria só já aproveitar o momento.
1597 Porque eu não sei se retornarão. Então ficou: Conselho Estadual de Assistência Social
1598 de Minas Gerais. Certificado. Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais
1599 – CEAS MG. Certifico que o Senhor José Ismar da Costa, foi nomeado conselheiro.
1600 Conforme ato publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, representando a
1601 sociedade civil, no segmento das entidades representativas, das instituições privadas,
1602 não filantrópicas. Prestadora de serviços na área de assistência social. Pelo Sindicato
1603 das Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais – SINTIBREF.
1604 Durante o período de 17/04/2009 a 22/11/2011. Em reconhecimento a sua grande
1605 colaboração para construção e deliberação da política pública de assistência social.
1606 Deixam materializado, através deste certificado, homenagem a este conselheiro, pelo
1607 desempenho dessa nobre função. Prestou serviços de relevância pública para
1608 manutenção e continuidade do bem estar social da sociedade mineira. Belo Horizonte,
1609 22 de novembro de 2011. Gostaria de passar ao José Ismar. E a leitura do mesmo se
1610 estende, aos conselheiros que eu vou. Não vou ler porque é a mesma coisa. Mas faço
1611 questão de ler só o nome. Eu chamaria então, com os mesmos dizeres, para receber. A
1612 nossa conselheira Sônia Terezinha de Abreu. Eu pediria ao nosso diretor secretário, que
1613 fizesse a entrega. Gostaria de chamar também, com os mesmos dizeres, o Conselheiro
1614 Adenor Martins da Silva. Está aí? Não. Saiu. Ele estava ali fora. Ele está aí ainda? Não.
1615 OK. Enquanto ele vem então, a gente chama. O senhor Jansen Maxwell de Freitas. A
1616 quem eu pediria a nossa vice-presidente, para promover a entrega do certificado. Adenor
1617 achou ele aí, não? Conselheiro Adenor. Pessoal enquanto o Adenor chega. Nós já
1618 vamos sair para o almoço. O quê que nós negociamos. São quantas horas agora, por
1619 favor? OK. Então a gente presta homenagem neste momento, ao conselheiro Adenor.
1620 Pelos serviços relevantes que prestou a este Conselho. Durante o desempenho da sua
1621 função de Conselheiro. E eu peço a nossa conselheira subsecretária de estado, Nívia,
1622 para proceder à entrega. Pessoal. Agente então retorna às 14 horas. É possível? Pode
1623 ser. OK. Antes de desejar um bom apetite a todos. Eu só queria fazer um pequeno
1624 resumo aqui. Rápido. Sobre a questão da comissão de orçamento, que já foi até
1625 deliberado. Mas eu fiz questão de deixar para ler depois. As palavras da conselheira e
1626 subsecretária Nívia. Eu acho que veio num bom momento e veio de um bom tom. Por
1627 quê? E Juanita sempre com um mesmo esclarecimento, muito bem fundamentado
1628 tecnicamente. O que não quer dizer que: nós não podemos. Eu penso que este
1629 Conselho, não pode dar mais o direito, a pessoas outras, que não têm o mesmo
1630 entendimento dele. Que não está com o assento neste Conselho, para compreender:
1631 Que estes conselheiros, enquanto colegiado, discute, analisa e sabe tomar decisão sim.
1632 Então, mas a cada momento que a gente abre essa alternativa, pra pessoas outras,
1633 entrar e querer denegrir a imagem do colegiado. Nós não podemos permitir. Então é
1634 bom que a gente tenha alguns outros cuidados, para evitar esse tipo de situação. Que
1635 sejam negociados antes. Que seja trazido pra comissão antes. Que ainda que esteja na
1636 parte técnica da secretaria de estado, que as comissões possam ir lá, para entrar. Esse
1637 Conselho já está bastante maduro. Já está bastante qualificado. Está acabando de fazer
1638 um curso de mediação de conflito. Tem plena convicção e consciência do papel de um
1639 conselheiro do estado. Então, assim sendo, eu penso que nós não precisamos temer
1640 nenhum tipo de situação que possa agravar. Pior é a gente receber de último momento.
1641 E de repente a ter que rechaçar, através de uma não votação. Ou que prejudique muito
1642 o andamento dos trabalhos da secretaria de estado. Então, eu só gostaria de registrar
1643 isso. E dizer que: se houver. Eu penso que essa determinação, esse entendimento, eu
1644 penso que existe, Nívia, na matéria da sua pessoa, na subsecretaria. O corpo técnico da
1645 SEDESE, é sempre muito aberto, a isso. Claudinha sempre com boa vontade. Andréia.
1646 Todo o corpo técnico. Eu vou evitar citar, para não deixar de, omitir nome de ninguém.
1647 Então este Conselho, com toda a certeza, sabe o papel que ele tem. E ele precisa
1648 prestar conta a todos. Eu penso que, quando alguém, se manifesta de forma escrita ou
1649 falada, publicamente. E alguém que tem responsabilidade pública. Poderia pensar duas,
1650 três ou quatro vezes, antes de falar. Porque enquanto estiver falando do Geraldo, eu

1651 posso até discutir e deixa para depois. Enquanto for do órgão colegiado e que eu faço
1652 parte dele, nós vamos sempre dar a resposta e com a mesma situação que tem. O que
1653 nós não podemos é nivelar por baixo. E deixar que a sociedade mineira perca em função
1654 de uma discussão que não faz o menor sentido. E aí eu quero só citar como um
1655 exemplo, muito pequeno, mas que a gente deve ter o cuidado de não deixar passar. A
1656 situação foi trazida pela presidente do Conselho de Laranjal. Aqui quando questionou.
1657 Ela fez a colocação que o Conselho só viu 24. Não. A própria lista que tem ali, tem 203
1658 com nome e endereço completo. Então nós temos que estar atento a toda essa situação.
1659 Então as falas, não podem ser uma fala que denigre a imagem do órgão colegiado. Esse
1660 órgão colegiado é permanente. Nós é que somos passageiros. Bom apetite. E
1661 retornamos as 14. Obrigado.” **Retorno após o almoço. Presidente:** “Pessoal. Boa
1662 tarde. Todos já devidamente satisfeitos? Então está bom. Enquanto aguardamos alguns
1663 conselheiros. Nós temos que colocar pra vocês um tema de primordial importância. No
1664 que diz respeito às diárias. Principalmente aos conselheiros que moram em outras
1665 cidades do estado, que não a capital. Recebem quando da vinda para a plenária, ou
1666 para atender outros quesitos do próprio conselho estadual. Ou seja, para todos os
1667 eventos. Inclusive pra agora, pra própria conferência nacional que nós vamos estar em
1668 Brasília. Então ocorre é que, algumas situações, a gente às vezes por esquecimento, por
1669 equívoco, ou até por descuido, chega e não apresenta o relatório de viagem, aí atrasa.
1670 Isso está complicando o meio de campo nosso. Porque esses atrasos. A execução
1671 orçamentária nossa, faz para de um plano estruturador e isso tem prejudicado. Porque
1672 isso é avaliado, hoje pelo governo, da execução orçamentária, no que diz respeito ao
1673 cumprimento de meta. E está prejudicando. E nós tivemos vários dissabores agora com
1674 essa situação. Quase aqui quem ficou aqui sem essa situação de conselheiro. Foram só
1675 aqueles que realmente nos enviaram, ou que não tem ido. Porque a maioria ficou aqui
1676 com algum tipo de quesito. Então nós precisamos acertar isso, o mais rápido possível.
1677 Ver o quê que é que depende de a gente acertar, pra que a gente não corra o risco de
1678 ficar sem diária, pra conferência nossa nacional. E sobre isso, eu vou passar para a
1679 Consolação. Ela vai estar dando os detalhes todos. Depois se precisar de cópia, vocês
1680 vão ter. **Secretária Executiva:** Inclusive, passou já este documento, sobre diárias e
1681 passagens. Essa é uma normativa desse ano. Quer dizer, teve algumas alterações foi
1682 alguns conselheiros que já tiveram a oportunidade de estar em outros momentos aqui no
1683 Conselho Estadual. Então, o número do decreto está aí. Se alguém quiser também
1684 consulta-lo, no site da Assembléia, consulte por inteiro. Quando o conselheiro faz jus a
1685 essa diária, então quando ele se desloca da sede, por motivo de serviço, das funções
1686 aqui de conselheiro. E também, dentro da diária ela tem sempre que estar associada ao
1687 meio de transporte. Que sempre também é previamente autorizado. A diária não vai ser.
1688 Nós vamos falar um pouquinho mais desse meio de transporte. A diária não é devida no
1689 deslocamento do conselheiro, com duração inferior a seis horas. Veio para uma reunião,
1690 ou análise de processo, que seja. Que gastou, menos de seis horas. Significa que não
1691 vai fazer jus à diária. Contando aí, logicamente, que veio do município e chegou pro
1692 evento. Mas é. Vai ter um limite, inclusive da, de poder emitir a passagem. Se alguém
1693 tem uma reunião na parte da manhã e vai vir num dia anterior, porque não tem ônibus,
1694 de manhã. Ou outra situação. Só vai poder emitir a passagem após as 18 horas. Antes
1695 disso. Ah, eu tenho que chegar mais cedo. Se a pessoa chegar mais cedo, vai ser
1696 contado só o dia da reunião. Ta. Ou seja, se a pessoa chegou por conta própria meio-
1697 dia, pra fazer a diária, dessa pessoa. Chegou meio dia de hoje, essa pessoa. A reunião
1698 dela é amanhã, pela manhã. Ela chegou meio dia. Então ela só vai receber a diária do
1699 dia da reunião. Se a reunião for de seis horas. Ela perdeu a diária e a passagem. Se for
1700 menos de seis horas. Então por isso a gente pede. Ah eu tenho que vir por conta
1701 própria. Então tem que ser autorizado, a gente tem que comunicar. Pra que a pessoa
1702 possa receber a restituição da passagem. E receber também a sua diária. Ir embora, em
1703 seguida, no máximo três horas após a reunião. Ta. Ah eu preciso ficar mais meio dia. É
1704 por conta própria, então essas três horas não estão valendo. Se a pessoa sair três
1705 horas, ela volta para o final da reunião. Pra falar quando que terminou. OK. Então a

1706 reunião terminou meio-dia. Eu vou embora, 20 horas. Eu vou contar a diária até o meio-
1707 dia. Ah, a reunião terminou ao meio-dia, eu fui embora às 15 horas. Eu estou contando
1708 até as 15 horas o deslocamento dessa pessoa. Que é o limite que ela vai ter para estar
1709 utilizando. Ta. No deslocamento pra localidade que o conselheiro resida. Então, não vai
1710 ter logicamente, diária. Quando fornecido alojamento. Como a gente teve caso em
1711 conferências aqui, municipais, que conselheiros participaram. Foi dado, um transporte,
1712 alimentação e hospedagem. Não tem diária. Ta. E logicamente se já receber, por
1713 exemplo, de município, não pode receber do Estado. Só recebe uma vez. Seja do
1714 público aí, tanto do estado ou municipal. A viagem que ocorrer no sábado, domingo e
1715 feriado, será expressamente justificado pelo conselheiro e autorizado pelo dirigente
1716 máximo. Tem que ser antecipadamente. Então nós tivemos. Porque essa plenária, ela
1717 foi convocada, pra segunda, comissões e terça. Muitos conselheiros viajaram no
1718 domingo. Agora, para isso acontecer, a gente tem que pedir autorização prévia disso.
1719 Então, quem tiver que chegar. Olha, foi convocado uma reunião na segunda. Então para
1720 eu chegar, eu vou chegar antes. Então a secretaria executiva tem que ser comunicada,
1721 pra que a gente possa solicitar a autorização. E tem que ser comunicada com
1722 antecedência. Ou seja. Não pode ser na sexta-feira, falar que vai chegar no domingo.
1723 Pra cada diária hoje, nós estamos pedindo 20 dias, para autorização. Se a gente não
1724 encaminha com 20 dias antes do evento, corre o risco de a gente não ter a liberação
1725 dessa diária. Isso não é só aqui em Minas não, viu gente. Fiquei muito tranqüila, porque
1726 no FONACEAS. O Geraldo sabe, está aqui presente. Todos os estados estão assim. É
1727 15, tem uns que são 30, tem uns que estava fora do planejamento, não entra. Que dizer,
1728 são todos os estados. Não é privilegio de Minas Gerais. A contagem da diária. A partir.
1729 Se for veículo oficial. Ele vai ter que falar a partir do horário que o veículo saiu. Ela dá
1730 uma declaração. E na hora que ele chegou do local onde está. Se é viagem em
1731 transporte rodoviário, é do horário do embarque e até o horário também do
1732 desembarque na hora do retorno. Isso passagem de ônibus. Se for viagem aérea, é na
1733 hora que a pessoa a pessoa desembarca no local e na hora que ela embarca de volta.
1734 Ah. Mas eu fiquei tantas horas no aeroporto. Não posso fazer nada. Ah. Eu cheguei,
1735 demorei, sai de confins, teve mais uma hora. Não conta. Só conta na hora que ela está
1736 embarcando. É, não. Desembarque na ida. É. E na volta na hora do embarque.
1737 Desembarque, ida. Embarque, na volta. Aí se a pessoa fica. Está no decreto, ta gente.
1738 Então eu só estou reproduzindo. As manifestações podem. Ta aqui. Não estamos
1739 inventando nada. Ta. A diária integral é sempre se for igual, ou superior a 12 horas. A
1740 integral. E também pode ser integral, às vezes, inferior a 24. Mas a pessoa dormiu no
1741 local. Quer dizer, ela saiu um dia, ela dormiu, e a reunião, por exemplo, é no outro dia. E
1742 aí ela volta imediatamente, não deu 24 horas, mas ela faz jus a uma diária, se
1743 comprovar que ela dormiu no local. Ou seja, hospedagem. Hotel. Ah, mas eu dormi na
1744 casa de parente. Não comprovou, não vai gerar a diária. Tem que comprovar com a
1745 despesa do hotel. Pagamento do hotel. Se não, não vai fazer jus da diária inteira. A
1746 parcial, a gente vai ter menos de seis horas, não faz jus a diária. De seis a doze, é 35%
1747 o valor da diária. De 12:01 a 23:59, 50% do valor. Mas falta dois minutos para interar 24
1748 horas. Não paga. Não paga. Ta. Aí deu 24:01. Aí já ta 24 ou 24:01 já esta pagando os
1749 100%. Ta. É, não são. Eu estou pulando aí, porque o outro aqui está só explicando isso.
1750 Depois vocês vão ler. Está todo mundo com o papel. E você vão ter a oportunidade de
1751 ler tudo isso. Não são autorizados, viagem com veículo particular. Exceto se algum
1752 dirigente máximo autorizar. Nós já tivemos casos. No verso não. Então você pega outro
1753 aqui. É porque não tiraram o xerox. Então não são autorizados. Desde que. Só se fosse
1754 autorizado pelo dirigente máximo. Nós já tivemos uma experiência, quando não foi
1755 autorizado. Este tipo de transporte. Ah. O dirigente aí, nesse caso do decreto, não é o
1756 presidente do Conselho, que autoriza. Isso é uma parte administrativa, então é de
1757 competência do Secretário da SEDESE. Ta. Em todos os casos de deslocamentos para
1758 viagem. O conselheiro é obrigado a apresentar relatório de viagem no prazo de cinco
1759 dias. O que acontece, muitas vezes, é que a gente preenche o relatório na secretaria
1760 executiva, pra evitar erro, evitar. Algumas vezes a gente até erra mais. Já aconteceu de

1761 ter mais erro. Mas ele deveria preencher todo o seu relatório. Te um formulário próprio
1762 aqui. Assinar, devidamente. E encaminhar a passagem. São cinco dias gente. Acabou
1763 de chegar lá, manda isso pelo correio, manda registrado. Faz o possível pra isso chegar.
1764 Porque agora, não vai ser. Já é assim. Se acumulou duas prestações de contas, não
1765 recebe mais. E a gente não pode nem encaminhar processo. E se não encaminha
1766 processo, não tem autorização. Não tem como pagar. A gente fica num processo de
1767 justificar, justificar, justificar. E vai para uma câmara técnica e ver se pode estar
1768 pagando. Então vamos atentar às prestações de conta. Ta. Se ele não prestar dentro do
1769 prazo. Agora vai ser adotado em todos. Vai ser notificado. Está por escrito. Pra evitar
1770 que à vezes pessoas ficam responsáveis, por exemplo, por diária. Falam assim: eu já
1771 cobre, eu já falei. Então fica aquilo. Ah não cobrou, cobrou, num cobrou, falou. Então
1772 pra gente não ter esses problemas. Acareações e tudo. A gente vai fazer agora tudo por
1773 escrito, pra não ter problema em relação a isso. Restituição. Se, a diária for, a maior do
1774 que aquele que foi devida. E o conselho recebeu que a gente vai fazer o possível, como
1775 esta sendo feito de receber antes. Está sendo feito não. Muita coisa ficou parada neste
1776 período. Mas a gente vai fazer de novo, voltar. Tentar, que o conselho receba antes da
1777 sua viagem. Então por isso nós vamos fazer toda uma programação, de pedir 20 dias
1778 antes. Para não ter esse erro. Então se o conselheiro não participou, ele tem que
1779 devolver. Se ele recebeu e na hora que contou com as passagens, deu um valor, menor
1780 do que aquele que era devido. Ele recebeu mais do que ele deveria receber. Ele tem que
1781 devolver também. Através de DAE. E a gente vai estar informando em relação a isso. E
1782 se deu mais? Ele vai receber, tem que ser restituído também. Se for necessário isso.
1783 Valores pra vocês saberem. Porque sempre fica aquela pergunta: quanto que é a diária?
1784 Então a diária, capital, BH. Quem vem do interior, pra reunião aqui, é 273 o valor da
1785 diária. Então vocês aplicam aquelas. Se é de seis a doze horas. 35% desse valor. É,
1786 aumentou a diária. Nesse novo decreto, está tudo aqui. Aumentou. Então nós temos:
1787 273 nas capitais a diária. Municípios especiais e municípios de outros estados, que não
1788 sejam capitais é 210 reais. E os demais. Ah eu vou viajar pro interior aqui de Minas. É
1789 150 reais. Ta certo? Então isso aí é pra vocês terem uma referência, até do que vocês
1790 estão recebendo, pra vocês poderem monitorar. É lógico que a secretária executiva tem
1791 essa obrigação de estar fazendo, prestando conta, estar cobrando. Mas eu peço aí a
1792 ajuda de todos os conselheiros também, que quando, assinar e fizer um processo,
1793 acompanhar as suas contas. Vê assim: eu estou recebendo? Eu recebi tal dia, ta
1794 correto? Foi esse o evento que eu fiz? Então da gente fazer um controle de conta
1795 também. O quê que caiu lá? Foi do conselho? Não foi? Pra evitar problemas, por
1796 exemplo, nós estamos no fechamento do exercício, com várias questões, que a gente
1797 tem que estar vencendo aí. Pra vocês saberem quê que é. Ah, quais são os municipais
1798 que é 210. Já está aí também. Então aquilo que eu falei, serão consideradas passagens
1799 que forem geradas até. Aqui está até mais. Esta assim: 12 horas antes do evento. Da
1800 reunião. Para fins de contagem de diária. Então aquilo que eu falei, não deve dar meio
1801 dia não. Deve dar 18 horas. Dependendo do horário da reunião, deve ser até um pouco
1802 depois de 18 horas. 12 horas antes do evento, pra contar a diária. E as passagens forem
1803 geradas no máximo. E na volta. Está falando só isso mesmo. E as passagens que forem
1804 geradas com mais de 12 horas antes do evento, gerarão diárias específicas da
1805 programação. Que é aquilo que eu falei. Sendo declarado que o conselheiro chegou
1806 antes, por interesse próprio, e não por exercício da função. Salvo quando houver
1807 limitação no horário de transporte, o que também é aferido no setor lá. Via site, eles
1808 falam tudo isso pra gente. Nós temos que aferir, ver se é aquela passagem, naquele
1809 horário mesmo. Se não tem outro. Se tem isso. Então vai ser feito dessa forma. Eu peço
1810 até... eu estou informando. Peço desculpas e isso tudo. Mas eu acho que é importante a
1811 gente saber. E desde o início, pra quem está chegando. Pra que a gente não chegue aí
1812 nesse exercício, no final de dezembro, com algumas pendências. Obrigada.
1813 **Conselheiro Júlio:** A ta. Não é só questão dos municípios especiais. Porque este valor
1814 diferente? **Secretária Executiva:** O decreto considera esses municípios especiais, em
1815 relação à diária. Ou seja, o custo lá, é considerado que é um pouco mais alto. E aí eles

1816 fizeram dentro dessa margem, que aí precisaria de um pouco mais que os demais
1817 municípios. **Conselheiro Marcelo:** Nós temos que nos preocupar realmente com isso. E
1818 na verdade, a gente. Eu até dizia mais cedo para alguma pessoa, ou algumas outras.
1819 Que a gente não deve tirar um centavo do bolso para que a gente fazer a nossa
1820 atividade de conselheiro. Mas também não queremos tomar nenhum prejuízo. Não é
1821 verdade? Eu venho por diárias. Agora, existe situações. Por exemplo, o meu município
1822 tem uma. Viu presidente. O meu município tem uma dificuldade, que lá, apesar de
1823 passarem vários ônibus. Mas o ônibus que passa com passagem. Por exemplo, para eu
1824 vir para este reunião na segunda-feira, as nove horas da manhã. Congonhas está a 100
1825 km daqui. Mas para eu vir para uma reunião aqui. O único ônibus que tem passagem, é
1826 6 horas da manhã. E seis horas da manhã. É impossível de eu conseguir chegar na
1827 rodoviária para pegar ônibus às seis horas da manhã. Então eu venho um dia antes,
1828 para poder vim para a reunião. Está certo? Mas com isso, eu não quero dizer, que eu
1829 queira diária referente ao domingo. Em hipótese alguma. Eu não quero dar qualquer
1830 prejuízo ao Estado. Mas também eu quero que haja uma compreensão. Porque o
1831 estado, ele vai olhar, na listagem de ônibus que passa lá por Congonhas, vai ver lá. Se
1832 você ver na lista, tá lá. Seis, seis e quinze, seis e meia, seis e quarenta, sete, sete e
1833 meia e tal. Só que lá não está escrito que são ônibus em trânsito. Agora ônibus em
1834 trânsito, eu não tenho condições de saber que o ônibus vai chegar e vai ter a passagem
1835 para eu vir pra cá. Então para eu comprar a passagem, eu tenho que comprar a
1836 passagem, aquela que eu consigo pegar no balcão, na hora. Então eu acho que tem que
1837 haver por parte da pessoa responsável disso do estado, que ele tenha essa
1838 compreensão. Esse é um ponto. O outro ponto que eu quero deixar também, até mesmo
1839 pra eu entender. Essa da duração de horário de reuniões. As nossas reuniões da mesa
1840 diretora. Ela começa as nove e termina por volta de uma hora da tarde. Então se a gente
1841 for fazer o cálculo. 9 horas, 10, 11, meio dia, uma. Quatro horas. Então nós que somos
1842 do interior, se a gente vier aqui para uma reunião da mesa diretora. Nós não teremos
1843 direito à diária. É isso? Ou vai contar do horário que eu vou sair lá de Congonhas. Seis
1844 horas da manhã. Ou um dia antes. Sei lá como é que eu tenho que fazer. Mas vai contar
1845 desse momento então. **Secretária Executiva:** Vai contar desse momento. A única coisa
1846 que está, até reforçando e pedindo que não ultrapasse, por exemplo, a vinda. Se é nove
1847 horas, que não ultrapasse essas doze horas antes do evento. Entendeu? Essas doze
1848 horas. Isso. Isso, porque? Não sim. Mas não é. Mas o dezoito da... mas aí a gente
1849 justifica, Marcelo. Você já está colocando isso, a gente justifica nessa situação.
1850 **Conselheiro Marcelo:** Vou pegar uma declaração da empresa de ônibus lá da cidade.
1851 Informando qual é o horário, de saída e horário de chegada. Assim, quais são os
1852 horários que existem passagens saindo diretamente de Congonhas. Porque lá passa
1853 ônibus de Ouro Branco, lá passa ônibus de São João Del Rei, lá passa ônibus de
1854 Desterro, de Entre Rios. De todo quanto é lugar. Mas de Congonhas mesmo, só tem um
1855 horário. De manhã e um horário à noite. **Presidente:** OK, pessoal? Vencemos. Diga
1856 Fátima. Pega o microfone por favor. É o Adenor e logo depois a Conselheira Fátima. Eu
1857 só gostaria de lembrar aos conselheiros. E os conselheiros que foram empossados hoje,
1858 que ainda não sabem. Nós mudamos o sistema de degravação da plenária. E aí a gente
1859 solicita que cada um se identifique, o nome, antes de começar a fala. Independente de
1860 qual seja. Pra que fique gravado. **Conselheiro Adenor:** OK, presidente. Adenor,
1861 Ribeirão das Neves. Eu quero contribuir, viu Consola. Não é aqui um debate não. É
1862 contribuir. Só que, eu fico pensando, que a lei trabalhista a CLT. Ela coloca que o
1863 funcionário, ao sair da sua casa duas horas antes, duas horas depois. Se sofrer um
1864 acidente, ou qualquer coisa advindo com ele. É constado como trabalho, horário do
1865 trabalho. Eu saí da minha casa hoje, cinco e quarenta da manhã. Cheguei aqui dez pras
1866 nove. Então eu vou sair daqui digamos, 18 horas e eu vou chegar na minha casa 21
1867 horas. E eu moro aqui do lado. Vizinho de vocês aqui. Eu estou fazendo aquele curso.
1868 Nós estamos fazendo o curso de mediação de conflito lá em Contagem. E sexta-feira, eu
1869 saí lá de Ribeirão, quatro e meia, cheguei sete e trinta e cinco em contagem. Quer dizer
1870 eu pego quatro ônibus. A minha amiga Juanita ainda colocou, mas porque tanta

1871 dificuldade. Eu falei: uai, é porque não tem ônibus. Por exemplo, eu pego um ônibus da
1872 minha casa. Desço no centro de Ribeirão das Neves. Pego um ônibus, desço no metrô.
1873 Pego o metrô, venho até aqui. E de lá da praça da central. Ou eu venho a pé, ou pego
1874 outro ônibus e venho até aqui. E é isso que eu tenho feito. Então é vocês verem como é
1875 que fica a minha situação. E Ribeirão é ali, gente. Mas você tenta sair de Ribeirão, sete
1876 horas, por exemplo, cinco e meia em diante, pra vir pro centro de ônibus. Pra ver
1877 quantas horas você vai gastar aqui. Então é uma situação. É um perto que se torna
1878 longe. Se eu pegar a minha moto aqui, ou meu carro, e passar pela 040. Com uma hora
1879 eu estou dentro de Ribeirão das Neves. Mas faz o trajeto de ônibus pra ver. O outro
1880 ponto em relação ao decreto que eu acho interessante. Isso veio tardio. Até mesmo, o
1881 reconhecimento aqui dos valores, porque aí o Júlio perguntou: mas porque os
1882 municípios especiais? Eu falei com ele assim: vai lá em Tiradentes e vê quanto é que
1883 você vai pagar por um prato de comida lá. Vai lá pedir um sanduíche, se você chegar
1884 fora de hora no hotel, pro ce ver quanto é que é. Então é só essa contribuição. Muito
1885 obrigado. **Conselheira Fátima Bergamini:** Meu nome é Fátima. Esclarecimento. Como
1886 que é que. Eu não entendi. Esse negócio de. Tem que justificar, hotel. Como é que é
1887 isso? Que você falou ai. No caso aí. **Secretária Executiva:** Se. Você está vindo para
1888 uma reunião, amanhã por exemplo. Aí você, sai lá do seu município, vamos falar dezoito
1889 horas. A reunião foi na parte da manhã. Terminou meio-dia. Aí você foi embora. Não
1890 deu. Dentro da passagem. Que você veio. Até a que você foi embora. Não deu 24 horas.
1891 Você não vai receber uma diária. Mas se apresentar o hotel. O recibo. O comprovante. A
1892 nota fiscal que você pagou. E tem que ser nota fiscal, viu gente. Em nome da pessoa.
1893 Nota fiscal daqui direitinho. E o valor da diária discriminado. Uma diária no valor. Não
1894 pode ser de serviço de hospedagem não. É uma diária. Se a pessoa ficar duas diárias. É
1895 duas diárias, o valor unitário X, o valor tem que estar especificado. Se fosse assim: ah,
1896 tudo que eu gastei está ali, isso também não adianta não. Tem que comprovar que, se
1897 comprovou que dormiu por nota fiscal, desse jeito, a pessoa que aí que não ia receber
1898 uma diária. Ia receber fração da diária. Ela passa a receber uma diária, porque
1899 comprovou ter dormido, ter hospedado. Então ela faz jus a essa diária. **Conselheira**
1900 **Fátima Bergamini:** Aí tem que ter 24 horas? Aí que eu não entendi. Menos né.
1901 **Secretária Executiva:** Nesse caso de hospedagem. Pode ser menos de 24 horas. Por
1902 isso que você comprova via hospedagem. É para garantir uma diária, quando você faria
1903 jus, pelo horário, a diferença de horário, menor de 24 horas. **Conselheira Fátima**
1904 **Bergamini:** Menor de 24 horas. Entendi agora. Ta. E no caso meu também. Ponte Nova.
1905 Igual ele falou aí. Tem muito ônibus. Ponte Nova tem poucos horários específicos e
1906 várias cidades em transito. Igual a gente chega na rodoviária, acontece a mesma coisa.
1907 Porque é via transito. Então a gente também. Tem certas cidades que a gente tem que
1908 ver o caso, também, porque, via transito é difícil. Principalmente determinadas horas de
1909 pico. Na parte da manhã é difícil você chegar. Então geralmente eu saio de um dia para
1910 outro. **Presidente:** Pessoal, as especificidades. Conselheira Fátima. As especificidades
1911 de cada Conselheiro. Depois nós vamos fazer a justificativa, vai trazer em cada uma
1912 delas. Vai trazer a justificativa de cada um. A gente tem que entender uma coisa.
1913 **Conselheira Fátima Bergamini:** Tem que entender que cada caso é um caso.
1914 **Presidente:** Ta bom. A gente precisa entender o seguinte. A lei. O decreto lei. Ele não
1915 consegui. Pessoal o decreto lei ou a normativa, não consegue enxergar as
1916 especificidades de cada um. Não é assim. Lei não é assim. Lei é pra cumprir. *C'est fini*.
1917 Pronto. O que não quer dizer, que a gente não tem justificativa para cada caso. É isso
1918 que a gente vai tentar fazer. Agora, primeiro a gente tem que entender o seguinte: ainda
1919 que, a gente tenha situação específica, se ela não for alcançada pela lei, não tem como.
1920 E nós temos que entender que esse colegiado é maior que cada um de nós,
1921 individualmente. Então nós não podemos trazer um prejuízo para o colegiado, para o
1922 Conselho, por uma não prestação de contas. Porque conselheiro. Porque amanhã,
1923 chega aos ouvidos dos outros, é assim: o conselheiro está fazendo agora, da diária,
1924 salário. Conselheiro agora não presta conta. E aí começa a denegrir a imagem do
1925 Conselho. Nós não temos esse direito. Só isso que eu gostaria que ficasse claro. Mas

1926 nada impede de a gente estar cuidando de cada especificidade, na explicação. OK.
1927 Vencido este item, gente. Eu gostaria de ver a apresentação da relatoria da PCH
1928 Areado. Que está a cargo da Conselheira Edir. Está pronta conselheira? Pois não, então
1929 está contigo a palavra. Só um minutinho, por favor, Conselheira Edir. Eu gostaria que
1930 dos conselheiros que foram empossados hoje. Nós temos aqui algumas situações de
1931 PCHs. São os projetos que a gente tem, que eu citei na parte da manhã. De
1932 empreendimentos que chegam no Estado. Então nos cabe o papel, de aprovar, o plano
1933 de assistência social. Que é para estabelecer a proteção social básica aos atingidos.
1934 Assim sendo, nós temos técnicos, no conselho hoje. Que têm o papel técnico, de se
1935 fazer cumprir esse plano de assistência social. Então nós damos a nossa parcela de
1936 contribuição. E normalmente a gente vai até. A gente vai até o município se for o caso e
1937 conversa com as partes de interesse, para que a gente possa ter um clareamento de
1938 como é que está acontecendo a coisa. A cada empreendimento, ou a cada necessidade
1939 de visita, um conselheiro, assume por sorteio. Assume o papel de relatar o processo.
1940 Então a responsabilidade de relatoria do processo é do conselheiro, que faz a visita in-
1941 loco. Ou por, relatório do técnico. Ele pode até relatar. Mas a responsabilidade é dele.
1942 Então nós temos que aí, ter um entendimento. Porque aqui a gente delega tarefa, mas
1943 responsabilidade não. Então o conselheiro, ainda que ele não vá. A responsabilidade é
1944 dele. Se ele quiser relatar em cima de alguém que foi, ainda que seja nossa técnica.
1945 Então é só isso. É só para explicar pros novos que estão chegando, essa situação.
1946 Então, essa PCH de Areado, ficou a cargo da conselheira Edir, ela vai fazer a relatoria
1947 do processo. Pois não Conselheira. Desculpe aí ter. **Conselheira Edir:** Tudo bem.
1948 **Identificação do processo.** Nome do conselheiro relator: Edir Petrucelli Carayon
1949 Xavier. Identificação do empreendedor: PCH Areado. Nome do empreendedor: LH
1950 Engenharia e Mineração Ltda. Responsável pela elaboração do PAS Barragem: Andréia
1951 Siqueira Nogueira. Municípios envolvidos: Patos de Minas e Carmo do Paranaíba. Tipo
1952 de processo: aprovação do PAS Barragem. Data do recebimento: foi dia 06 de julho de
1953 2011. Fundamentação do parecer: Contexto do PAS Barragem. Conforme o plano de
1954 assistência social, o PCH Areado será implantado no ribeirão Areado. Abrangendo uma
1955 área de sete propriedades dos municípios de Patos de Minas e Carmo do Paranaíba.
1956 Sendo dois localizados à margem direita e cinco à margem esquerda do rio. Tem por
1957 objetivo, gerar 11,50 mega watts de potência. A sede do município de Patos de Minas
1958 fica a 80 km da área onde está instalada a hidroelétrica. E o município de Carmo do
1959 Paranaíba, a 140 km. Bom Despacho de Patos, distrito de Patos de Minas, fica
1960 localizado a 7 km da área da barragem do PCH. A mão de obra necessária para
1961 execução dos trabalhos, é de 230 pessoas. Que serão recrutadas preferencialmente, em
1962 sua maioria, nos municípios atingidos pelo empreendimento. 3% das vagas para
1963 efetivação da mão de obra, ficam reservadas para as pessoas com deficiência. Está
1964 prevista para 18 meses a duração desta obra. Dados do diagnóstico sócio-econômicos
1965 do município, envolvido, área de influência direta. Nos mostra que este município tem
1966 uma estrutura social, como habitação, saneamento básico, saúde e segurança pública. A
1967 área de influência direta do empreendimento corresponde a faixa ao redor do ribeirão
1968 Areado, no local do futuro reservatório. Acrescidas das áreas necessárias para
1969 implantação de dispositivos e instalações de apoio da obra, num total de 100 m².
1970 Destinada à criação de área de preservação permanente. A área acima citada fica no
1971 distrito de Bom Sucesso de Patos, pertencente a Patos de Minas. O distrito de Bom
1972 Sucesso de Patos localiza-se a 7 km da área de barreamento do PCH Areado. Sendo
1973 assim, considerada área de influência. Por ser o possível fornecedor de mão-de-obra e
1974 serviços, durante a implantação do PCH. Em função da proximidade com o
1975 empreendimento. Esse distrito receberá trabalhadores em alojamento, a ser instalado no
1976 canteiro de obras. Momento de demanda por serviços, configurando dessa forma, um
1977 impacto positivo, que pode ser potencializado através de ações do posto de assistência
1978 social e de execução dos projetos do PAS, direcionados para este fim. A maioria das
1979 famílias do distrito de Bom Sucesso de Patos, tem como atividade, a lavoura de café e a
1980 cana de açúcar. Para produção de açúcar e garimpo normal. O município tem água

1981 potável, captada em nascentes, tratadas e fornecidas às residências, pela COPASA.
1982 Nos estabelecimentos rurais, geralmente os trabalhos desenvolvidos, são de cunho
1983 familiar. Relacionados à pecuária extensiva e com a agricultura de subsistência. O
1984 trabalho assalariado foi identificado em apenas três propriedades, num total de nove
1985 trabalhadores. As informações sobre as áreas de influência, subsidiarão os projetos e
1986 ações elaborados para atender as questões concernentes a assistência social da
1987 população afetada, pelo empreendimento. A implantação do programa e projeto desse
1988 PAS, visa a minimizar os impactos sociais negativos, e potencializar os impactos
1989 positivos. Decorrentes da implantação do PCH Areado. Para tanto, foi garantido no PAS,
1990 a adoção de ações e projetos, com a participação da comunidade, órgãos gestores,
1991 instâncias de controle e entidades locais. O parecer conclusivo, de acordo com o
1992 exposto, eu Conselheira Edir, estou favorável a aprovação do PAS do PCH Areado.
1993 **Presidente:** Esse processo de votação. Eu vou explicar para os conselheiros que estão
1994 entrando hoje. Ele é nominal. E aí, é importante ressaltar, que após a relatoria, é aberto,
1995 para perguntas, questionamentos, complementações, etc. E esse momento, pra nós,
1996 enquanto conselheiros, é muito importante. Porque aqui, que ao fazer essa, tomar o
1997 conhecimento, fazer essa relatoria, é que a gente detecta várias situações que podem
1998 estar no plano de assistência, visando a gente não ter problemas, conforme esses que a
1999 gente está a mais de década aqui, tentando dar uma tratativa e que a gente ainda não
2000 conseguiu ainda sanar. Conforme foi o que vocês viram hoje, sobre Braúnas. Barra de
2001 Braúnas. E nós temos uma pior situação ainda do que Braúnas, que é Candonga.
2002 Porque é um processo de dez anos. E esse de Braúnas, pelo menos, a gente conseguiu
2003 um encaminhamento no sentido de conciliar. De estar fazendo as partes estar sentando,
2004 e conseguindo através da comissão, sanar o problema. Coisa que diferentemente,
2005 Candonga, a gente ainda não conseguiu ainda. Então eu penso que, esse é o momento
2006 da gente estar conhecendo, se envolvendo e fazendo as coisas acontecer. Para que a
2007 gente tenha certeza de não ter problemas futuros. Pronto: É só um esclarecimento em
2008 função dos novatos. Mas depois a gente vai estar clareando isso, num dia extra, pra
2009 gente estar falando das várias ações que este Conselho tem. Aí, a gente continua então.
2010 A gente abre, pra questionamento, pergunta. Quem quiser, por favor, se manifeste.
2011 Conselheiro Adenor. Mais alguém? Conselheira Cris. OK. Vamos pela ordem.
2012 **Conselheiro Adenor:** Presidente, eu pergunto a companheira Edir, em relação a...que
2013 não ficou claro para mim. Talvez até porque o número de pessoas atingidas, parece que
2014 é pequeno. E haja visto que você já foi relatar lá de nove pessoas, mas assim, foi falado
2015 alguma coisa em relação ao PAS, sobre negociação, como é que anda isso? Se isso já
2016 avançou? Se teve alguma resistência a questão de, jurídica, como tem em outros PAS.
2017 Como tem em outros empreendimentos. E a outra coisa, quando coloca lá, por exemplo,
2018 a distância. Isso me chamou muita atenção. Porque uma está a 80 km de uma cidade e
2019 140 da outra. Quer dizer, por este tipo de empreendimento, automaticamente, a gente
2020 entende que ele não tem nenhum, nenhuma incidência direta com essas cidades. Mas
2021 por outro lado, está posto lá pra nós a de 7 km, que é essa a minha pergunta se: qual é
2022 o impacto com essas famílias, diretamente, que está neste distrito. É só presidente.
2023 **Presidente:** Conselheira Edir. Se quiser recorrer a para a técnica, fica a vontade.
2024 **Conselheira Edir:** Eu vou recorrer a técnica Rosalice. Eu acho que ela poderia talvez
2025 responder melhor isso aí. **Técnica Rosalice:** Boa tarde. Esse empreendimento. Eles são
2026 sete propriedades. As propriedades são de grande porte. A menor tem 100 hectares e a
2027 maior 2000 hectares. A faixa que vai ser atingida delas. Vai ser em média de 11 a 8% da
2028 propriedade, em área não produtiva. Das sete propriedades, eu consegui entrevistar
2029 quatro proprietários. Os outros três, um estava nos Estados Unidos e os outros, em
2030 outros países. Então não foi possível entrevistar todos. É. Marcar uma entrevista com
2031 ele. Sobre a distância, o Adenor. Esse distrito, realmente faz parte de Patos de Minas, só
2032 que para você chegar neste distrito, é duas horas de carro. Que esse distrito faz parte de
2033 Patos de Minas, só que ele é muito distante. E o outro município, também é mais
2034 distante ainda. Só que as propriedades são registradas nesses municípios. Sobre o
2035 distrito. O posto de atendimento social vai ser instalado neste distrito, pela proximidade.

2036 O canteiro de obras e a área. Pra você chegar a área que vai ser implantado o
2037 empreendimento, são estradas rurais. Então o acesso também é um pouco mais
2038 complicado. Até chegar neste distrito. Mas, eu entrevistei os moradores do distrito. Eles
2039 estão muito animados, por causa do emprego que eles vão ter. Muitos jovens não. Tem
2040 poucos jovens nesse distrito, pela falta de emprego. Isso nós conversamos com o
2041 presidente da associação comunitária lá. Nas propriedades, a maioria cuida de gado.
2042 São poucos trabalhadores, as propriedades apesar de serem imensas. São poucos
2043 trabalhadores por que eles cuidam de gado. Todas as sete, com exceção de uma que
2044 não tem produtividade nenhuma. Todas as seis outras, cuidam de gado. E normalmente
2045 é um casal que trabalha lá. Fora os diaristas que vão lá, só pra cortar pasto, fazer essa
2046 limpeza apenas. **Presidente:** Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Então
2047 esses nove trabalhadores, pelo que eu entendi. Eles não vão sofrer nenhuma? Ta. Ta
2048 certo. É isso que eu queria ver. Até considerando Geraldo, que você falou que a cada
2049 empreendimento a gente fica aprendendo um pouco mais. Hoje, no empreendimento
2050 que foi discutido lá de Barra de Braúnas. Me chamou a atenção, dois elementos, que a
2051 gente muitas vezes, não traz nenhuma informação deles no diagnóstico sócio
2052 econômico, que são os pescadores e areeiros. Então a minha dúvida, não sei aí talvez,
2053 mas eu vou colocar dúvida. Se, ta. A gente já viu que não vão ser afetadas propriedades
2054 não vai ter remoção de famílias, trabalhadores, não. Agora, é possível identificar no
2055 plano, se existem pescadores ou areeiros, que dependem daquele curso do rio pra sua
2056 subsistência. O seu trabalho e tal. Que dependem daquele espaço. E uma outra dúvida,
2057 Rosa, que talvez você poderia esclarecer, até pro maior entendimento dos conselheiros
2058 que estão chegando. E até do próprio, pra mim também. E quais são os projetos, porque
2059 a gente fica assim. Ah, vão ser elaborados. A Edir falou muito bem. Serão desenvolvidos
2060 projetos, tarara. Mas quais projetos? Que projetos que vão ser desenvolvidos, pra
2061 minimizar os impactos desse empreendimento no distrito. Porque como foi bem
2062 observado, não vai haver impacto para os proprietários, não vai haver impacto para os
2063 trabalhadores. Mas vai haver um impacto significativo nesse distrito, que eu não sei
2064 quantos moradores são. Mas se você considerar 230 trabalhadores, um alojamento,
2065 para 230 trabalhadores. E a exemplo, de outros empreendimentos que nós já
2066 vivenciamos aqui. Eu me lembro de um que nós tivemos muitas denúncias, com a
2067 exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Então nesses casos, assim. Tem
2068 projetos? Nessa perspectiva. Aí você ajuda a esclarecer pra gente. Cristiane. **Técnica**
2069 **Rosalice:** É, eu esqueci só de uma questão que o Adenor perguntou, sobre as
2070 negociações. As sete propriedades já foram negociadas. A faixa que vai ser utilizada.
2071 Sobre os projetos Cristiane. Primeiro, sobre a utilização do rio. No diagnóstico consta,
2072 sobre qualquer PAS que a gente solicita. Eles têm que apresentar no diagnóstico
2073 também, a utilização do rio. Quê que eles utilizam se é para pescaria? É lazer? Então
2074 tem isso. E nós no trabalho de campo, a gente também pergunta isso, no nosso
2075 formulário. Se alguém, alguma família, ou qual a utilização do rio para eles. Ta. Isso aí
2076 consta no diagnóstico e na nossa entrevista de campo também. Nesse caso, eles não
2077 utilizam. Porque o rio fica encaixado com o acesso é muito ruim nesses lugares. Sobre
2078 os projetos. Tem vários projetos nesse plano. Tem os programas obrigatórios que estão
2079 na nossa resolução. Que é o programa de comunicação, de segurança e alerta, o posto.
2080 Especificamente, sobre essa comunidade, que é o foco do trabalho social agora. Assim
2081 que for instalado o posto de atendimento social, que são 30 dias após a aprovação
2082 dessa resolução. O posto vai fazer um diagnóstico específico, para saber qual que é a
2083 potencialidade do distrito. Pra ver se consegue, trazer um pouco dos filhos, das famílias
2084 do distrito, pra lá de volta. Então já tem, no prazo tem. Projeto de geração de renda e
2085 reativação econômica da comunidade. Eles têm a previsão de fazer uma parceria com o
2086 SENAI e a EMATER. Juntamente, um trabalho que vai ser um trabalho em conjunto com
2087 o CRAS, de lá. Porque o CRAS atende já este distrito. Então o CRAS já foi procurado,
2088 pra ver qual que é a potencialidade, se existe um diagnóstico. E a equipe do posto de
2089 atendimento social, já tem essa previsão de realizar esse diagnóstico, do distrito, pra ver.
2090 Porque lá no distrito, a história dele é muito interessante. Que lá era, foi criado por causa

2091 de um...de ouro. Minério de ouro. E como não existem mais essas questões de tirar
2092 ouro, o distrito foi um pouco esquecido. Então os jovens saem. Então eles vão tentar
2093 repor alguma atividade lá, de... e as mulheres lá produzem muito roupa de malha. Então
2094 a intenção do distrito é valorizar essa produção local também. A questão das malhas que
2095 é produzido lá. E tem ainda o projeto de assistência técnica ao produtor e trabalhador
2096 rural. E outros que são obrigatórios que estão relacionados no PAS, que estão de acordo
2097 com a nossa resolução também. Além desses, do posto. **Presidente:** Os conselheiros
2098 consideram devidamente esclarecidos? Eu gostaria de ressaltar, ainda mais uma
2099 situação sobre essa. Principalmente pra Maria. Maria, como é que você gosta que te
2100 chama. Maria de Souza? Maria Alves? Maria. Ótimo. É um bom nome. Na minha
2101 concepção e na minha fé, é um bom nome. Maria e Conselheiro Júlio. Acho que os
2102 outros já são mais experientes aqui dentro do Conselho. Conselheira? Fátima.
2103 Conselheira Fátima. Então sobre essa situação, é importante que a gente possa estar
2104 tendo entendimento disso aí. E muito embora vocês já trazem experiências de outros
2105 espaços. Mas aqui nesse quesito é importante a gente saber. Nesse caso, por exemplo,
2106 o empreendimento não vai levar consequência de dano. Principalmente, no que diz
2107 respeito a uma atividade econômica que existia. Mesmo porque, vocês prestaram
2108 atenção, oito por cento de dois milhões de hectares, vai dar... para o empreendimento é
2109 um percentual pequeno. Mas pra muitos fazendeiros do estado, é uma fazenda de
2110 quarenta alqueires. É só nós fazermos uma continha nós vamos chegar lá. Então. Mas
2111 só que aí, tem uma situação. Nós estamos preocupados em estabelecer a proteção
2112 social básica. Mas ainda assim, a gente tem que lembrar de que o empreendimento
2113 pode trazer consequência. Então por consequência, nós temos essa situação. E aí
2114 vocês ver que. Quantos empregados, por exemplo, vão trabalhar no empreendimento,
2115 naquela cidade, ou naquela redondeza. Qual é o contingente que chega de trabalhador
2116 de fora. Porque normalmente você chega com um contingente de trabalhador de fora,
2117 independente da situação dele de vínculo familiar ou não. Ele chega e atrás daquela
2118 situação tem as mazelas. Por exemplo, exploração sexual. Por exemplo, degradação,
2119 contribuir na degradação de vínculo familiar. Então tudo isso a gente tem que estar com
2120 esse olhar, pra gente saber o quê que a gente pode pensar no plano. E aí, a gente
2121 depois, ficar um pouquinho atento. Porque às vezes a gente fala em reativação. E na
2122 verdade, não é reativação, é uma ativação, porque de repente, não tinha. E às vezes a
2123 gente fala de. Mesmo pra algumas situações que tinham atividade econômica, a gente
2124 tem tratado como reativação e é uma atividade nova que chega. E não necessariamente
2125 uma reativação. É mais ou menos em paralelo com a criança e o adolescente, quando a
2126 gente fala de re-socialização. E muitas delas nunca foram nem socializadas. OK
2127 pessoal. Então devidamente... Conselheira Fátima. Por favor, eu gostaria que você
2128 pegasse o microfone, pra gravar. **Conselheira Fátima Bergamini:** Geraldo, por
2129 gentileza, eu gostaria de saber. Eu seu suplente de qual entidade, de quem? Por eu
2130 votar. Porque eu não sei qual que seria a minha substituição aqui. Esclarecimento por
2131 favor. **Presidente:** OK. OK. **Secretária Executiva:** Você é suplente do Geraldo. É a
2132 segunda suplente, na hora que a gente leu aqui. É a segunda suplente. **Presidente:** OK.
2133 Maria. **Conselheira Maria:** É porque... Primeiro, boa tarde a todos. Como eu fiquei
2134 calada o tempo todo. É só pra poder dizer que, eu estou calada, porque, de uma certa
2135 forma é um pouco tudo muito novo pra mim. Mais de uma certa forma, também estou
2136 muito surpresa. Por estar percebendo que neste espaço, discute questões, muito mais
2137 próximas do que eu vivo e tenho a realidade. E no que tange a questão do
2138 empreendimento anterior e tanto como este. Eu tenho sim, com certeza, o
2139 esclarecimento do processo. A partir do que foi mostrado aqui. A compreensão de
2140 mesmo no caso desse empreendimento, não trazendo grandes consequências, a gente
2141 pode dizer assim, reais. Vamos dizer assim, pelo pequeno número de pessoas que
2142 vivem próximo dessa localidade onde vai ser implantada. Mas eu consigo ter uma visão
2143 de que toda ação tem uma reação. Isso quer dizer que, ao começar pra prática. A obra.
2144 Todo esse processo que está sendo pensado e dialogado. Vai ter de uma certa forma,
2145 uma influência, mesmo que a cidade esteja longe. Mas de influencia do convívio dessas

2146 pessoas. Como já foi colocado aqui, algumas questões social. Mas se houver um
2147 envolvimento dos próprios trabalhadores, a relação entre eles mesmos e o vínculo
2148 desses trabalhadores com essa empresa e seus familiares, inclusive por exemplo. Uma
2149 questão que pode rolar muito num ambiente como esse. É o uso de droga excessivo.
2150 Porque depende de um ambiente que eles vai ta aglomerado. Tem toda uma série de
2151 questões que precisam ser levado em conta. Que com certeza, eu vou estar aprendendo
2152 muito nesse processo. E vou conseguir também dialogar, com aquilo que a gente pensa
2153 e acredita de fato, numa construção social, de fato, para todos. Onde que quem está
2154 propondo, enquanto o capital ganha. Mas que a força de trabalho, enquanto
2155 trabalhadores, também possam ser beneficiados. Com dignidade para sobreviver. E eu
2156 acho que a gente vai poder dialogar muito e aprender muito, juntos. **Presidente:** Muito
2157 bem. Parabéns Maria. Eu gostaria que a plenária aplaudisse. Eu, eu. Você me deixa
2158 muito feliz. Eu tinha certeza que a gente ia ter uma composição nessa plenária. Com
2159 uma representação quilombola, que trouxesse realmente pra gente, essa visão do
2160 usuário. Principalmente, no quesito muito específico, que é a situação do quilombola.
2161 Mas agora eu tenho a convicção que você vai contribuir é muito. Então seja bem-vinda.
2162 Excelente a sua explanação. Demonstra que você, realmente conhece na base, qual é a
2163 situação que esse Conselho pensa. Muito bem. Então vamos a votação, por favor. Tem
2164 que ser nominal, por favor. Vai falar o nome e votar. Então Geraldo, eu estou com o voto
2165 da relatora, pela aprovação. **Conselheira Juanita:** Juanita, com a relatora. **Conselheiro**
2166 **Marcelo:** Marcelo, com a relatora. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, com a relatora.
2167 **Conselheira Edma:** Edma, com a relatora. **Conselheiro Júlio:** Júlio, com a relatora.
2168 **Conselheiro George:** George, com a relatora. **Conselheiro Jansen:** Jansen, com a
2169 relatora. **Conselheira Maria:** Maria, com a relatora. **Conselheira Lourdes:** Lourdes,
2170 com a relatora. **Conselheira Guilhermina:** Guilhermina, com a relatora. **Presidente:**
2171 OK. Então nós temos a votação por unanimidade. Sem abstenção e sem voto contrário.
2172 Considera-se então aprovado o plano de assistência social do PCH Areado. Parabéns,
2173 Conselheira Edir. Muito obrigado. O próximo item é a letra E, distribuição do processo.
2174 PCH Serra das Agulhas. E eu pediria a técnica Rosa, para colocar como é que ficou a
2175 distribuição. **Técnica Rosalice:** Na lista de Conselheiros. O próximo é o Marcelo
2176 Armando. Aí na plenária que vem. A gente vai estar apresentando a nova relação, de
2177 conselheiros que tomaram posse hoje. Bom o Geraldo pediu para eu explicar, de uma
2178 forma geral. O processa das usinas hidroelétricas. Na realidade, são barragens. Ele
2179 falou no início PCH. Mas PCH é um tipo de usina hidroelétrica. Nós temos ainda usinas
2180 de maior porte. CGH que é aquelas que geram 1 mega watts, que normalmente são
2181 reativações. Mas o processo de uma forma, mais resumida é o seguinte: Eles
2182 apresentam o plano de assistência social aqui no CEAS. Que é uma obrigação, de
2183 acordo com a lei 12812. Que, o empreendedor, ele tem que apresentar um plano de
2184 assistência social ao CEAS, pra obter a licença de instalação. Que é um dos requisitos
2185 para essa licença junto ao COPAM. E durante esse processo, ele tem que apresentar
2186 relatórios de atividades. Quando ele chega no momento da licença de operação, ou seja,
2187 que ele tem que, começar a gerar a energia. Ele apresenta um relatório final para nós.
2188 Que se o CEAS comprovar a implementação do plano. Ele vai pegar esse documento do
2189 CEAS, vai levar pro COPAM e assim ele recebe a licença de operação. Mas, antes
2190 disso. Eles apresentam o plano para nós. É feito uma análise técnica. Essa análise
2191 técnica, no primeiro momento, ela é baseada no documento. Documentalmente. O
2192 técnico vai à área atingida. Faz a reunião com o conselho municipal de assistência social
2193 dos municípios atingidos. Faz a entrevista com os proprietários e trabalhadores das
2194 áreas a serem atingidas. Verificando se tudo que está constando no plano de assistência
2195 social. Está de acordo com a realidade local. Se não, eles têm que alterar esse plano de
2196 assistência social. Finalizando. Este processo de análise técnica, que nós temos um
2197 prazo de 60 dias pra isso. É entregue ao conselheiro relator, que assume o processo na
2198 plenária. Esse relator tem mais 30 dias, para fazer uma análise, documental. Ou se ele
2199 quiser, ele vai a campo, verifica o que está constando no PAS e no relatório. Que é um
2200 direito do conselheiro ir a campo. Com o técnico ou não. Durante esse processo, é feito

2201 esses relatórios, que é feita a análise técnica. Quando acontecem casos de denúncias,
2202 aí sim, o conselheiro é obrigado a ir com o técnico. Apurar essa denúncia. Essa
2203 denúncia, nós temos um prazo também para verificar. Qual o conteúdo da denúncia? O
2204 quê que envolve essa denúncia? Quais os direitos sócio-assistenciais do atingido que
2205 está sendo não respeitado naquele momento. E segue o mesmo processo. Vem pra
2206 plenária, aprova ou não, a deliberação. E durante o processo, até a licença de operação.
2207 A gente vai acompanhando. O CEAS ele tem a atribuição, quando a lei de barragem
2208 fala: barragens. Tanto pode ser: Usina hidroelétrica, barragem pra mineradora, quando
2209 há construção da barragem. Para contenção de enchentes. Outros tipos que tenham fins
2210 lucrativos. Isso aí é uma coisa que a gente tem que deixar claro. Não é qualquer
2211 barragem. Mas a barragem que vai usar os recursos hídricos para fins lucrativos. Então
2212 eles são obrigados a encaminhar esse plano. E o COPAM só pode aprovar a licença de
2213 instalação e operação. Mediante a nossa comprovação do CEAS. **Presidente:** OK.
2214 Então o Conselheiro Marcelo, PCH Serra das Agulhas. Está sob a sua responsabilidade.
2215 Nós gostaríamos de passar ao próximo ponto. E aí nós temos ainda três comissões
2216 ainda por apresentar. Políticas, Normas e Apoio. Quem se manifesta? Bom então a
2217 situação aqui. Que é o processo de recomposição do CEAS, na vacância. Nós temos
2218 uma situação em que: nós publicamos um edital chamando as entidades de abrangência
2219 estadual. Para que pudesse compor o Conselho. Não só no quesito de candidata, mas
2220 também, para ser votante no processo. E durante os trinta dias, nós não tivemos, talvez
2221 por esquecimento de alguns, entidades que se inscreveram. Não só para serem
2222 candidatos, como também para votar. E publicamos o edital novamente, estendendo o
2223 prazo por mais 30 dias. E aí, nessa nova recomposição, nessa nova republicação, nós
2224 tivemos então a adesão. Muito embora, ainda assim, nós ficamos a ausência de
2225 representações neste conselho. Então, a sociedade civil, ela se subdivide em três
2226 segmentos: seguimento dos trabalhadores. E nós tivemos cinco entidades inscritas.
2227 Portanto, foi possível fazer a composição do Conselho, no segmento dos trabalhadores,
2228 com duas entidades titulares e duas entidades suplentes. No segmento de representante
2229 de usuários. Nós temos duas vagas de titularidade e duas vagas pra suplência. E nas
2230 duas vagas da titularidade, nós tínhamos inscrição, nós tínhamos inscrição da Maria,
2231 que representa os quilombolas. E tinha uma outra inscrição da Federação dos
2232 Aposentados que é a FAP, já teve conosco, compondo este Conselho, aí a um tempo
2233 pra trás. E que se inscreveu, porém não compareceu no dia, prejudicando então, não só
2234 a sua eleição, como a titularidade na composição deste Conselho. Então nós
2235 necessitamos, na representação dos usuários, é de preencher. Uma titularidade. E que
2236 gente tenha uma inscrição de entidade. Então ela só não compareceu no dia do
2237 processo eleitoral. E precisamos ter outras duas entidades de usuários, para que possa
2238 formar a suplência. No segmento de entidades de atendimento. Nós temos duas
2239 entidades, e outras duas de assessoramento. Não é isso? São quatro entidades. E
2240 dessas quatro entidades, que são titulares, nós tivemos quatro entidades. Então, ou
2241 seja. Nós não temos quatro suplências das entidades e duas suplências da
2242 representação dos usuários. Então nós precisamos fazer uma recomposição do
2243 colegiado. Vou passar pra Consolação que ela tem o detalhamento na mão. Eu só estou
2244 colocando, porque esse é um ponto de pauta que a gente ficou de trazer, pra discussão.
2245 A gente sabe que, nós temos composição de entidades e/ou segmentos da sociedade
2246 civil dentro do conselho que estão saindo do Conselho. Nós precisamos saber agora, se
2247 essas entidades estão predispostas a continuar. E qual é a situação. E, além disso, nós
2248 pensamos, juntos, qual são as entidades que poderiam estar compondo o conselho, até
2249 por indicação do próprio conselheiro. Mas até a gente detalhar mais, a Consolação dá o
2250 retorno pra nós. **Secretária Executiva:** É. De entidade de usuário. A gente tem uma
2251 titularidade que está vaga e duas suplências. Pela categoria de entidades de assistência
2252 social, são quatro suplências. E neste caso gente, a gente não separa mais:
2253 assessoramento, defesa e direito ou entidade de atendimento. Está tudo dentro do
2254 significa a entidade de assistência social, de acordo com a própria resolução 16 do
2255 Conselho Nacional. Em relação aos conselhos municipais, na categoria não

2256 governamental, nós temos: vaga em uma titularidade e em duas suplências. Então esse
2257 é o nosso quadro de vacância. Em questão de encaminhamento. Já aconteceu neste
2258 Conselho, anteriormente. Ao invés de a gente chamar um novo processo de escolha,
2259 que pressupõe todo um processo específico no local, fazer tudo aquilo que nós fizemos,
2260 pode ser chamado, dentro da plenária. Ta gente. A gente pode fazer esse
2261 encaminhamento. Marcar uma plenária específica para isso. Baseando-nos nos mesmos
2262 critérios que foram utilizados, anteriormente. Então, pegaria aquela resolução nossa, e
2263 as pessoas, ou entidades, as entidades para compor os conselhos municipais teriam que
2264 estar, atendendo, aquilo que a gente pediu, anteriormente. Até pra não ter prejuízo, das
2265 entidades que inclusive foram eleitas aqui. Então a gente faria esse processo. E
2266 chamaria, numa plenária. Por exemplo, chamaríamos em janeiro, ou chamaríamos em
2267 fevereiro. Não sei o prazo aí. E publicaríamos essa resolução, com essas orientações.
2268 Dentro dessa resolução ainda, constaria que: caso houvesse novamente a vacância.
2269 Porque a gente já deixaria isso pronto. Caso haja novamente vacância, após esse
2270 processo de chamamento. A ocorrer dentro de uma plenária do Conselho. Nós faríamos
2271 carta convite para composição. E carta convite, mediante deliberação do Conselho, de
2272 algum reconhecimento de entidade indicadas. Ou conselhos municipais, indicados em
2273 plenária. Então isso já constaria nesse regulamento, pra que a gente não tenha que
2274 depois, faz um novo processo, se houver vacância, um novo. Então a gente poderia
2275 estar resolvendo dessa maneira. O regulamento seria mais sucinto, porque não teria
2276 todo aquele processo de. Teria habilitação do mesmo jeito. Mas a gente faria a
2277 habilitação já no momento da... em prazos anteriores a plenária, mas... a eleição dentro
2278 da plenária. Eu acho, pelo menos por experiências passadas, presidente. Eu acho que
2279 seria o melhor encaminhamento. Se for, a gente pode preparar. E já trazer pra próxima
2280 plenária, essas orientações, pedir a publicação e aí só a definição então, talvez da data.
2281 **Presidente:** Outras alternativas de solução diferente dessa, que alguém queira
2282 apresentar? Pois não. Conselheiro Marcelo e depois Conselheira Fátima. **Conselheiro**
2283 **Marcelo:** A minha contribuição não é em mudar a proposta da Consolidação não. É
2284 adiantar. Ao invés de nós passarmos isso pra próxima plenária. A proposta iria para a
2285 mesa diretora. E a mesa diretora deliberaria ad-referendum. Passaria ad-referendum
2286 depois de passar pela plenária. Pra adiantar pelo um mês nessa, nesse tramite. A
2287 proposta é só nisso. **Presidente:** Conselheira Fátima. **Conselheira Fátima Bergamini:**
2288 Esclarecimento aqui. No caso aí das entidades. Que não estiveram presentes aí. Igual
2289 houve aí a Federação dos Aposentados. Ela não teria outra chance não. Porque poderia
2290 acontecer algum problema. Ela justificou? Hoje não foi questionado? Algumas outras
2291 entidades que não teve condições de comparecer no dia da votação. Teve alguma...
2292 algum comunicado? **Presidente:** Ela terá a mesma oportunidade de estar compondo o
2293 processo novamente. Igualdade de condição com as outras que receberão a carta
2294 convite. OK? **Conselheira Fátima Bergamini:** Ta. **Presidente:** Mais alguma outra
2295 contribuição. Podemos então deliberar? Conselheiro Adenor, inscreveu? **Conselheiro**
2296 **Adenor:** Presidente, de certa forma. Talvez possa até parecer uma redundância, mas a
2297 Companheira Fátima, fez uma pergunta, do qual eu iria fazer. Mas aí um pouquinho
2298 diferente, no sentido de que o meu município estava habilitado. Tanto como votante,
2299 como candidato. E devido a questão da união de conselho ter a pessoa do Conselho de
2300 Belo Horizonte. Eu lhes pergunto? Meu município, neste caso, poderia pleitear no
2301 segmento sociedade civil a vaga? Essa é a minha pergunta. **Presidente:** Sim, sim.
2302 Porque vai estar aberto a todos os outros municípios. Óbvio, igualdade de condições.
2303 **Conselheiro Adenor:** Levo. OK. Eu posso ler isso pra união? Presidente. Só a título de
2304 informações? **Presidente:** Pode sem nenhum problema. Não, nós vamos discutir aqui
2305 na mesa diretora é outros quinhentos. A situação do Conselho, ser poder, ta, pode. Pode
2306 e deve. Todos eles terão a mesma situação, nós não vamos mudar não. **Conselheiro**
2307 **Adenor:** Sabe por quê? Presidente. Dia 31 agora. Dia 30, deixa eu ver. 30 ou 31, nós
2308 vamos ter uma reunião em Belo Horizonte. Dia 30 a união de conselho da região
2309 metropolitana, reúne em Belo Horizonte. **Presidente:** Só um minutinho, por favor. Que o
2310 Marcelo quer colocar é questão de ordem. **Conselheiro Marcelo:** No regulamento da

2311 conferência. Pra eleição da sociedade civil. Lá dizia que: as uniões de conselhos, elas
2312 teriam que passar pelas uniões de conselhos. Agora que eu estou lembrando. Teriam
2313 que passar pelas uniões de conselhos, a indicação do nome. Isso na primeira proposta.
2314 Aí a pergunta que eu faço: Nós vamos utilizar isso para a segunda proposta? Pra essa
2315 segunda resolução? Considerando... eu no meu ponto de vista. Isso pra mim. No meu
2316 ponto de vista não foi legal. Isso como avaliação do resultado da primeira eleição. A
2317 gente sentiu que, algumas uniões de conselho, estão funcionando, só no papel. Elas não
2318 estão criando efetivamente a política de assistência social lá. Elas não estão
2319 contribuindo. E aí só pelo fato de ter o nome. Vou citar até o exemplo, me permite,
2320 conselheiros aqui na mesa. Por exemplo, a união de São João Del Rei. Ela existe. Ela
2321 não reúne. A conselheira Sônia indicou o nome dela, pra compor o Conselho, e o nome
2322 dela foi cortado, porque não passou pelo crivo da união de conselho. E
2323 conseqüentemente, houve um prejuízo para este município. Então, eu não sei se nós
2324 continuaríamos com esta mesma regra. Ou nós repensaríamos, de deixar em aberto
2325 para os conselhos municipais. **Presidente:** Quando aqui, eu fui veemente na afirmação
2326 que pode em igualdade de condição. Eu vou voltar em cima da fala do Marcelo, eu quero
2327 clarear a minha posição para o plenário. Nós adotamos a situação de privilegiar o
2328 espaço, chamado união de conselhos. Assim sendo, eles se reuniram e de lá tiraram as
2329 indicações. Depois tivemos notícia de várias dessas situações, igual ao Marcelo
2330 reportou. E é verdade. Outras até de politicagem, que se instauraram dentro de um
2331 espaço institucional. Que não deveria haver. Deveria haver discussão política. De
2332 política pública e não de politicagem. E assim sendo, porque nós já até conversamos
2333 aqui, de uma forma antecipada. Que faz parte do nosso planejamento próximo. A gente
2334 tentar, tornar mais sólido, as uniões de conselhos. Inclusive, com a participação efetiva
2335 de todas elas. A gente tentar dar uma certa padronização para os regimentos internos.
2336 Inclusive com uma certa regularização operacional. Porque senão, esse espaço fica
2337 prejudicado. A gente observou que lamentavelmente, a gente tem pessoas, que a
2338 vaidade pessoal, ou a politicagem, ou até o espírito de política partidária. Está entrando
2339 pra dentro de um espaço, que não é aquilo que é desejado por este Conselho. Então a
2340 gente vai cortar isso. Com toda certeza nós vamos. Porque a idéia nossa é fortalecer a
2341 união de conselho, mas dentro de um espírito da construção e da deliberação da política
2342 pública. Então é um trabalho para este Conselho. Para essa nova gestão que se inicia.
2343 Mas penso eu que, em se tratando agora de recondução. E inclusive saindo até.
2344 Tentando até por otimização de gastos. A gente saindo até de publicação de edital e
2345 chamada, por carta convite. Que a gente possa, em igualdade de condição, aos
2346 municípios. Mas seguir o mesmo critério. Mesmo que ele tenha sido prejudicado por
2347 essas influências negativas. Que a gente deva seguir o mesmo critério, pra que a gente
2348 não fique prejudicado na linha que adotamos no primeiro processo eleitoral. É o meu
2349 pensamento, Marcelo. Mas está aberto de qualquer forma, não sou dono da verdade.
2350 **Conselheiro Adenor:** Só complementando, presidente. Fiquei muito feliz com as suas
2351 palavras. Até que porque, acabou encurtando a minha fala. Mas eu continuo dizendo do
2352 seguinte: dia 30, vamos estar reunidos em Belo Horizonte, no auditório da PUC Minas.
2353 Vamos receber o conselheiro nacional, onde falará pra gente sobre a resolução 27. Isso
2354 é uma pauta da união de conselho da região metropolitana. O companheiro George que
2355 está aqui. Que está conosco nesta caminhada. Foi refeito recentemente a diretoria da
2356 união de conselho. Do qual o representante de Belo Horizonte, é o presidente. A
2357 senhora Elza, assumiu o a vice-presidente, no lugar da Kate, que saiu do governo de
2358 Santa Luzia. Sabará tem o seu representante e Ribeirão das Neves com a minha
2359 pessoa. Que sairei na próxima reunião. Ou seja, dia 30. É minha última reunião. Assim
2360 como a minha última reunião neste Conselho aqui. Até por achar que, eu saí do
2361 conselho estadual e eu estou, embora eu sou trabalhador do SUAS, estou dentro da
2362 secretaria de assistência, estou ajudando na... dentro da proteção básica, então eu acho
2363 que eu mais do que legítimo. Mas não é isso não. Nosso município não quer pleitear
2364 uma vaga haja visto que a união de conselho teve esse pedido. Eu não quero mais voltar
2365 a isso. Eu quero deixar assim: livre para Contagem, para Santa Luzia, para Nova Lima.

2366 Que foram eleitores e se credenciaram para esse fato. Então, com sua permissão e a
2367 aquiescência dessa secretaria executiva. Eu levo esse fato novo, e aos companheiros da
2368 região metropolitana, se assim for o caso. Se o senhor achar que não, que a região
2369 metropolitana já foi contemplado. Com Belo Horizonte e com Lagoa Santa, que é outro
2370 fato. Assim eu acatarei, sem problema algum. Nós da união acataremos. E aí
2371 poderemos, claro, ceder para outro município. Que eu acho até mais legítimo, se me
2372 permite, pensar dessa maneira. Mas de qualquer forma eu darei o informe na união de
2373 conselho. **Presidente:** Consolação. **Secretária Executiva:** No meu entendimento. A
2374 gente vai fazer um novo processo, necessariamente, neste regulamento, não tem que já
2375 constar que, aqueles que já estão aqui, as uniões já contempladas, não podem
2376 participar. A gente deixa em aberto a participação. Como a eleição se dará dentro de
2377 uma plenária. Porque seria o primeiro momento, a carta convite vai ser um segundo
2378 momento, se houver ainda vacância. Então nesse momento, se houver vários
2379 candidatos. É uma outra questão. A gente discute inclusive, talvez, critérios. Mas não
2380 num primeiro momento. Acredito eu enquanto candidato, porque pode ser também que
2381 numa expectativa de vir outras uniões. Aconteça o que aconteceu. A gente não tenha. E
2382 aí a vacância, ela permaneça. Então quem está interessado, vai se candidatar. E aí a
2383 gente verifica no dia, quantos, quantas uniões apresentaram e a composição aqui. De
2384 repente se não for titular, como suplente. A gente verifica no dia. Eu acho que é mais
2385 prudente. **Presidente:** OK. E sendo assim, a gente discute até alguns critérios possíveis,
2386 de forma antecipada, na mesa diretora. E aí no dia a gente delibera. Então está aberto
2387 em igualdade de condições, na mesma situação. É isso aí. OK pessoal? Vencemos esse
2388 quesito então? Então voltemos agora pra, pras comissões. E aí nós temos ainda a
2389 comissão de política normas e apoio. Quem se candidata? **Conselheiro José Ismar:**
2390 Presidente, é só uma questão de ordem. Eu fui informado agora a pouco, pela nossa
2391 secretária executiva, a Consolação. Que já se fez a publicação dos novos conselheiros.
2392 Confirma isso? A publicação. **Secretária Executiva:** Não confirmo, José Ismar. Na hora
2393 que você me falou, eu saí daqui, não deu tempo, que eu fui chamada aqui a mesa. Eu
2394 queria lhe dar um retorno aí. Ta. Não confirmo. Liguei inclusive para o secretário agora.
2395 E ele está cobrando lá na casa civil. Mas de todo jeito, como os outros atos, inclusive
2396 deste Conselho. A gente põe com a data, daquela, a publicação fala: para efeitos
2397 retroativos. A partir da data tal, é a publicação. Porque o Conselho não pode parar em
2398 função desses atos. Eu conversei agora com o secretário adjunto Márcio Elia. Liguei pra
2399 ele ali agora, aquele que esteve presente. Que deu a posse. Expliquei a ele o fato. Que
2400 você. Que eu fui questionada aqui. Eu tive a informação primeira, que havia sido
2401 encaminhada. Que já tinha mesmo. Fui lá, verificar isso. Ta. E aí, é esse que é o retorno.
2402 E imediatamente, quando a Luiza ligou pra. Ela falou: você entendeu errar. Que eu tinha
2403 entendido errado. Então você liga e verifica isso. Ta. E eu já tomei essa providencia em
2404 relação, ao Mário Elia. Que eu disse anteriormente que no meu entendimento. Posso
2405 também estar equivocada, mas a medida em que você dá posse a um Conselho. Na
2406 hora da eleição, é isso. Um conselho deu posse ao outro. Eles ficam juntos, mas a
2407 questão da votação, no meu entendimento. Posso estar equivocada. Mas é o meu
2408 entendimento. Foi aquilo que disse na hora que o Jansen estava levantando, é votando.
2409 É que, agora, são os novos conselheiros que tem que estar votando. Uma vez que eles
2410 assumem a posse. Se não, eu vou ter mais conselheiros dentro de uma ata, no sentido
2411 de votação. Do que aquilo que realmente compõe este Conselho. Ta. Então foi só essa
2412 questão também que eu coloquei em relação à votação. **Conselheiro José Ismar:** É
2413 porque, esse conselheiro. Ele, no momento da indagação, dada a sua colocação. Ele se
2414 julgou incompetente, vez que, o ato que o torna legítimo é a publicação. Não é? E
2415 estando já publicado os novos conselheiros. Esse conselheiro se julgava incompetente.
2416 Porque é o ato da publicação que o torna legítimo e detentor, do desempenho da sua
2417 função. Feito isso, presidente. Continuamos os trabalhos. Estou devidamente
2418 esclarecido. **Presidente:** OK. Então vamos as três comissões. Política, normas e apoio.
2419 Qual que se habilita primeiro? Apoio. O Nilce. É, técnica Nilce. Por favor. Que vai fazer a
2420 apresentação? É a Conselheira Cristiane? Eu ia passar para ela. Eu já tinha passado pra

2421 ela. Mas ela se ausentou. Então nós vamos passar pra normas. Pra dar seqüência e não
2422 ferir nada. Normas. **Comissão de Normas – Conselheiro José Ismar:** OK. O primeiro
2423 assunto na sumula da comissão de normas. Se trata da inscrição de uma entidade, a
2424 qual solicita-se um parecer. O Conselho Municipal de Assistência Social de Curvelo. Ele
2425 pede que este Conselho, CEAS, se manifeste, em face de inscrição de uma entidade
2426 neste Conselho. Ela solicita parecer sobre a inscrição da Associação Católica VERBUM
2427 VITAE. Encaminhou a cópia do estatuto, do CNPJ, do plano de ação e da ata de eleição
2428 da diretoria. Documento do presidente, e relatório de visita técnicas. Segundo este
2429 Conselho Municipal de Assistência Social de Curvelo, pautado na documentação e na
2430 visita da técnica. Realizado por profissional, assistente social, da Secretaria Municipal de
2431 Assistência Social. Segundo este mesmo conselho, a entidade não presta serviços na
2432 área de assistência social. Não atendendo, portanto, as exigências da resolução 16 do
2433 CEAS, alias do CNAS. Visto apresentado pelo Conselho Municipal de Curvelo, que há
2434 que se entender aqui que é uma solicitação de parecer. O encaminhamento dado pela
2435 comissão, é de solicitar à entidade, informações se, desenvolve algum projeto na área
2436 da assistência social, de acordo com a política nacional de assistência social. E
2437 encaminhar cópia. E solicita ainda encaminhar a este CEAS, cópia desse projeto. Após a
2438 análise da documentação e confirmado o parecer do Conselho Municipal de Assistência
2439 Social. Orientar a entidade sobre a possibilidade de inscrever no Conselho Municipal, o
2440 projeto ou programa de atuação na área de assistência social. Caso ela tenha interesse,
2441 conforme a resolução 16. Ou que se poderá se enquadrar na política de educação da lei
2442 12101. A questão é o seguinte. Eu não sei se ficou claro para todos. Aqui se trata de um
2443 não recurso. Mas sim uma solicitação de parecer, enviada pelo Conselho Municipal de
2444 Curvelo, a qual, segundo este conselho, a entidade Associação Católica VERBUM
2445 VITAE. Não é uma entidade de assistência social. Só que, não foi encaminhada a este
2446 Conselho, um consolidado, através de seus projetos ou projeto. Que realmente,
2447 justifique a inscrição desta entidade no Conselho Municipal de Assistência Social. Então,
2448 está priorizando aqui, a questão que se reporte a esta entidade, pedindo outras
2449 informações, muito mais com efeito didático, talvez. Por quê? Pra informar a esta
2450 entidade, que, se persistir, a apuração feita pelo Conselho Municipal, evidentemente ela
2451 não poderá se inscrever no Conselho Municipal de Assistência Social. Caso haja o
2452 interesse dela se inscrever, que ela se atente para a resolução 16 do CNAS. Eu creio
2453 que o encaminhamento é muito mais um encaminhamento didático neste sentido.
2454 Porque, muitas entidades estão perdidas, elas estão numa situação de falta, até de
2455 esclarecimento, por alguns conselhos municipais. Que não detêm ainda uma
2456 propriedade, para estar orientando estas entidades. Então, dado a esta questão. O
2457 CEAS está pedindo, caso ela entidade, exerça programas ou projetos. Que encaminhe a
2458 este Conselho, para que este Conselho possa melhor estar informando. **Presidente:**
2459 Passar para esclarecimento. Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Zé. De acordo
2460 com a análise de documentação para inscrever entidade. O plano de ação é um
2461 instrumento que dá a possibilidade ao conselho, de identificar as ações e as atividades
2462 que aquela entidade vai desenvolver, mesmo que ela não está de acordo com a
2463 tipificação. Mas no plano de ação, a gente já tem subsidio para avaliar. Se nós
2464 recebemos um ofício do Conselho Municipal de Curvelo, pedindo um apoio a este CEAS,
2465 num parecer em relação à entidade, se é ou não de atendimento de assistência. Eu
2466 penso que, solicitar a entidade, complementaridade de informação, a gente tem que
2467 solicitar ao Conselho Municipal de Curvelo. Se há documentação encaminhada por ele.
2468 Está aquém pra gente dar o parecer. Ou penso eu ainda, que a gente tem que responder
2469 ao Conselho Municipal, que com a documentação encaminhada, é impossível identificar
2470 se a entidade é de assistência ou não. Agora, não solicitar diretamente a entidade.
2471 Porque aí a gente vai solicitar a ela, quando no caso do CEAS entrar com um recurso.
2472 Não. **Conselheiro José Ismar:** A questão ficou nebulosa aí. Porque vem o termo
2473 recurso aqui. Na realidade não é um recurso. A nebulosidade aí, ela ficou restrita ao
2474 termo estar ai: recurso. Eu entendi a sua colocação. E acho que o encaminhamento
2475 mais correto seria esse. A solicitação ao Conselho Municipal de Assistência Social de

2476 Curvelo. Porque bastava mesmo o plano de ação. Agora, orientar também. Ter o
2477 conhecimento mais, talvez o conhecimento mais, no sentido, de dar o retorno pra
2478 entidade. Mais assim didático também. Porque que ela buscou a inscrição lá? E o fato
2479 dela buscar a inscrição. **Conselheira Juanita:** Bom aí eu penso que é o conselho que
2480 tem que se reportar a entidade para. OK. Cristiane. **Conselheira Cristiane:** É. Cristiane.
2481 José Ismar... **Conselheiro José Ismar:** A técnica Rosalice, que veio. O único
2482 documento que veio, no plano de ação, relata-se que a entidade, tem nas suas práticas,
2483 o ensino de línguas. Fins missionários. Então, não se enquadrada mesmo não.
2484 **Conselheira Cristiane:** É exatamente isso que eu ia falar. Você tem um plano de ação
2485 da entidade, você tem um estatuto, você tem um relatório de visita técnica. Quer dizer,
2486 eu acredito que. E o plano de ação. Eu acredito que o Conselho Municipal de
2487 Assistência de Curvelo. Ele não vai ter nenhum outro documento dessa entidade, além
2488 desses. Se esses documentos foram analisados pela comissão. Eu acho que a
2489 comissão já tem, subsidio para dizer se esta entidade tem ações, que possam ser
2490 semelhantes às ações de assistência social ou serviços. Caso contrário, ai não. Como
2491 vocês já estão dizendo que o próprio plano de ação, já traz lá uma única ação que é
2492 essa. Já tem subsídios. **Conselheiro José Ismar:** E outra coisa pra questão técnica. É o
2493 seguinte Rosa: o quê que qualifica a entidade na sua preponderância? Lá, no CNPJ, vai
2494 estar descrevendo a sua atividade preponderante. Então, estar olhando também esta
2495 questão. Se no CNPJ dela, caracteriza como atividade predominante, a assistência
2496 social ou a educação. Se for assistência social, que seja, adequado junto a receita. Ou
2497 seja, à fazenda. Essa questão. Inclusive é uma orientação do CNAS nesse sentido. O
2498 encaminhamento eu daria de uma forma, dentro dessa questão mesmo. Dentro da
2499 documentação apresentada, ela não se caracteriza como uma entidade de assistência
2500 social. Agora, eu estou solicitando e dando aqui o conhecimento a plenária que face ao
2501 apresentado no cadastro nacional de pessoa jurídica. No CNPJ. Que a técnica Rosalice,
2502 observasse se consta na atividade preponderante, lá no CNPJ, como educação ou
2503 assistência social. Se for assistência social, vai ter que alterar, a persistir nessa linha de
2504 atividade. OK. **Presidente:** Bom está esclarecido a plenária? Pois não conselheiro
2505 George. **Conselheiro George:** George, CMAS de Lagoa Santa. Se tem um laudo
2506 técnico? Porque não levar em conta esse laudo técnico. **Conselheiro José Ismar:** A
2507 questão aqui, não é nem laudo. Há um plano de ação, que a caracteriza que a
2508 denominem, como uma entidade que desenvolve atividades, de línguas. De ensinar
2509 línguas. Então pelo fato de ser, o ensinar línguas. No entendimento, educação. Aqui o
2510 encaminhamento está se dando que ela não é uma entidade de assistência social
2511 realmente, como coloca o Conselho Municipal de Curvelo. Mas sim uma entidade de
2512 educação. **Conselheiro George:** Lê ali ó. Segundo a deliberação do CNAS, pautado em
2513 toda documentação e na visita técnica realizada por profissional, a assistente social da
2514 secretaria municipal de assistência social. A entidade não presta serviço na área de
2515 assistência social. Eu acho que isso aí já engloba tudo. Não? **Conselheiro José Ismar:**
2516 Sim. Mas se você reportar lá em cima. Você tem de fato a documentação, que é uma
2517 prova maior ainda. Do que o segundo ponto sustenta. Quando fala que, diante do
2518 estatuto. Que a Cristiane até colocou muito bem. Diante da apresentação do estatuto, do
2519 CNPJ, plano de ação, da... esses três documentos aí. Já provaria necessariamente, o
2520 quê que é essa entidade. Qual que é a atividade dela. **Presidente:** A, Consolação.
2521 **Secretária Executiva:** É só contribuindo. Uma vez que o Conselho. Aciona o conselho
2522 estadual, independente de ter a análise do município. Significa que ele está em dúvida.
2523 Mesmo que tenha uma análise técnica. Que logicamente, validado, responde por isso.
2524 Nós temos que, até para talvez, referendar tal análise. É, pegar todos os documentos e
2525 emitir um parecer em cima de documentos. E não só do que aquilo que foi visto, pelo
2526 profissional. Isso porque foi acionado pelo Conselho. Ta. **Presidente:** OK? Alguém
2527 contrário? Não. **Conselheira Juanita:** O encaminhamento então. Porque nós vamos
2528 votar aqui. É que este CEAS responda ao Conselho Municipal. Que de acordo com a
2529 documentação encaminhada, a entidade não se enquadra como entidade de assistência
2530 social. Está claro para os conselheiros. Para votar agora? OK. Juanita com a comissão.

2531 Com a coordenação. **Presidente:** Há não. Esse caso não precisa de encaminhamento
2532 não. Tem alguém contrário a posição? Não. Alguém quer se abster do voto? Não. Então
2533 está por unanimidade aprovado o encaminhamento. Letra B, Zé. **Conselheiro José**
2534 **Ismar:** Ponto B. Associação Municipal de Assistência e Recuperação dos Condenados,
2535 município de Ubá. Recurso contra o indeferimento da inscrição do Conselho Municipal
2536 de Ubá. Enviado a este CEAS. Encaminhamento, solicitar ao Conselho Municipal de
2537 Assistência Social, motivos do indeferimento. E cópia do plano de ação e relatório das
2538 atividades desenvolvidas, apresentadas pela entidade, quando do pedido da inscrição. O
2539 recurso aqui ele parte da entidade ou do Conselho? Então partiu da entidade. Então se
2540 trata de um recurso que foi indeferido pelo Conselho Municipal de Ubá. Então o
2541 encaminhamento é de: solicitar ao Conselho Municipal o motivo do indeferimento. Ele
2542 não deve ter vindo fundamentado. Mesmo porque não veio nada. O Conselho Estadual
2543 pede que o Conselho Municipal se manifeste. Os motivos do indeferimento e cópia do
2544 plano de ação. E relatório das atividades desenvolvidas, apresentadas. Se foi
2545 apresentada. Pela entidade. Quando se fez o pedido da inscrição. **Presidente:** OK. Veja
2546 bem. Nós já aprovamos neste Conselho. É de se causar estranheza, essa recusa lá da
2547 inscrição. Mas de qualquer forma, nós temos que respeitar o ente federado. E
2548 principalmente o Conselho, enquanto instância de controle social, do município. Então
2549 nós vamos ouvi-los. E ver a documentação. Pra ver o quê que é que tem. E logo em
2550 seguida, óbvio que aí o outro encaminhamento, por consequência. Aí está correto.
2551 Porque a gente a fazer a análise. Inclusive com os olhos voltados, para a aprovação.
2552 Que nós já fizemos nessa plenária aqui. **Conselheiro José Ismar:** Inclusive na
2553 seqüência aí fala. Após o recebimento da documentação. **Presidente:** Exatamente. OK
2554 o encaminhamento? Alguém contrário? Pode seguir Zé. **Conselheiro José Ismar:** Um
2555 ponto dois. É um e-mail do CNAS, sobre a inscrição de entidades, datado de
2556 04/11/2011. O CNAS informa que ainda não está regulamentado, o cadastro nacional de
2557 entidades e organizações de assistência social. Ainda ressalta, a recomendação
2558 disposta no documento publicado pelo CNAS. Abre aspas. Orientações aos conselhos
2559 de assistência social, para implementação da resolução 16/2010. Fecha aspas. Que os
2560 conselhos emitam resoluções, acerca dos temas tratados na resolução 16. Em seu
2561 âmbito. Podendo o conselho tratar do cadastro na resolução. O encaminhamento dado
2562 pela comissão. O CEAS criar um procedimento, orientando os conselho municipais e
2563 gestores, do fluxo do cumprimento do inciso 11 do artigo 19 da LOAS. Da recente, né...
2564 Lei 12435, que alterou a LOAS. Em conjunto com o COGEMAS, face ao
2565 encaminhamento do ofício do CNAS de 04/11/2011. Previsão da data: de 02 a 12. Eu
2566 acho que até para esclarecer melhor. É bom estar lendo o artigo. Para conhecimento de
2567 todos. O art. 19 da LOAS fala o seguinte: Compete aos órgão da administração pública
2568 federal resposnar pela coordenação da política nacional de assistência social. Inciso 11:
2569 é o teor do nosso debate aqui. Que diz: coordenar e manter atualizado, o sistema de
2570 cadastro de entidades e organizações de assistência social, em: articulação com os
2571 estados os município e o distrito federal. É uma questão bem polêmica. **Conselheira**
2572 **Juanita:** Ô Zé. Na verdade o e-mail. Sistematizando. O Conselho Nacional nos informa
2573 que o sistema do cadastro nacional de entidades ainda não abriu. Que compete ao
2574 Conselho Municipal de Assistência informa isso a suas entidades. E tão logo o sistema
2575 abra, informar novamente. É isso? E o encaminhamento é que o CEAS vai informar isso
2576 para os conselhos municipais, e pedir o COGEMAS para informar ao gestor. É esse o
2577 encaminhamento? **Conselheiro José Ismar:** A questão é confusa aí. Um pouco sim.
2578 Passa por aí. Mas a questão que o Conselho Nacional, já deveria ter regulamentado, o
2579 que a lei obriga. O Conselho não fez. Só que não fez, omissão. Quem deveria fazer, é
2580 ele. A lei remete a ele. A obrigação e competência é dele. Porém, eu entendo de forma
2581 equivocada. O Conselho passa uma orientação, a qual, ele remete ao município, cuja
2582 perpassa, por uma obrigação dele de fazer e ele não fez. Então em relação a essa
2583 questão. Aí fica uma relação conflitosa. Conflitosa por quê? Dado a omissão da
2584 obrigação de fazer. Como que ficaria então? Competência você não retira. A lei que te
2585 dá a competência. Agora, a competência é dada a você, a lei deu ao Conselho Nacional.

2586 Não poderia, no meu olhar, o Conselho Nacional, repassar essa competência, para o
2587 Conselho Municipal de Assistência Social. **Presidente:** Com toda certeza aí. No meu
2588 entendimento, está muito claro. É competência dele, ele não pode transferir essa
2589 competência. Ele não tem competência para transferir isso. Ta. Ele remete aos
2590 municípios ordenação. A outra situação que eu vejo é o seguinte: quando fala que o
2591 cadastro nacional ainda não está OK, ainda pra uso. Não tem problema. Isso não
2592 impede os conselhos municipais, de ter o seu cadastramento. Aliás, mesmo tendo o
2593 nacional, eles devem ter. Então no meu entendimento, não prejudica em nada. É só a
2594 gente voltar um pouquinho atrás e lembrar. Que antes mesmo da regulamentação da 16
2595 da Lei. Nosso conselho estabeleceu uma resolução para inscrição de entidades, antes
2596 do nacional. Por quê? Porque o nosso Estado com 853 municípios, você vai ficar ao bel
2597 prazer, esperando um nacional de estar. E aí, depois nós só fizemos uma adequação,
2598 porque a gente não queria descumprir uma diretriz nacional. Mas sim, não deixar o
2599 processo parar. Então as entidades ficarem prejudicadas ou até o município em função
2600 da incompetência do nacional. Isso não pode acontecer. Eu acho que o
2601 encaminhamento é esse. É o municipal ter o cadastramento. E a hora que tiver, repassa
2602 pra lá... **Secretária Executiva:** E fala que, cada município tem que normatizar isso.
2603 Normatizar esse cadastro para a vinculação. É isso que fala no e-mail. É só essa
2604 orientação que já é da norma. **Conselheira Juanita:** Então o que fala o e-mail está
2605 claro. O encaminhamento então, senhores conselheiros. É que esse CEAS faça uma
2606 resolução de orientação. É isso. É o que está lá. Então, o CEAS vai sair daqui. Uma
2607 resolução, orientando os conselhos municipais e gestor, no fluxo desse cadastramento?
2608 Mas é isso que eu estou questionando aqui. Ninguém está me entendendo. Uai.
2609 **Presidente:** Técnica Rosa, por favor. Só um minutinho por favor. Aguarda um minutinho,
2610 por favor. Tem uma inscrição. Vamos respeitar a fala da técnica Rosa. **Técnica**
2611 **Rosalice:** A discussão ontem, na comissão de normas. Foi no sentido, que muitos
2612 municípios. Muitos Conselhos Municipais. Estão com dificuldade, ainda além do
2613 cadastro. Ta. Em relação ao fluxo da inscrição de entidades. **Presidente:** Um
2614 minutinho... deixa a reunião paralela terminar aqui e nós voltamos. Pode continuar
2615 técnica Rosa. **Técnica Rosalice:** A discussão da comissão de normas, foi nesse
2616 sentido. Que além do cadastro, ta. Que não foi implementado ainda. Os conselhos
2617 municipais estão com esta dificuldade. E além dos conselhos municipais. Tem os
2618 gestores, que também estão enfrentando essa dificuldade. O que fazer com essas
2619 entidades que estão chegando até eles. Então qual que é a idéia da comissão de
2620 normas. Promover uma reunião com o COGEMAS. Pra entender a dificuldade deles. E
2621 fazer junto com o COGEMAS, uma orientação desse fluxo, junto com os conselhos
2622 municipais. Não só conselhos, mas os gestores também. É isso que foi a idéia. É realizar
2623 uma reunião, em conjunto com o COGEMAS, tanto que nós olhamos até as datas das
2624 reuniões do COGEMAS. Mas as datas não estão compatíveis com as nossas. Aí caiu o
2625 ventilador. Então a orientação é nesse sentido. É fazer uma orientação em conjunto com
2626 o COGEMAS pra tentar ajudar os conselhos na inscrição de entidades. **Presidente:**
2627 Isso. Eu penso então. Que de forma antecipada, nós podemos fazer uma nota
2628 orientativa. Este conselho. Não é resolução. É nota orientativa uma norma técnica. Uma
2629 nota técnica para que os municípios não fiquem em situação de fragilidade. Conselheira
2630 Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Cristiane. Eu entendi agora o encaminhamento. Aí eu
2631 achei que. Acho agora que, fica mais claro, pra gente entender. E aí, Rosa. Eu acho que.
2632 Aí Presidente, eu acho pertinente, que acha essa reunião com o COGEMAS, pra que a
2633 gente antes de criar a nota orientativa que se escuta de fato o COGEMAS. Só, não
2634 mudar a ordem. Faça, primeiro, uma reunião com os secretários. Escute quais são as
2635 dificuldades, pra depois criar a nota orientativa. **Conselheira Juanita:** Não é uma
2636 questão de concordar não, gente. É uma questão prática, porque são duas situações
2637 diferentes. Uma é inscrição da entidade. Conselho. Inscreveu, o conselho informa ao
2638 gestor que aquela entidade está inscrita. A partir daí, o gestor, cadastra a entidade no
2639 cadastro nacional de entidades. Se o cadastro ainda não está efe... A partir daí, o MDS
2640 vincula essa entidade no SUAS. É o vínculo SUAS. Se não existe cadastro. O gestor tem

2641 que aguardar o cadastro, para inserir a entidade lá, para depois vincular. Com certeza, o
2642 gestor federal. O Conselho Nacional. Está com algum problema burocrático, que ainda
2643 não efetivou o cadastro nacional. Mas aí, eu não estou entendendo assim. Essa nota
2644 orientativa. Porque inscrição não tem... Não sei Consolação. **Conselheira Cristiane:** Ô,
2645 Juanita. Eu estou entendendo agora, que nós estamos fugindo dessa questão do
2646 cadastro nacional. Pra entender, que os municípios têm dificuldades ainda, em relação
2647 às inscrições. E que este Conselho, pode emitir uma nota. Depois de entender melhor.
2648 Quais são as dificuldades. Para orientar os conselhos municipais a estruturar esse fluxo.
2649 É isso que eu estou entendendo que é a proposta da comissão, a partir disso. Não é...
2650 Nós não estamos falando nada do cadastro nacional agora. A gente está falando em
2651 relação, a ajudar os municípios a criar um fluxo da inscrição, no município. No município.
2652 No município. Porque a gente sabe que tem município que tem. Mas tem município que
2653 não tem. **Conselheiro José Ismar:** Aí, você cai dentro da obrigação que não cumpriu o
2654 nacional. E que o gestor entra, na palavra dela. No sentido em que, quando se fala no
2655 cadastro municipal. Aí entra o gestor. Aí que a comissão acordou, pra questão de:
2656 trabalhar junto com o COGEMAS essa questão. Porque isso? Porque a própria lei, a
2657 LOAS. Fala lá no art. 6, B. Quais são os pré-requisitos do vínculo SUAS. É um dos pré-
2658 requisitos para satisfação do vínculo SUAS. É a inscrição no cadastro nacional. Como
2659 não existe o cadastro nacional. Aí faz-se essa articulação entre conselho estadual e os
2660 gestores, para implementar o cadastro no município. **Presidente:** Podemos fazer uma
2661 nota orientativa. É isso? Eu estou entendendo que é isso. A gente vai fazer uma nota
2662 orientativa. Uma nota de esclarecimento. Porque isso sai de forma padronizada, para
2663 todos os municípios e os conselhos. Bom quem? Se a Beth não esta e você. É tudo
2664 bem. Esse negócio que tem representação aqui, é complicado. Porque nós já tivemos
2665 um fato, a pouco tempo aí, que deu no que deu. OK. Vamos fazer isso. Nós vamos fazer
2666 isso. O conselho vai e oficializa pro COGEMAS e coisa. Em caráter orientativo pra todos
2667 os municípios. É esse o encaminhamento? Está entendido? Está Claro? Alguém em
2668 contrário? Pronto. OK? Que dar outra sugestão de encaminhamento? Não nós temos.
2669 Porque os municípios continuam em dúvida. Não pode ficar do jeito que está. Não. Nós
2670 estamos encaminhando pra votar. Eu coloquei em votação. Agora vocês. Não, pode
2671 manifestar. Tem outra alternativa? É só dar alternativa. **Conselheiro Marcelo:** Eu estou
2672 aqui querendo seguir mais ou menos a linha aqui da Juanita. É. E aí eu quero pedir
2673 perdão. Se na norma está escrito dessa forma. Que tem que ter cadastro nacional e tem
2674 que ter cadastro municipal. Na norma está escrito isso? Que tem que ter o cadastro
2675 municipal? Porque se for dentro da lógica do sistema único. Como a gente estava até
2676 comentando aqui. O cadastro nacional. O encaminhamento. Quanto a gente, vai lançar
2677 no cadastro nacional das entidades. Automaticamente já vai estar cadastrado a do
2678 município. Dentro da lógica. Não é? **Conselheira Juanita:** Eu vou pegar a fala do
2679 Marcelo. Só pra trazer aqui pra vocês, pra contribuir. Nós trabalhamos numa lógica
2680 sistêmica. Onde a união é que coordena, coordena o sistema único e dá as regras gerais
2681 e a direção. Nós temos a autonomia de criar os nossos instrumentos próprios. Isso é
2682 legal. Portanto, se existe um cadastro nacional. O sistema único. Inscrição de entidade,
2683 seguindo a mesma diretriz. Eu penso que a gente vai ser redundante em criar cadastros
2684 municipais. Porque que eu estou falando isso? O Estado de Minas se adiantou e instituiu
2685 o sistema de informação e monitoramento. O SIM. Que é o que nos subsidia monitorar
2686 município. O MDS instituiu a vigilância sócio-assistenciais. Por meio do protocolo único,
2687 CRAS e CREAS. Que vai funcionar a partir de dezembro. Preencher todo mês os
2688 municípios. Os municípios, que é quase a cópia do SIM. Os municípios vão preencher
2689 dois instrumentais. Olha que, coisa. Pra dar informação para um sistema único. Então
2690 assim. Nós estamos com um impasse no governo, na SEDESE. Como que a gente vai
2691 fazer. Porque o SIM foi regulamentado em decreto. Não é? Então assim. São coisas,
2692 sabe presidente? Que eu entendo. Porque o cadastro nacional. Quando você entre no
2693 CAD-SUAS, você seleciona o seu estado, o seu município. Ele te dá a fotografia. Quem
2694 são os conselheiros municipais, quem são os conselheiros estaduais. Quais as
2695 entidades que recebem recurso. Isso é. Quem acessa isso, acessa o público. Você não

2696 precisa de senha e login. Então assim... **Conselheiro José Ismar:** É por isso que eu
2697 estou falando, ô Juanita. A questão, presidente. Ela é preocupante, por quê? A lei cria
2698 uma obrigação, da união de fazer. E a união não faz. Ela não faz e então o quê que
2699 acontece. Você vai lá no artigo sexto B. Lá cria a obrigação, de se entender, o quê que é
2700 vínculo SUAS. E quais são esses pré-requisitos pro vínculo SUAS. Eu estou pedindo
2701 essa lei aqui, mas o conselheiro está tentando. Mas lá fala, primeiro. Constituída de
2702 acordo com o artigo segundo da LOAS. Primeiro requisito. Segundo: inscrição no
2703 conselho municipal de assistente social. Terceiro. Inscrição no cadastro nacional das
2704 entidades. **Presidente:** OK. Parece que nós estamos defendendo a mesma linha. O
2705 entendimento já aconteceu aqui. O que está ocorrendo é um tempo que está perdido. Ou
2706 seja, o Conselho Nacional, quando ainda não tem o cadastro de entidade. Ele prejudica.
2707 Porque agora dá esse barulho nos municípios e os municípios recorrem. E aí o quê que
2708 nós vamos fazer. Nós vamos esperar? Ficar sem nada. Sem orientação nenhuma. Não.
2709 Não. Não tem nada haver com o rio do sul. Não. Aí não. Eu penso o seguinte. Gente.
2710 Veja bem. Uma coisa é a gente. E a gente tem que entender. Pra mim, o município deve
2711 ter um cadastro de entidade. Primeiro, que existe a necessidade de publicizar. Segunda
2712 situação. Necessariamente, todas as entidades que vai ter convênio com o poder público
2713 municipal. Tem que estar com o vínculo SUAS? Tem que ter? **Conselheiro José Ismar:**
2714 A questão é que a 12101 fala que basta a entidade, estar vinculada ao SUAS, para
2715 requerer junto aos órgãos: MDS, Saúde e Educação. A certificação. Então, essa
2716 entidade que ainda. Essa entidade, ainda que não vinculou ao SUAS, por omissão do
2717 cumprimento da lei. Que a união não cumpriu. Ela vai ser prejudicada? **Conselheiro**
2718 **Marcelo:** Eu quero entender que o vínculo SUAS, pressupõe, que a entidade, ela vai
2719 atender a rede sócio-assistencial. Se ela vai compor a rede sócio-assistencial. Ela vai
2720 compor a rede sócio assistencial do município onde ela está atuando. Se ela for de
2721 âmbito estadual. Ela vai cumprir o seu papel de âmbito estadual. **Conselheiro José**
2722 **Ismar:** Não. Nem o que parece. A lei fala. O quê que é vínculo SUAS. Ela regulamentou
2723 a lei atual da LOAS. Regulamentou o quê que é vínculo SUAS. **Conselheiro Marcelo:**
2724 Está lá, é o parágrafo primeiro do artigo seis B. É o reconhecimento do Ministério, de
2725 que a entidade, é uma entidade sócio-assistencial. Agora se existe o SUAS, como lei. E
2726 se os municípios e os estados, eles se integram. **Conselheiro José Ismar:** Agora lê o
2727 segundo lá. Você tem que ler o segundo. **Conselheiro Marcelo:** Para o reconhecimento
2728 do parágrafo primeiro, a entidade deve cumprir os seguintes requisitos: Constituir. Não
2729 está certo. O quê que ela tem que constituir. Escrever-se no conselho municipal. Quer
2730 dizer, inscrição de conselho municipal é uma coisa. Cadastro nacional é outra. Não é?
2731 **Conselheiro José Ismar:** Mas ela pra vincular ao SUAS, Marcelo. Ela tem que atender
2732 os três requisitos do parágrafo segundo. E se ela não atender, ela não está vinculada ao
2733 SUAS. **Conselheiro Marcelo:**
2734 - Sim. Com certeza. E conseqüentemente ela não vai poder compor a rede sócio-
2735 assistencial. Eu não se eu estou orientando. **Conselheiro José Ismar:** Mas ela não
2736 pode ser penalizada pela omissão da união de fazer. **Conselheiro Marcelo:** Sim. Ô
2737 gente. Mas enquanto não existir o vínculo SUAS, as entidades vão funcionar
2738 normalmente. **Conselheiro José Ismar:** Aí que entra o Conselho, juntamente com...
2739 talvez a inteligência do encaminhamento. Justamente neste sentido. O Conselho
2740 juntamente com o COGEMAS. Manifestar junto com ao nacional ou nos municípios.
2741 Como o próprio presidente já falou, que a gente aqui antecipou o nacional, na questão
2742 da 16. Sermos pró-ativos nessa decisão. Sob pena de prejudicar a rede. **Presidente:** Eu
2743 vou volta a repetir. Aqui o entendimento é o mesmo. Já está todo mundo devidamente
2744 entendido. E é consenso. No que diz respeito à fundamentação legal. O que nos
2745 preocupa aqui e está vindo à tona. É essa questão de tempo. Porque um dos quesitos
2746 para estar vinculado. É exatamente a inscrição. O outro é o que? É compor o sistema. Aí
2747 no momento em que você entregar o sistema do cadastro de entidade. E ele não está
2748 pronto pra inscrever. Aí a entidade fica prejudicada? Não. Só um minutinho. Não pode
2749 ficar prejudicada. Aí vem o seguinte cinto. Então nós vamos dar um caráter
2750 orientativo. E aí José Ismar. Fundamentalmente, juridicamente falando. Ainda que a

2751 gente faça uma nota orientativa. Eu penso que ela não será um respaldo legalmente,
2752 legalmente fundamentado. Para dar respaldo a esta entidade de conseguir a obtenção
2753 da isenção fiscal, via certificação. Percebeu? A orientação funciona. Mas ela não será
2754 um respaldo legal. Então eu acho que a gente pode dar um informativo. Para clarear
2755 essa situação. E inclusive ir além, dizer o seguinte: lamentavelmente enquanto não
2756 houver o cadastro nacional, fica sim prejudicado. É uma questão de tempo. A não ser
2757 que, essa entidade, se sentir prejudicada. Ela pode ir a justiça e pedir o reconhecimento.
2758 E tenho quase totalidade de convicção, que a justiça dará a ela o direito. Porque na
2759 omissão. Porque isso é uma omissão do estado. E o estado é de direito. Na omissão
2760 dele. Ele não penaliza quem está embaixo. Isso por paralelismo que eu estou falando.
2761 Em várias situações de ordem jurídica que eu tenho, e que decisão tem sido essa.
2762 Então. Mas aí é caso a caso. Porque nem isso nós podemos fazer, enquanto Conselho.
2763 Eu não sei se eu estou fazendo entender a plenária. Não é? Está certo? Então eu acho
2764 que a gente pode dar uma resposta. De repente até uma resposta de forma generalizada
2765 e dizer, essas questões. Se for esse o entendimento nosso. **Conselheiro Marcelo:** Eu
2766 gostaria de dar um outro encaminhamento. Se compete ao Ministério de
2767 Desenvolvimento Social, a vinculação do SUAS. Qualquer orientação, penso, que
2768 qualquer orientação que o CEAS puder dar. Ela vai ficar atrelada a algo que o Ministério
2769 do Desenvolvimento ainda não decidiu. Está certo? Porque não, como forma de
2770 encaminhamento aqui. Porque não nós não indagarmos ao CNAS. Pressionar,
2771 indagando, querendo dizer: Olha, como os municípios ficarão diante dessa situação de
2772 omissão do CNAS. Ao invés de nós darmos uma orientação. Porque penso que a
2773 orientação tem que ser do Ministério, e não nossa. **Presidente:** OK. A situação é essa e
2774 está muito clara pra todo mundo. A questão é aqui deliberar qual a alternativa que a
2775 gente tem de encaminhamento. Eu penso que não constrói muito, a gente, por exemplo,
2776 fazer isso que eu acabei de colocar. Essa seqüência, de na omissão do estado. Cabe a
2777 justiça decidir. E a justiça decide. Isso aí, se você impetrar um mandato de segurança lá.
2778 Sem dúvida. **Conselheiro José Ismar:** Sem liminar, sem liminar. **Presidente:** Agora eu
2779 penso que é muito ruim nós numa instância de controle social. Orientar que a gente
2780 entre na justiça. Acho que, cabe a cada entidade, tem seu corpo jurídico, fazer a
2781 consulta. E aí penso que de repente, é mais plausível, realmente, a gente pressionar o
2782 CNAS. Agora pressionar nós não podemos. O MDS. O CNAS não, o MDS. Aí as duas
2783 instâncias. Como nós somos de controle social, pressionar o CNAS. Porque o CNAS
2784 está dando tanta folga? Ou não está pressionando. Para que o MDS coloque isso em
2785 pauta. Porque isso aí já era para estar. Então dê ciência de forma nacional, pra que. E
2786 ta, bom. Nós vamos ter uma conferência. Se eles não tiverem resposta até lá, nós
2787 botamos isso na conferência nacional, pra todo mundo. Eu vou estar a mesa da
2788 abertura. Então pra nós é fácil. **Conselheiro José Ismar:** Inclusive, presidente. Inclusive
2789 a 12101, fala que: a regulamentação, teria 180 dias, para regulamentação da 12101. E já
2790 passou quanto tempo? **Presidente:** OK. Pode ser esse o encaminhamento? Pressionar.
2791 Uma carta concomitantemente ao CNAS e CMS no sentido de pressionar. E inclusive,
2792 colocando que na conferência nacional, nós estaremos levando isso de público. Caso
2793 não tenha o acontecimento. Pode ser assim? Alguém contrário? Não. Abstenção? OK.
2794 Pode seguir. **Conselheiro José Ismar:** Um ponto três. Portaria interministerial número
2795 dois, de 21/10/2011. Institui a comissão interministerial sobre temas afetos à certificação
2796 das entidades beneficentes de assistência social. Outra coisa polêmica.
2797 Encaminhamento. A comissão de normas questiona sobre a não participação da
2798 sociedade civil, representantes das entidades de saúde, de educação e assistência
2799 social, nesta portaria. O que vai, segundo a comissão. Contra o entendimento do artigo
2800 204, da constituição federal. E ainda. Não fica claro, a quem eles estariam prestando
2801 contas. Se não há participação da sociedade civil, ou dos conselhos, que, são órgãos de
2802 controle social da política nacional de assistência social. O artigo 204, para entender
2803 melhor a lógica da questão. Ele fala o seguinte: as ações governamentais na área da
2804 assistência social será realizada com recursos do orçamento da seguridade social
2805 prevista no artigo 195 da constituição. Além de outras fontes e organizadas com base

2806 nas seguintes diretrizes. Atenção então, eu pediria, para o inciso um do artigo 204.
2807 Como princípio, a descentralização político-administrativa cabendo a coordenação e as
2808 normas gerais à esfera federal. A coordenação e a execução dos respectivos
2809 programas, às esferas estadual e municipal. Bem como a entidades beneficentes e de
2810 assistência social. No inciso segundo. Ele reporta mais uma vez a questão do princípio
2811 da participação. Segundo: participação da população, por meio de organizações
2812 representativas, na formulação das políticas e no controle das ações, em todos os
2813 níveis. Aqui eu chamo a atenção dos presentes conselheiros. Que tanto esse Conselho
2814 aqui, faça esse exercício. Tanto nacional, faça esse exercício. Disposto na constituição
2815 federal no 204. Quando se constrói políticas, projetos, serviços ou programas, na área
2816 da política da assistência social. De uma forma horizontalizada. A qual, não se chama a
2817 sociedade civil, não se chama a quem é de legítimo interesse, aquilo que é tratado.
2818 Então, continuasse aquele modelo antigo, de construir política de cima pra baixo.
2819 Enquanto que, a nossa constituição, a construção dela é horizontalizada. Com a
2820 participação das entidades beneficentes, de assistência social e de educação. A
2821 participação da população, a participação das organizações representativas. Porque
2822 vem agora uma portaria tratar, de questões pertinentes às entidades, do fórum da
2823 necessidade da realidade dessas necessidades, construída em cima de uma visão, em
2824 que, não estão presentes, essas pessoas, essas entidades. Essa grande, viu presidente.
2825 Questionamento da comissão. Que deveria se fazer um encaminhamento de uma
2826 correspondência ao Conselho Nacional de Assistência Social. Solicitando a sua
2827 articulação, junto ao MDS. Para incluir a participação de órgãos representativos das
2828 entidades beneficentes, de caráter tanto de saúde, como de assistência social, como de
2829 educação, nesta comissão. **Presidente:** Conselheiro José Ismar. O encaminhamento
2830 que se dá. Lá esta bem dúbia a interpretação. Mas a agora na sua fala, sim. Eu penso
2831 que sim. No meu entendimento, é o seguinte. Essa portaria, no meu entendimento de
2832 fundamentação jurídica, ela é inconstitucional. Eu não tenho dúvida nenhuma não. Não
2833 tenho dúvida, ela é inconstitucional. E aí o que a gente está assistindo hoje, nesse país.
2834 E não é só nesse quesito não. Em vários outros que eu tenho, inclusive eu tenho
2835 demanda contra o próprio ministério aí várias ações. Não é? Porque o que a gente se vê
2836 hoje. É uma normativa, atropelando, totalmente, não só a hierarquização do mundo
2837 jurídico, com até a própria constituição federal. Nós estamos vendo um atropelamento no
2838 geral. Então, parece que companheirada decidiu agora fazer aquilo que querem fazer.
2839 Então não respeitam mais nem o mundo jurídico. Agora é uma situação que a gente vê
2840 aí, que é triste para nós. Porque isso tumultua. Isso tumultua. Aí traz essas bananas
2841 pra gente aqui. Está coberto de razão. Agora eu penso, mais uma vez e outra vez. É
2842 enquanto instância de controle social de um ente federado, estadual. Eu penso, nós não
2843 podemos. Não é bom. Não é que não pode. Não é bom que a gente dê uma orientação
2844 que acione a jurídica. Uma portaria que é inconstitucional. Agora, eu pedi até pra chamar
2845 até a Consolidação. Porque nós tiramos esse encaminhamento, dentro do fórum nacional
2846 dos conselhos estaduais. Da qual nós, Minas Gerais, está na presidência hoje. Então
2847 esse encaminhamento já saiu de lá, porque a gente quer, a gente entende. O Fórum
2848 Nacional dos Conselhos Estaduais. São todos conselheiros do país. Entende que é
2849 importante que as entidades de saúde e educação, participem, na composição da
2850 sociedade civil dos conselhos estaduais. Então esse encaminhamento nós já tiramos.
2851 Penso eu que o encaminhamento que se faz aí é este: Que a gente cobre, do MDS, do
2852 Conselho Nacional, essa composição. Se eles se sentem no direito de legislar. Se eles
2853 se sentem no direito de legislar ao bel prazer. Eu penso que não ouviram a parte civil.
2854 Porque a composição da parte governamental de todos os conselhos, nos três entes
2855 federados, continua tendo a participação da saúde e da educação. Então porque a
2856 sociedade civil não vai ter? O encaminhamento José, que você faz, é a gente fazer essa
2857 carta ao CNAS, ao MDS? Porque ali pelo encaminhamento dado, ali você fala: a
2858 comissão de normas questiona. É um questionamento. Mas qual o encaminhamento?
2859 **Conselheiro José Ismar:** O segundo aí. **Presidente:** Encaminhar correspondência ao
2860 CNAS, solicitando a sua articulação junto ao MDS, para incluir. OK. A participação dos

2861 órgãos representativos das entidades beneficentes de caráter de saúde e de educação.
2862 OK. Nós temos isso? Não temos? Oh. Veja bem, nós temos uma posição lá. Nós temos
2863 uma posição no fórum nacional, de conversar, em reunião formal, com o conselho
2864 nacional e com o MDS, pra essa tratativa. Aí nós perguntamos. O quê que a gente faz?
2865 Aguarda? Podemos encaminhar? Podemos. Essa plenária é soberana. Ela pode tirar o
2866 encaminhamento, pra mandar direto para direto pra nacional. Senão esperemos um
2867 retorno do FONACEAS. Pode ser? Podemos aguarda a posição do FONACEAS?
2868 **Conselheiro José Ismar:** Ok. A pressão é maior. **Presidente:** Porque eu penso até que
2869 lá a gente tem mais força. Porque estão todos os conselhos estaduais. Porque lá vai
2870 acontecer alguma coisa. Alguma coisa vai. Porque aí nós estamos falando de todos os
2871 estados. Pode ser assim? OK. Pode prosseguir José Ismar, por favor. **Conselheiro**
2872 **José Ismar:** Um ponto quatro. Do deputado Dílson Melo. A comissão de constituição e
2873 justiça responsável pelo exame do projeto 2525/2011. De autoria do Deputado Marques
2874 Abreu, solicitou manifestação do CEAS, sobre o referido projeto. Que dispõe sobre o
2875 funcionamento das instituições asilares privadas. É um projeto polêmico. Até pelo início
2876 aí ele é polêmico. Dispõe sobre o funcionamento das instituições asilares. A
2877 denominação hoje na assistência social é instituição de longa permanência. Então, nós
2878 estamos sugerindo, porque, dada à complexidade do projeto. E também os equívocos
2879 encontrados nesse projeto. Que se construísse uma normativa. Que é plausível. Aí o
2880 mérito de se ter uma normativa tratando essa questão. Esse é o grande mérito. Mas, no
2881 sentido de que todos os atores, pertinentes a questão, estejam reunidos, conversando,
2882 dialogando e traçando aí, realmente, uma lei, que venha de fato, a contemplar essa
2883 realidade das instituições de longa permanência, hoje. Então nós chamamos aí o
2884 Conselho do Idoso, o CEAS, o COREN, o CREAS, o sindicato de psicólogos, enfim. Que
2885 acha um debate amplo, na construção dessa normativa. Sob pena de ser uma normativa
2886 editada e, no entanto, não cumprida. Por quê? Ela vai contra procedimentos e outras
2887 leis, inclusive a nível federal. Atinente, até a questão profissional ali da casa de longa
2888 permanência. Vai contra, normativa da saúde. E assim por diante. Então, necessário que
2889 se faça esse debate amplo. A lei. Ou seja, a posição de construir a normativa, é muito
2890 louvável. **Presidente:** Bom, eu só queria clarear o seguinte: para nossa surpresa
2891 agradável, a gente tem na comissão de participação popular da assembléia legislativa.
2892 Um deputado que tem matriculado esse Conselho, de todas as normativas, toda a
2893 tentativa de projeto, de lei ou decreto lei. No sentido de socializar primeiro com o
2894 Conselho e ouvir o Conselho. Não é? Então isso aí está de alto e bom som pra nós. O
2895 Deputado André Quintão colocou isso. E realmente ele está fazendo. Essa é uma delas.
2896 Isso pra nós é muito cômodo, porque evita que a gente tenha que ficar acompanhando.
2897 Então está vindo até a gente. O que não nos tira até o dever de acompanhar isso lá. A
2898 outra situação é que: a leitura que a gente tem que fazer da realidade. Nós vivemos hoje
2899 num país com 20 milhões de pessoas idosas. Nós temos um estatuto do idoso. Nós
2900 temos um conselho do idoso. E nós uma população que não cresce, mas envelhece.
2901 Esta aí agora, a perspectiva de mais 30 anos pra frente, nós vamos ter 60 milhões de
2902 idosos. Portanto um terço da população. Então esse olhar nosso, tem que ser um olhar
2903 intersetorial e tem que ser imediato. Aí eu penso possivelmente nós vamos ter uma
2904 riqueza de composição neste conselho com a FAP, que pode contribuir muito nesse
2905 processo. Mas eu acho que a gente precisa. No dia dois de dezembro, agora também, a
2906 gente tem uma reunião que vai ocorrer. Juanita vai estar representando esse Conselho.
2907 Numa reunião interconselhos. Eu penso que é a gente ver se essa operacionalização
2908 interconselhos, vai funcionar de fato. Se não, este Conselho tem que necessariamente,
2909 que chamar o conselho do idoso, chamar outros CREAS, de repente. Chamar a saúde,
2910 chamar a educação. Pra que a gente possa fazer essa discussão. Em tempo de
2911 contribuir na tramitação do projeto de lei, que está na assembléia. A gente corre o risco
2912 de sair lá, coisa que. Um Frankstein. É o que vai sair lá. Porque lá vocês sabem como é
2913 que funcionam as coisas. Então, sem nenhum demérito pros parlamentares. Cristiane.
2914 **Conselheira Cristiane:** José Ismar? É Cristiane. Na sua fala, me veio a impressão, de
2915 que a comissão já analisou o projeto de lei. E já viu várias incoerências. É correta esta

2916 percepção? Então eu fiquei aqui me questionando. Porque que vocês então, ao invés de
2917 sugerir que eles façam todo esse processo, envolvendo, idosos, o conselho do idoso.
2918 Que se dê de fato um parecer. Um parecer técnico. Um parecer do conselho, em
2919 relação. Porque acho que foi isso que a comissão pediu pra gente. Pelo que eu entendi
2920 ali. Eles nos pediram uma manifestação do Conselho, sobre o referido projeto de lei.
2921 Então, nós temos elementos pra poder, dar um parecer de um projeto de lei, relacionada
2922 a questão das instituições de longa permanência. **Conselheiro José Ismar:** Não. Não
2923 temos. Não temos, dada a complexidade da legislação, atinente a saúde, atinente a ...
2924 Mas a gente quer contribuir muito mais. É dentro dessa fala que o Geraldo fez aí. É que
2925 eu estou dando este encaminhamento. É da preocupação da complexidade da questão.
2926 Eu acho que, a nossa contribuição, não seria no caso aí. Uma contribuição que nós
2927 teríamos até propriedade para dá-la. Porque afeta, afeta, sobretudo, inclusive o conselho
2928 do idoso, que eu acho que teria muito mais propriedade pra fazer isso, do que o
2929 conselho de assistência. **Conselheira Juanita:** Eu queria dar um outro encaminhamento,
2930 assim, também. Porque quando um projeto de lei está tramitando na assembleia. Por lei,
2931 ele tramita. Ele fica nesse processo, solicitando os pareceres das áreas afetas, durante
2932 60 dias. Se aquela área afeta não se manifestar, o processo vai tramitando
2933 normalmente. Então assim, eu concordo com a sugestão da Cristiane. Eu penso que
2934 esse CEAS tem que se manifestar. Na correspondência, emitir um parecer favorável, ou
2935 não. Se ele for contra. Porque que ele está sendo contra. Mas de afeto ao que é da
2936 nossa competência. No parecer, a gente pode sugerir uma audiência pública, ouvir
2937 outros conselhos. Mas este CEAS tem que dar um parecer. Senão o processo tramita
2938 sem ouvir o conselho estadual. **Conselheiro José Ismar:** Sim, sim. Eu entendo, e seria
2939 por aí mesmo. O CEAS naquilo que ele. E vai manifestar muito pouco, pela leitura do
2940 projeto. Muito pouco. Mas o mais importante é a sua segunda fala. Que o Geraldo disse
2941 muito bem. **Presidente:** OK. Então nós podemos fazer isso? Eu penso que a gente pode
2942 fazer o encaminhamento, Zé. Dentro do que a comissão tirou, de já manifestar de forma
2943 antecipada, a posição que este Conselho tem. E dizendo ainda, que isso pode sofrer,
2944 outro. Pode ser agregado de outros valores. Quando deste Conselho está ouvindo a
2945 questão, da questão intersetorial, outros parceiros que chegarão. Mas ainda assim, a
2946 gente já propõe uma audiência pública, chamando as partes interessadas, para que a
2947 gente faça uma discussão. **Conselheiro José Ismar:** OK. A gente nem quis colocar
2948 audiência pública não. Mas reunião... Mas... **Presidente:** Pode ser assim? OK. Volney
2949 quer. Pois não Volney, pode ficar a vontade. **Conselheiro Volney:** Volney. Sindicato dos
2950 Psicólogos. Eu vou estar encaminhando isso ao nosso conselho de classe. Para que o
2951 conselho tome conhecimento, através do grupo de trabalho, da ação social. Eu sugiro
2952 também, Marcelo. Que você faça o mesmo junto ao CRECI. Ta. Então eu vou estar
2953 dando este encaminhamento. Ta. E a gente vai apreciar isso também no nosso sindicato
2954 também. Ta. **Presidente:** OK. Este Conselho. Eu penso que este Conselho, sendo um
2955 Conselho Estadual e sendo uma instância de controle do estado. E ele tem a visão
2956 intersetorial. A gente podia sair desse conselho, uma carta convite para CRES, pra o
2957 CRP, o conselho do idoso. A gente tentar promover uma reunião, na tentativa de
2958 contribuir. O que não impede essa carta antecipada. Pode ser este encaminhamento?
2959 Alguém em contrário? OK. Então, Zé, prossiga, por favor. **Conselheiro Volney:** Só
2960 completando, também. Nós temos assento também, no Conselho Estadual do Idoso,
2961 então eu vou estar encaminhando isso também, para o nosso Conselheiro lá.
2962 **Presidente:** Vamos somar esforços lá daqui a pouco. Viu Volney. Eu vou estar lá.
2963 **Conselheiro José Ismar:** Estou na fila aí. Usinas. Dois ponto um. A *Brookfield* Energia
2964 Renovável S/A convida o CEAS para audiência pública. Sobre o estudo de impacto
2965 ambiental e seu respectivo relatório ambiental, RIMA. Do empreendimento PCH
2966 Cachoeira das Almas. Do Rio do Sono, bacia de Paracatu. Ela está convidando então,
2967 nos dias 29/11, no município de Brasilândia. E 30/11 no município de João Pinheiro.
2968 Encaminhamento. Caso o CEAS avaliem a necessidade de estar presente. Solicitar a
2969 plenária à indicação de nomes, de conselheiros, para comparecer à audiência. A gente
2970 colocou, caso o CEAS avalie. Porque é uma questão que, a gente aqui como Conselho,

2971 sempre tem priorizado, pra o Conselho estar presente lá, desde o início. Onde começa
2972 com a audiência pública. Correto? Mas a nossa norma. A normativa, não tem esse olhar
2973 hoje. Mas, nós mesmos já entendemos que a nossa participação, deveria sim, a partir da
2974 audiência pública. **Presidente:** OK. Volney. **Conselheiro Volney:** Eu acho de extrema
2975 importância. Não é Adenor. A gente teve uma experiência lá em. Como é que chama a
2976 cidade? Estrela Dalva. Ta. Eu acho de extrema importância, e dá uma segurança muito
2977 grande pra. Dentro da audiência pública. Então eu acho bem oportuno este
2978 encaminhamento. Ta. **Presidente:** OK pessoal? Pode ser assim? Alguém contrário?
2979 Outra sugestão. Hein? **Conselheiro Volney:** Eu me disponho a ir, com outro
2980 conselheiro. Inclusive produzindo material em conjunto aqui com a secretaria, pra gente
2981 apresentar. Ta. Acho que pode enriquecer muito isso aí. **Presidente:** OK. Eu estava
2982 entendendo que o Volney está. Mas ele falou agora junto com outro conselheiro. Quem
2983 vai com ele? De novembro. Fica prejudicado em função do tempo. Pessoal, uma coisa é
2984 o seguinte. **Conselheiro Adenor:** Questão de encaminhamento. Embora não seja, é... A
2985 fala do Volney aqui, me recorda assim. Perfeitamente, o que nós passamos lá em
2986 Estrela Dalva. Como é que foi o processo. Extremamente produtivo. Onde eu não nunca
2987 tinha visto daquele tipo. A quantidade de pessoas até quase duas horas da manhã. E
2988 pensando, o Consola. Será que mesmo o conselheiro viajando com a diária vencida.
2989 Não seria possível. **Presidente:** Aí é questão organizacional. O que eu ia colocar é o
2990 seguinte, veja bem. Uma coisa é quando a gente fala NÃOOO. Naquela ânsia. É o
2991 cumprimento legal da normativa sobre diárias. O que não quer dizer, que nós enquanto
2992 conselheiros, não possamos fazer essa empreitada, por conta das nossas entidades. Eu
2993 não sei se por peso da presidência. Eu tenho feito isso aí, sistematicamente, sem
2994 nenhum problema. Mas a minha entidade banca. Quando é essa situação. Então pode
2995 ficar aberto, ao Conselheiro, a gente deliberar aqui. Se o conselheiro se predispor a esta
2996 situação. Fora isso, nós vamos ter que cumprir a normativa, que infelizmente ou
2997 felizmente, é assim. Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Não. Na verdade. É
2998 Cristiane. Na verdade o Geraldo, então é colocar uma situação o seguinte: quando
2999 chegar essas solicitações de viagens. Então se não há tempo hábil para ser definido na
3000 plenária. Que estabeleça um outro procedimento. Ou de fazer contato com a mesa
3001 diretora, pra se deliberar. Porque senão, nós vamos sempre ocorrer isso. Nós vamos
3002 deixar de ir a reuniões de união de conselhos. Nós vamos deixar de ir em audiências
3003 públicas, nós vamos deixar de ir. Porque nem sempre dá tempo de cumprir a plenária,
3004 com vinte dias de antecedência do evento. Então nesta perspectiva, talvez a mesa
3005 diretora, pudesse pautar e discutir um procedimento para esse tipo de solicitação. Para
3006 além, da proposta que você fez da disponibilidade ou não, das entidades em arcar com
3007 estas despesas. **Conselheiro José Ismar:** Pois é, presidente. **Presidente:** O que eu
3008 queria colocar. Conselheiro José Ismar, só um minuto, por favor. É o seguinte. Veja bem,
3009 essa situação que eu coloquei, é uma alternativa, que tem ocorrido com frequência.
3010 Porque em função de tempo. Assim como tem outras situações, que nem a própria mesa
3011 diretora, por mais que reúna, ainda fora da plenária. Ela tem às vezes o tempo, para
3012 tomar uma decisão. Então a sugestão, vai, além disso, ô conselheira Cristiane, é que a
3013 secretaria executiva, concomitantemente com a mesa diretora, possa estar fazendo, pelo
3014 menos previsão, quando o caso requerer, uma situação de urgência. Então aí ad-
3015 referendum. Então a secretária executiva, tem plena convicção, conhecimento, histórico
3016 aqui desse Conselho. Pra estar fazendo, de repente, uma previsão, antes até mesmo.
3017 Ad-referendum, da própria mesa diretora, e a mesa diretora por sua vez, ad-referendum
3018 da plenária. O que a gente não pode realmente é isso. Ficar prejudicado algum assunto
3019 premente, que depende de decisão. Amarrada a uma norma operacional, burocrática,
3020 ainda que necessária pro estado. Pois não. Consolação quer se manifestar aqui. Por
3021 favor. Pessoal, eu sei que vai avançando o horário, a gente vai ficando meio angustiada.
3022 Mas é importante que a gente ouça, senão a gente fica sem poder analisar depois.
3023 **Secretária Executiva:** Já foi falado, nessa plenária. Inclusive pela própria Secretária. Se
3024 não me engano, isso foi a última, foi uma anterior. Então até pros novos conselheiros é
3025 interessante estar falando. Que atípicamente. Não foi só neste estado. Essa questão do

3026 recurso. Até o final do ano, mudou o procedimento de diária, agora. Foi nesse momento.
3027 Foi a partir mais ou menos de setembro, que a gente veio com essa câmara. Até então,
3028 o planejamento do conselho estava sendo cumprido. E muitas vezes não tinha nem
3029 conselheiro, pra poder ir a determinados lugares. Então, realmente, em setembro houve
3030 isso no estado inteiro. As outras secretarias estão aqui. Sabem disso. Então até o final
3031 do ano, o planejamento está fechado. Ou seja, a gente tem aquelas ações que estavam
3032 realmente estavam planejadas. Ações novas. Não é o caso agora. Nem falar assim:
3033 então eu vou marcar isso aí pra dezembro. Não entra mais ações novas até o final. Se
3034 for um caso de urgência demais, nós podemos fazer um ofício ao Secretário e tentar a
3035 aprovação. Que não passa pela SEDESE, não é um interesse nem. Não passa pelo
3036 interesse do Secretário. E uma câmara na SEPLAG, que tem que autorizar previamente,
3037 a despesa. E o processo, só pode ser montado com essa, liberação. Pra essa liberação,
3038 20 dias de análise. Porque eles estão analisando todo o Estado. Então é atípico isso.
3039 Ano que vem, pode não ter a situação, pode normalizar e a gente volta àqueles
3040 procedimentos que anteriormente fazíamos. **Presidente:** Conselheiro José Ismar.
3041 **Conselheiro José Ismar:** Em presidente. Oxalá, um dia este Conselho tenha seu
3042 próprio orçamento. **Presidente:** Orçamento esse Conselho tem. Veja bem. Esse
3043 colegiado tem orçamento. E o que ele não tem e que dificilmente terá, é um ordenador
3044 de despesa. **Conselheiro José Ismar:** Pois é, mas quando eu falo orçamento. É ter
3045 toda a legitimidade e condições que compõe. **Presidente:** Ta. Ta. Espera aí. Só um
3046 minutinho, Ai eu quero, espera aí. Por favor. Por favor, eu vou garantir a fala de todas as
3047 pessoas, desde que se inscrevam. O que eu quero colocar. Mais uma vez eu vou
3048 manifestar, em defesa do órgão público, chamado Conselho. Esse órgão público,
3049 chamado Conselho, de formação paritária. Ele não deixa de ser um órgão público, ele
3050 está vinculado a um órgão gestor, que é a SEDESE. E ela tem uma normativa, por
3051 decreto. Por fundamentação legal. Então nós temos que respeitar. Nós vivemos num
3052 estado de direito. Nós temos que fazer isso. Ainda que doa. Mas eu entendo a sua
3053 colocação, conselheiro José Ismar, entendo perfeitamente. O que não quer dizer que a
3054 gente às vezes manifesta e pode. Como vai para registro em ata. Pode parecer que tem
3055 uma situação de dar dupla interpretação. **Conselheiro José Ismar:** OK. Outra questão.
3056 Então o encaminhamento ficou claro. OK. **Presidente:** Fica prejudicada a visita em
3057 função do tempo. A não ser que exista essa situação. OK. Na eminência de não
3058 manifestação. A gente fica prejudicado o encaminhamento neste momento. **Conselheiro**
3059 **José Ismar:** A empresa de consultoria CG Souto Engenharia, solicita reunião para falar
3060 sobre a CGH Centro Oeste. O encaminhamento: Informar ao solicitante que não há
3061 registro neste Conselho, de nenhum protocolo de documento sobre o empreendimento
3062 CGH Centro Oeste. Ainda solicitar maiores informações, sobre o assunto a ser discutido.
3063 **Presidente:** Algum problema pra plenária? Está entendido? OK. Pois não, continua José
3064 Ismar. **Conselheiro José Ismar:** Dois ponto três. É o CMAS de Leandro Ferreira. Ele
3065 faz aqui a denúncia de que o empreendedor LUZ BOA. Ele não está cumprindo, com o
3066 acordo realizado, quando da aprovação do plano de assistência social da PCH Tróia. Ou
3067 seja, conforme reuniões realizadas no município de Bom Despacho, nos dias 10/11/2010
3068 e 04/04/2011. A proposta aprovada por meio da resolução CEAS 348/2010. Foi do
3069 empreendedor instalar o posto do bairro Ana Rosa. Localizado na saída de Bom
3070 Despacho, que possui acesso ao município de Leandro Ferreira. Considerando que, no
3071 local há famílias carentes, de uma comunidade de quilombolas. E não possui
3072 equipamentos sociais. Já no município de Leandro Ferreira, o empreendedor teria que
3073 equipar uma sala do CRAS, para que a equipe do posto. Fizesse atendimento ou
3074 atividade em dias alternados, com o município de Bom Despacho. Ainda, que os
3075 profissionais a ser contratados para trabalho no posto, assistente social, psicólogo,
3076 fossem dos municípios de Bom Despacho ou de Leandro Ferreira. Iniciando suas
3077 atividades até 30 dias, a contar da data de publicação da resolução de aprovação do
3078 PAS. Encaminhamento: encaminhar ao empreendedor, correspondência solicitando
3079 documentos comprobatórios, do cumprimento do que foi aprovado pela Resolução
3080 348/2010, no prazo de 10 dias. Informando que, o não cumprimento da resolução

3081 acarretará na revogação da mesma. **Presidente:** Conselheiro Marcelo, Conselheira
3082 Juanita. **Conselheiro Marcelo:** Essa resolução 348 foi a que aprovou o plano deles lá.
3083 Mas nós temos uma resolução que trata de denúncias, ela trata das denúncias que
3084 chegam a este Conselho. Então nós vamos ter que seguir o que trata essa resolução.
3085 Parece-me que, chegando uma denúncia, a gente tem que encaminhar para o
3086 denunciado e tomar todas aquelas providências que constam da resolução que trata de
3087 denúncias. Não mas porque, pelo que está dizendo ali, que foi aprovado. **Conselheiro**
3088 **José Ismar:** Encaminhar ao empreendedor, correspondência solicitando documentos
3089 comprobatórios, do cumprimento do que foi aprovado na Resolução, no prazo de 10
3090 dias. Informando que, o não cumprimento da resolução acarretará na revogação da
3091 mesma. **Conselheiro Marcelo:** Mas parece-me que. Eu não sei a resolução ela fala
3092 diretamente isso. Se após o se... A resolução nossa de denúncia, ela fala que se ele não
3093 cumprir em 10 dias, nós vamos revogar? É assim que está escrito na resolução? Ou...
3094 eu acho que a gente tem que olhar isso direito. **Conselheiro José Ismar:** Não sei se
3095 estipula prazo. Tinha que olhar. Tinha que pegar essa resolução. Você tem aí?
3096 **Conselheira Juanita:** E eu ainda sugiro. Primeiro a gente tem que informar o
3097 empreendedor, que chegou neste CEAS, a denúncia. Qual que é o teor da denúncia.
3098 Que dá indício, de ... Não aí no comunicado, no encaminhamento não está não Rosa. O
3099 encaminhamento está solicitar documentos comprobatórios. Então antes de solicitar, a
3100 gente tem que informa a ele, que chegou neste CEAS, uma denúncia. Qual que é o teor
3101 da denúncia. Que dá o indício da irregularidade. Depois disso que ele apresente a
3102 defesa, apresentando a este Conselho a documentação comprobatória. O
3103 encaminhamento é... Ah e com relação ao prazo. Eu estou com o Marcelo, eu não sei se
3104 é 10 dias. Porque a documentação é que vai dar subsídio a análise do indício, pra ver se
3105 é irregularidade ou não. **Conselheiro José Ismar:** É lógico que na defesa, ele já tem
3106 que encaminhar os documentos. Comprovando a defesa. É uai. A documentação vem
3107 junto com a resposta. **Conselheira Cristiane:** É Cristiane. A resolução foi em 04 de abril
3108 que ela foi aprovada. Isso. Ele deveria ter colocado o posto de atendimento quando? 30
3109 dias depois. Isso. E os relatórios de acompanhamento, eles são de 6 em 6 meses. Não é
3110 isso? Veio algum relatório? **Conselheiro José Ismar:** Veio algum relatório, Rosa?
3111 **Técnica Rosalice:** A PCH Tróia. Já é um processo que já está fazendo uma história
3112 aqui neste Conselho. O Volney já esteve lá. A Edir já esteve lá fazendo fiscalização. É
3113 um empreendimento que em abril que nós estivemos lá. Não é Volney. Foi a primeira
3114 viagem do Volney. Chegou uma solicitação do empreendedor, falando que ao invés de
3115 implantar o posto de atendimento social. Ele fez uma proposta ao prefeito, de dar um
3116 valor pra Bom Despacho, e um valor pra Leandro Ferreira. Quando nós fomos consultar
3117 os conselhos municipais, durante reunião. Os conselhos não sabiam nada disso. E os
3118 próprios presidentes dos conselhos, entraram em contato com os prefeitos, e os
3119 prefeitos não sabiam disso. E na correspondência. Era eles que estavam pedindo.
3120 Voltamos atrás, informamos ao empreendedor, que aquela proposta, de repassar o
3121 dinheiro ao invés do posto. Não foi aceita pelo conselho estadual e nem pelos conselhos
3122 municipais. Até dia 4 de abril eles não tinham instalado nada. E aí, agora, já tem relatório
3123 falando que ele estava... Que ele implantou em Bom Despacho, o posto de atendimento
3124 social, que está em funcionamento. Em Leandro Ferreira, não chegou essa informação
3125 quando do relatório. Então eu encaminhei um relatório para Leandro Ferreira. Solicitando
3126 um parecer de Leandro Ferreira, para que ele se manifestasse. A parte de Bom
3127 Despacho foi cumprida e a de vocês? Porque sempre quando chega um relatório de
3128 atividades, o primeiro passo técnico é pedir ao conselho que avalie também. E Leandro
3129 Ferreira respondeu. Não, não está sendo cumprido nada. Foi aí que abriu esse processo
3130 de denúncia agora. Que a gente está pedindo documentos comprobatórios, ao
3131 empreendedor da PCH Tróia. **Presidente:** Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:**
3132 Rosa me esclarece, isso então não é um processo de denúncia. O conselho municipal
3133 de Leandro Ferreira, respondeu uma solicitação do CEAS. **Técnica Rosalice:** É. E
3134 denunciando. **Conselheira Juanita:** Sim, mas ele respondeu ao CEAS, que o posto não
3135 foi implantado. **Técnica Rosalice:** Que não equipado. Não foi cumprida a parte que

3136 seria de Leandro Ferreira. Isso. **Conselheiro Marcelo:** É Marcelo. Eu estou aqui com a
3137 resolução de denúncias na mão. Em mãos. E que é a 363 de 2011. Ela diz o seguinte: A
3138 gente está entendendo aqui que, esse documento passou pela mesa diretora e da mesa
3139 diretora foi pra comissão temática específica. Aí a gente vai pro artigo 11. Instaurado o
3140 processo, a mesa diretora deverá notificar para manifestação, o denunciado se
3141 conhecido, e tal, tal, tal. De acordo com a natureza da denúncia, as notificações citadas
3142 nos incisos tais, poderão ser emitidas em momentos distintos. O prazo para
3143 manifestação é de 30 dias corridos, a contar do dia seguinte ao recebimento da
3144 notificação. Então ali já não é 10, é 30. Após o recebimento. Aí o Conselho. Após o
3145 recebimento das manifestações, poderá ser solicitado uma única vez esclarecimentos
3146 complementares. Que deverão ser atendidos no prazo de quinze dias a contar do dia
3147 seguinte do AR. Terminada esta fase de manifestação, o processo será encaminhado a
3148 mesa diretora, acompanhado de um breve relato da secretaria executiva. Caso seja
3149 denúncia. Caso seja necessária a verificação no local, a mesa diretora indicará mais de
3150 um conselheiro, que deverão apresentar relatório circunstanciado. O conselheiro poderá
3151 ser acompanhado de um técnico. Não constatado indício de ocorrência, o objeto da
3152 denúncia deverá ser arquivado. Bom é isso. **Presidente:** Estou entendendo que se trata
3153 de um monitoramento que faz parte do processo de controle social. É a missão precípua
3154 deste Conselho. Não é denúncia. Tem alguém com posição diferente? Está convencida
3155 disso? Técnica Rosa. **Técnica Rosalice:** Só um esclarecimento. Mesmo que a situação
3156 seja recorrente? **Presidente:** Repete, por favor, por que. **Técnica Rosalice:** Mesmo
3157 que a situação da usina seja recorrente? Ou seja, no início do ano já houve uma
3158 denúncia com este mesmo conteúdo. Não foi implantado. Foi proposto outra coisa. Aí
3159 quando chega o relatório, descobre. Que ainda não foi resolvida a situação que em abril,
3160 estava sendo discutido. É só realmente pra eu entender. **Conselheira Juanita:** O
3161 encaminhamento está correto. É encaminhar um ofício para o empreendedor. Aí já é
3162 comunicando, que durante o processo de monitoramento. Da implantação do PAS, foi
3163 identificado. Diante disto, solicita a documentação comprobatória, no prazo de 30 dias.
3164 Notificação. **Presidente:** OK. Porque aí Rosa, quando você manifesta essa sua
3165 angústia, a gente a traduz, aqui. Como sendo uma notificação. E aí não é nem uma
3166 carta. É uma notificação com prazo determinado. OK? Tudo bem? Pois não, Conselheiro
3167 José Ismar. **Conselheiro José Ismar:** OK. Votado, sacramentado o encaminhamento.
3168 Duas palavras só. Eu gostaria de agradecer. É a última participação minha na plenária
3169 aqui. Eu gostaria de agradecer a todos os colegas aqui. A começar pelo presidente, que
3170 de forma brilhante, tem conduzido este Conselho, com tanta sabedoria, com prática, com
3171 a sua expertise. E também, a Consolação aí, na sua competência, já cantadas em
3172 versos e prosas. Estender também a toda a sua equipe técnica. Que a gente sabe que
3173 são pessoas compromissadas, com a política. E também a Juanita aí, representante do
3174 governo, que eu tenho um apreço também, tenho uma consideração muito grande. Pela
3175 sinceridade, pela postura dela, diante deste Conselho, diante dos páreos também deste
3176 Conselho. Com sua educação, com sua sabedoria, sempre pautada em palavras de
3177 ensinamento, de construção. Eu gostaria de agradecer a todos aqui. A todos aqui
3178 presentes, que eu convivi nesse período todo. Eu gostaria de agradecer imensamente a
3179 vocês. Eu cresci muito. Eu aprendi muito. E creio que a nossa vida, ela sempre deve ser
3180 pautada pela humildade. E do serviço. No serviço ao outro, principalmente aqueles mais
3181 vulnerabilizados, mais fragilizados, da nossa sociedade. E que Deus abençoe vocês. E
3182 que vocês continuem a trabalhar e dando essa demonstração de entrega. De amor à
3183 causa da assistência social. Muito obrigado a todos. **Presidente:** Conselheiro José
3184 Ismar. Obrigado pelas palavras. A recíproca é verdadeira. Nós tivemos que sintetizar em
3185 poucas palavras, aquilo que a gente entende que é o papel do conselheiro aqui. Que é
3186 mais que pensar grande, é ter nobreza de pensar assim. Não é? E aí, só que no papel a
3187 gente precisa consolidar então a gente tenta manifestar. Mas de qualquer maneira, fica o
3188 agradecimento. Eu penso que este Conselho teve, por parte deste Conselheiro, uma
3189 participação efetiva, comprometida. E eu diria que uma contribuição muito grande, na
3190 construção e até na deliberação dessa política pública. Então pode ter certeza que você

3191 não sairá de nossos pensamentos. Pelo menos dos nossos corações. Obrigado. O
3192 conselheiro Adenor pediu também a fala em questão de ordem. Eu vou passar. Por
3193 favor. **Conselheiro Adenor:** Presidente. Eu também quero agradecer. Em curtas
3194 palavras. Acho que o José Ismar já disse tudo. Mas com as palavras dele. Eu quero
3195 dizer com as minhas. Com a minha simplicidade total. Dizendo que, quando eu cheguei
3196 neste Conselho. Eu traria a minha expertise, a minha luta, a minha liderança de... e a
3197 minha caminhada pela assistência. Mas foi aqui que eu lapidei. Faça de conta que vim
3198 pra aqui, fazer uma pós-graduação, um mestrado, como queira aqui com vocês. Fico
3199 muito à vontade para falar isso, por que. Eu levo daqui, da simplicidade da Sueli, que
3200 nos traz água e o café. E levo o conhecimento abastado da Consolação e a sua equipe.
3201 Assim como desse presidente, que usa de uma expertise tão carinhosa. Mas tão longa a
3202 sua caminhada, dentro dessa política. E que a gente deixa às vezes, transparecer isso.
3203 Com um olhar, com um balançar da cabeça, com um balançar do corpo, dizendo que
3204 concorda, que discorda. Isso é muito peculiar de cada cidadão. E eu quero mesmo
3205 agradecer, de coração, a cada um, e cada uma de vocês que aqui, me acolheu neste
3206 período. Aos que estão chegando, dizer que: a missão é árdua. Mas ela é possível. Ela é
3207 boa. Que é dessa militância, sabe o que está fazendo aqui. Porque se não souber pode
3208 pegar a malinha e dar o fora. Porque aqui não tem moleza. Aqui não tem corpo mole
3209 não. É trabalho mesmo. É paritário. É respeitado. O Estado tem feito um trabalho, que
3210 poucos estados. E principalmente os municípios não fazem. Que é não interferir nas
3211 decisões desse Conselho. Isso é importante. Quero deixar isso bem claro, presidente e
3212 Juanita. Porque eu até achava que fosse de outra maneira. Antes da gente vir para este
3213 Conselho, a gente veio com uma impressão de que o estado, ele é um carrasco, que ele
3214 é um ditador. Não é verdade. Tem sido respeitado esse Conselho. Companheira Edma,
3215 que diversas vezes, debruçou aqui, para nos ajudar em relação aos setores dela. Depois
3216 chegou a Edir, que fica quietinha, mas é sábia, sabe perfeitamente. Jansen que veio lá
3217 daquela distância toda. O George que chegou depois, bem caladinho. Mas é inteligente,
3218 vai somar com vocês. Enfim gente. Eu queria dizer que Ribeirão das Neves cresceu.
3219 Que a política de Ribeirão das Neves melhorou. Não só com a minha participação aqui.
3220 Mas com ajuda da SEDESE, com a ajuda de todos vocês. Eu assumi recentemente a
3221 Superintendência de Proteção Básica lá. Eu estava na Especial, o prefeito me chamou,
3222 falou: eu quero você nesta pasta. Quero que você desenvolva um trabalho. E eu disse e
3223 repito novamente aqui. Vou precisar da companheira Juanita, com a sua expertise toda.
3224 Se eu tiver que ligar pra Consolação, espero que me atenda. Pra me auxiliar, porque eu
3225 sei que ela sabe muito. E às vezes eu não sei. Porque tem setores que eu não sei
3226 mesmo como conduzir. E a gente vai estar em Brasília. A gente vai continuar
3227 defendendo este Conselho, esse Estado, esses municípios, do qual a gente faz parte. E
3228 a gente entende que é necessário isso. Um beijo no coração de cada um de vocês. E eu
3229 estou aqui em Ribeirão das Neves, agarradinho de vocês. Muito obrigado. **Presidente:**
3230 Obrigado Conselheiro Adenor. **Conselheiro Adenor:** Desculpa presidente. Eu queria
3231 pedir licença pra mim retirar. Porque eu estou ainda estou com um problema aqui na
3232 Receita Federal, eu pedi uma senha lá. Porque agora é tudo por senha. E tem um rapaz
3233 mês aguardando. Se for permitido eu me retiro nesse momento. Desculpa. Um abraço a
3234 todos e todas. **Presidente:** OK. Adenor. Obrigado. Eu quebrei a seqüência aqui de
3235 continuação, exatamente, porque eu sabia da situação de estar saindo. Adenor.
3236 Obrigado, vocês serão eternos conselheiros, no nosso pensamento. **Conselheiro José**
3237 **Ismar:** Agradeço a todos. Sinto, Eu tenho que sair também, presidente. Tenho que
3238 resolver um problema no escritório. Mas de antemão agradeço a todos. **Presidente:** OK.
3239 Obrigado, obrigado Adenor. Então está a disposição aí. Conte sempre conosco. Ta.
3240 Pessoal, a comissão que se apresenta agora é política. Maria seja sempre bem vinda. E
3241 nós vamos hoje dar a prioridade pra você. Porque você está com a prioridade absoluta.
3242 **Comissão de Política - Conselheira Cristiane:** Comissão de política. Cristiane. A
3243 comissão de política se reuniu ontem. Com a presença da Edma, do Volney, e também
3244 da Cláudia. A Cláudia é representante do ministério público, ela representa a Central de
3245 Apoio Técnico – CEAT. Não é isso? E o setor que ela atua é o setor de proteção à

3246 pessoa institucionalizada. Então a Claudia veio somar à comissão de política. O primeiro
3247 ponto da comissão de política. Foi exatamente a nossa participação na audiência pública
3248 da assembléia legislativa de Minas, quando da apreciação do PPAG. Só lembrando aos
3249 conselheiros. A audiência pública foi nos dias 7, 8 e 9 de novembro. E eu encaminhei
3250 para o e-mail dos conselheiros, espero que todos tenham recebido. Um breve relatório
3251 do que se passou. E quais foram as propostas apresentadas, por este Conselho.
3252 Deixando claro que, as propostas foram formuladas na mesa diretora, que se reuniu no
3253 dia 8 e que nós tivemos tempo hábil de conversar um pouco, para a minha participação
3254 na assembléia, no dia 9. Em relação então, a discussão que a comissão fez.
3255 Considerando as respostas que nós tivemos na audiência pública. Nós estamos
3256 trazendo para deliberação. Solicitar a secretaria executiva, que realize um apanhado
3257 jurídico, sobre as possíveis ações, quando há descumprimento por parte do Estado, de
3258 resoluções do Conselho Estadual de Assistência Social. Quais os respaldos apontados
3259 nas normas da Assistência Social, e o que essa legislação permite para que possa tomar
3260 providências, em relação ao fato ocorrido. Que seja. O descumprimento da resolução
3261 369 do Conselho Estadual, que aprova os recursos para o Fundo de Assistência Social
3262 para 2012. A LOA 2012. Verificar se algum conselheiro que tenha algum conhecimento
3263 técnico pode colaborar com a secretaria executiva, nessa pesquisa. Apresentar essa
3264 pesquisa, esse levantamento, esse parecer, à mesa diretora que dará os
3265 encaminhamentos. Então, em relação a situação apresentada no relatório, de que, o
3266 orçamento que foi aprovado neste Conselho. Não foi o mesmo orçamento apresentado
3267 na Assembléia Legislativa. Ou seja, houve alterações. Da deliberação deste conselho,
3268 por parte do Estado. Na apresentação à assembléia. Nós estamos sugerindo este
3269 encaminhamento. Eu estou propondo, primeiro, a gente discutir esse encaminhamento,
3270 porque o outro tem haver com outra situação. Comentário? Pergunta? **Presidente:**
3271 Pode. Alguma coisa gente? Alguém quer questionar alguma coisa? Então aqui.
3272 **Conselheiro Marcelo:** O quê que a Lei Orgânica de Assistência Social, essa que foi
3273 recentemente aprovada, ela fala. Que compete ao Conselho Estadual, aprovar a peça
3274 orçamentária. Aquilo que até então, nós não tínhamos como claro isso. Hoje nós temos
3275 claro que compete ao Conselho Estadual aprovar a peça orçamentária. No meu ponto de
3276 vista, se a peça orçamentária que foi aprovada pelo Conselho, ela não foi acatada. E aí
3277 eu não sei se é pela SEDESE, ou se é pelo órgão de governo que é responsável pelo
3278 orçamento. Eu penso que isso aí deve ser pautado junto ao Ministério Público, pra que o
3279 Ministério Público possa saber, até onde, tem a validade deste instrumento. **Presidente:**
3280 Algum outro comentário? **Conselheira Juanita:** Bom. Sem brincadeiras agora. Na
3281 verdade, quem apresentou a proposta de orçamento, da lei de orçamentária anual do
3282 CEAS, a este Conselho, foi a SEDESE. Que é responsável por apresentar a proposta
3283 orçamentária da lei orçamentária do estado como um todo. É a secretaria de
3284 planejamento à assembléia. Então, quando a SEDESE encaminha a proposta de
3285 orçamento para a SEPLAG, ela encaminhou na íntegra, como foi daqui. A alteração,
3286 quando ela é feita, é pelo órgão do planejamento, de acordo com a receita que o Estado
3287 vai arrecadar em cima daquilo que o órgão gestor propôs. Então é dessa forma que é a
3288 tramitação lá. Então, a SEDESE, no que diz respeito a responder isso aí. A SEDESE
3289 encaminhou pra SEPLAG, o que foi aprovado pela LOA. **Presidente:** Técnica
3290 Consolação. **Secretária Executiva:** Existe legislação que determina. A gente pode
3291 buscar, que pena que o Fernando não está aqui. Mas a secretaria executiva pode estar
3292 buscando, que a SEPLAG, ela tem essa autonomia sim, de fazer essa alteração, das
3293 propostas apresentadas por todas as pastas. Porque cada um tem um planejamento. E é
3294 como a Juanita falou, quando você pega a arrecadação geral, e coloca. Você faz cortes
3295 pra adequar o orçamento como um todo naquilo. Então ela tem uma autonomia e é em
3296 lei. Até o Fernando, uma vez, ele apresentou isso pra gente dentro. Como ele é
3297 setorialista da SEDESE. Em uma reunião ele apresentou que existe essa competência.
3298 Agora eu posso estar buscando essa normativa. Eu não tenho aqui em mãos. E que é.
3299 Ela é prevista, isso. Da mesma forma até nacional. Ela vai para o órgão de
3300 planejamento. E também é concedido, ao Ministério de Planejamento, alteração dos

3301 orçamentos. Adequação do orçamento, na realidade na arrecadação. **Conselheira**
3302 **Cristiane:** Eu quero aqui, em nome da comissão. Insistir no encaminhamento. Por quê?
3303 Independente de ter uma lei estadual que estabelece isso. Eu não acredito que a lei
3304 estadual, ela é superior a lei federal. Pode ter um trâmite aqui neste Estado, que diz que
3305 a secretaria de planejamento possa fazer isso. Mas eu gostaria de insistir, neste
3306 encaminhamento, de que haja de fato um apanhado jurídico, em relação ao poder de
3307 deliberação dos conselhos estaduais de assistência social. Sobre o que diz respeito ao
3308 FEAS. E se há então. Alguma necessidade de alteração. No mínimo, este Conselho
3309 tinha que ser avisado. No mínimo. Antes de a peça orçamentária ser apresentada a
3310 assembléia legislativa. Então assim, se é necessário. Ninguém está dizendo. A gente
3311 sabe muito bem, que planejamento ele é flexível, o orçamento flexível. Entendo
3312 perfeitamente todas as argumentações. Agora não existe nenhum argumento que diga
3313 que a SEPLAG tem autonomia de apresentar a assembléia legislativa, sem antes passar
3314 por este Conselho por exemplo. Contribuir mais nessa discussão. A comissão de
3315 política, ela não aprofundou, porque ela não entende que esse é o espaço. Essa
3316 comissão de política, porque eu estive representando este Conselho na assembléia. E
3317 não era papel da comissão de política. E por isso, que a comissão de política então,
3318 propôs este encaminhamento. Quer dizer, é uma fundamentação jurídica em relação a
3319 esse procedimento. A essa situação de descumprimento. Apresenta a mesa diretora,
3320 que tem esse papel. E a mesa diretora propõe os encaminhamentos. Ta. **Conselheiro**
3321 **Marcelo:** Presidente. Eu quando fiz essa fala inicial aí de descumprimento e
3322 entendimento de encaminhamento ao ministério público. É realmente porque... É pela
3323 falta de entendimento da SEPLAG em não dar satisfação para o controle social. Isso
3324 está no meu ponto de vista, flagrante, quando há um desrespeito. Isso no meu ponto de
3325 vista, é desrespeito para com o Conselho Estadual. E acho que deve haver por parte dos
3326 órgãos de fiscalização, como é o ministério público, nessas esferas de âmbito estadual.
3327 Mas eu acho que o mais prudente realmente. É a sua proposta, viu Cristiane. De fazer
3328 um estudo, de viabilidade. E saber qual que é o encaminhamento que a gente pode
3329 tomar em cima disso. O que não pode continuar acontecendo é isso. Se não fica muito
3330 sem ação, a gente fica sem condições e sem referência para poder continuar fazendo as
3331 nossas votações. **Presidente:** Eu vou até evitar falar. Porque eu repetiria aquilo que eu
3332 falei de manhã. Não é? Mas é importante. E aí, a Conselheira Juanita, mais no seu
3333 papel. Você representa aqui a nossa Secretaria de Estado que é o nosso órgão gestor. E
3334 como tal. A SEPLAG, quando corta orçamento. É óbvio, a gente sabe, quando a
3335 arrecadação cai. Assim também é nos nossos lares. O salário diminuiu, eu perdi o
3336 emprego, você vai cortar. Então é normal. Agora o que não é normal, é a falta de
3337 respeito. E aí a gente tem que falar de alto e bom som, literalmente com transparência.
3338 Se a SEPLAG comunicou isso ao órgão gestor. Ó, está tendo um corte ele é paralelo,
3339 ele é a todas as secretarias. E deve ter feito. Então houve um problema de comunicação
3340 entre o gestor e este Conselho. E aí eu quero, mais uma vez, ser veemente neste
3341 pedido. E isso pra que. A gente aqui, esse Conselho está muito afinado. A corda aqui, a
3342 viola está muito afiada. Agora, o que não quer dizer que nós vamos ficar, por estar nesta
3343 situação, de estar muito caminhando para a conciliação, para a negociação. Que a gente
3344 também vai se calar. Aí vai para a audiência pública na assembléia legislativa. Fica
3345 muito ruim. Qualquer que seja um conselheiro chega lá. E desculpe a expressão, mas
3346 colocar a bunda de fora, de nosso órgão gestor, que é a secretaria de estado. Então fica
3347 parecendo que existe uma briga. Não é esse o papel nosso, enquanto Conselho.
3348 Enquanto Conselho. Mas nós não podemos conviver com essa situação. Eu espero que
3349 a gente consiga afinar mais a viola. E que a gente tenha uma relação mais íntima, mais
3350 antecipada e pró-ativa, com o Conselho. É o que eu penso que eu quero deixar o recado
3351 aqui. Para os conselheiros governamentais, como um todo. Mas mais especificamente
3352 para o órgão gestor. Isso é importante para a gente dar continuidade num processo,
3353 construtivo e não de co-relação de força ou contraposição, que não é o caso. Pois não
3354 Conselheira Cristiane. **Conselheira Cristiane:** O encaminhamento está aprovado,
3355 então? Entendi que sim. **Presidente:** Penso que sim. Alguém contrário ao

3356 encaminhamento? Não. Obrigado. **Conselheira Cristiane:** Durante a audiência pública
3357 conselheiros. É facultado aos participantes apresentar propostas de emendas. Como eu
3358 estava presente. E verificando, a ausência, dos recursos que foram aprovados por este
3359 Conselho, no que diz respeito ao investimento de CRAS. E investimento de CREAS. Eu
3360 fiz então a proposta de emenda, para que esses recursos fossem resgatados.
3361 Cumprindo a resolução 369 do Conselho Estadual de Assistência. Quer dizer, isso você
3362 apresenta à assembléia. Já é o trâmite lá da assembléia. Então, eu estou. Nós estamos
3363 sugerindo também, enquanto comissão, verificar o que este Conselho pode fazer junto a
3364 Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para que seja respeitada, a aprovação deste
3365 Conselho, da resolução 369. Ou seja, que seja respeitado esses recursos, de CRAS
3366 Investimento. O que foi cortado da LOA apresentado à Assembléia. Não é LOA não.
3367 PPAG ne. PPAG apresentado. E se essas emendas então, elas foram contempladas ou
3368 não. Então aí seria um encaminhamento, é se isso foi. Porque eu entreguei a Assembléia
3369 Legislativa essas emendas. Então essa seria. Isso. Isso.OK. Por último, ainda na
3370 audiência pública, a ex-conselheira Eleonora, estava presente como pesquisadora da
3371 UFMG. E ela já tinha informado, inclusive a este Conselho, que está ocorrendo uma
3372 pesquisa, em relação aos Conselhos Estaduais, e também as conferências. E os
3373 pesquisadores da Federal, inclusive participar. Desculpa. Participaram da nossa
3374 conferência e eles estão também fazendo essa pesquisa. Eu gostaria de sugerir que a
3375 gente solicitasse a UFMG, o resultado dessa pesquisa, inclusive porque, já tem
3376 resultados da conferência. Da análise que eles fizeram da nossa conferência estadual.
3377 Está acontecendo agora, pelo que eu entendi. É Eleonora. **Presidente:** Quanto ao
3378 encaminhamento, alguém contrário? Não? OK. Pois não Cristiane, pode prosseguir.
3379 **Conselheira Cristiane:** Então item dois. Resolução que orienta sobre o processo de
3380 elaboração, desenvolvimento, avaliação e controle e aprovação do plano de Assistência
3381 Social. É o seguinte: nós recebemos da SEDESE, mais especificamente da Maíra. Um
3382 e-mail, perguntando se a resolução, de 2009. 01 de 2009, que estabelece os
3383 procedimentos em relação, ao plano plurianual de Assistência Social. Se ela continua
3384 valendo? Inclusive a comissão, avaliou que foi um equívoco, essa solicitação ir para a
3385 comissão de política. A gente entende que ela deve ir para a comissão de normas. Mas
3386 aí então, a gente não entendeu muito bem. Surgiu uma dúvida. Assim, porque que o
3387 Estado está fazendo o PPAS agora. Sendo que o PPAG já foi apresentado a Assembléia
3388 Legislativa. Então nós ficamos um pouco sem entender. Qual que foi o motivo. O que
3389 motivou esse e-mail da Mayra. Então há necessidade de mais informações sobre as
3390 exigências. Inclusive se o MDS vai exigir alguma aprovação deste Conselho. Quer dizer,
3391 a gente ficou um pouco assim. Confesso que a comissão ficou sem saber o que
3392 encaminhar. Então a comissão entende que o plano ainda está em elaboração na
3393 SEDESE. Deverá ser somente um detalhamento do que foi encaminhado, no orçamento
3394 a ser aprovado na assembléia legislativa de Minas. Uma vez que o plano plurianual da
3395 assistência, já deveria ter sido aprovado. Apresentado. Ou aprovado na forma como
3396 fosse contemplado no PPAG. Como a resolução do CEAS é de 2000. E considerando
3397 todas as alterações das normativas da Assistência Social. A comissão sugere então o
3398 encaminhamento à comissão de normas, sugerindo a definição de prazo, para o envio
3399 do plano, a este Conselho. Com no mínimo duas plenárias que antecederia o prazo,
3400 caso o MDS solicite algum parecer da gente, em relação a este plano. **Presidente:**
3401 **Conselheira Juanita.** Bom, o plano plurianual de Assistência Social é o instrumento
3402 maior de planejamento que o órgão gestor trabalha. Ele é plurianual. Esse plano
3403 plurianual, ele desencadeia em quatro planos anual que é apreciado, por este Conselho,
3404 e encaminhado pra cá. O plano plurianual que nós trabalhamos, tem vigência até 31 de
3405 dezembro. É um instrumento legal que to"... Nada mais havendo, encerrou-se a presente
3406 ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.